

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EMILIO ROMANINI NETTO

PRÁTICAS DE AUTONOMIA EM CONTEXTOS DE DEPENDÊNCIA NA
OLERICULTURA FAMILIAR METROPOLITANA DE CURITIBA

CURITIBA

2020

EMILIO ROMANINI NETTO

PRÁTICAS DE AUTONOMIA EM CONTEXTOS DE DEPENDÊNCIA NA
OLERICULTURA FAMILIAR METROPOLITANA DE CURITIBA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Linha de Pesquisa: Ruralidades, Ambiente e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Valter Roberto Schaffrath

Coorientador: Prof. Dr. Valdir Frigo Denardin

CURITIBA
2020



SiBi
Sistema de Bibliotecas
U F P R

R758p Romanini Netto, Emilio
Práticas de autonomia em contextos de dependência na
olericultura familiar metropolitana de Curitiba / Emilio Romanini
Netto. - Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná.
Setor de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em
Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientador: Valter Roberto Schaffrath
Coorientador: Valdir Frigo Denardin

1. Agricultura familiar – Curitiba, Região Metropolitana de (PR).
2. Desenvolvimento rural. 3. Olericultura. 4. Sociologia rural. 5.
Mercados. I. Schaffrath, Valter Roberto. II. Denardin, Valdir Frigo.
III. Título. IV. Universidade Federal do Paraná.

TERMO DE APROVAÇÃO


Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **EMILIO ROMANINI NETTO** intitulada: **PRÁTICAS DE AUTONOMIA EM CONTEXTOS DE DEPENDÊNCIA NA OLERICULTURA FAMILIAR METROPOLITANA DE CURITIBA**, sob orientação do Prof. Dr. **VALTER ROBERTO SCHAFFRATH**, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua Aprovação no rito de defesa. A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 23 de Março de 2020.



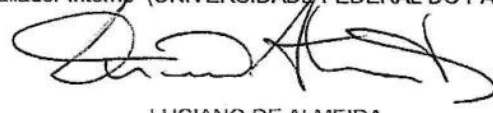
VALTER ROBERTO SCHAFFRATH

Presidente da Banca Examinadora (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ)



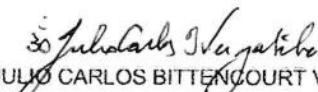
CAROLINA DOS ANJOS DE BORBA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)



LUCIANO DE ALMEIDA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)



JULIO CARLOS BITTENCOURT VEIGA SILVA

Avaliador Externo (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural)

DEDICO

Aos agricultores familiares, que reinventam seus modos de vida ao persistirem na terra, em meio aos desafios de viver desta linda atividade que é a agricultura

À memória do meu querido pai, Henrique, que entre outras coisas, me apresentou a natureza

AGRADECIMENTOS

À Deus, pelas portas abertas, pelas vidas que a mim se interligam e pela oportunidade de aprender.

À minha amada companheira Renata, “...pois quando tudo se perdeu, e a sorte desapareceu, abaixo de Deus só ficou você”. Obrigado por tudo, sempre. Te amo!

À minha família, em especial a figura de minha mãe Carmem, por todo amor incondicional, por todos ensinamentos e por ter, de uma forma ou de outra, me conduzido até aqui.

Ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, por acreditar no meu trabalho.

Aos docentes do programa, em especial aos orientadores professores Valter Schaffrath e Valdir Denardin, pela paciência e por dividirem comigo sua sabedoria, experiência e colaborarem de maneira fundamental para qualidade deste trabalho.

Aos professores Luciano de Almeida, Alfio Brandenburg e Júlio Silva, que a anos acompanham minha formação, pela orientação profissional e de vida.

Agradecimentos especiais ao professor Paulo Niederle por atenciosamente ceder materiais ímpares, e à professora Carolina dos Anjos em sua participação fundamental e carinhosa na banca de defesa.

Aos discentes da Turma XIII de doutorado e V de mestrado, especialmente aos discentes da linha de pesquisa “do Rural”, pelos debates, trocas, conversas, risadas e pelo companheirismo.

Aos olericultores familiares, pela acolhida e pelo aprendizado único de quem vive da agricultura.

Aos extensionistas da Emater-PR, João, Ícaro, Grobe, Sidney e Henrique, por toda ajuda, pelos debates e pelo aprendizado sobre o desenvolvimento rural da nossa Região Metropolitana de Curitiba

À secretária do programa Denize, pela paciência, atenção e disponibilidade de sempre.

À CAPES por ter financiado essa pesquisa e ter tornado esse sonho possível.

Enfim, a todos que de alguma maneira acreditaram, torceram e me ajudaram a chegar até aqui, e por ventura não foram citados, de coração, OBRIGADO!

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

Karl Marx

A agricultura implica, acima de tudo, criar ativamente coisas, recursos, relações e símbolos. (...). É no processo de trabalho e através dele que o progresso pode ser alcançado. Isto significa que o processo de trabalho é uma arena muito importante de luta social para o campesinato. (...). A luta social também deve ser vista como um esforço substancial para melhorar os recursos disponíveis, provocando pequenas adaptações que, no seu conjunto, contribuem para a criação de um bem-estar aumentado, de uma renda mais elevada e de melhores perspectivas de futuro.

Jean Douwe van der Ploeg

.... Amar e mudar as coisas me interessa mais ...

Belchior

RESUMO

Os agricultores familiares da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) são atores fundamentais na produção agrícola e do desenvolvimento rural da região, mas que, principalmente, vivem uma forte pressão para se adaptar à dinâmica socioeconômica da atualidade, assim como, para garantir a sustentabilidade da produção agrícola. Neste sentido, a problemática central desta pesquisa repousa em questionar sob quais lógicas e estratégias os agricultores familiares se relacionam com a complexidade de atores e instituições que adentraram as relações socioprodutivas numa organização moderna do sistema agroalimentar. A hipótese central seria a de que os agricultores familiares constroem sua relação com atores externos a unidade de produção a partir de uma dinâmica entre autonomia e dependência, sendo que as diferentes constelações de unidades mais autônomas ou unidades mais dependentes projetam distintos estilos de agricultura. Desta forma, o objetivo geral de pesquisa é: identificar e descrever a dinâmica entre autonomia e dependência em que a agricultura familiar realiza sua reprodução socioambiental. O trabalho de campo foi possibilitado a partir da relação interinstitucional com a Emater-PR e se deu entre os meses de junho a agosto de 2019. O instrumento principal de pesquisa utilizado durante o trabalho de campo foi a entrevista semi-estruturada guiada por um roteiro. A partir dos critérios de participação foram entrevistados dezessete (17) unidades de produção familiares, sendo oito (8) unidades de Almirante Tamandaré, quatro (4) unidades de Campo Magro, quatro (4) unidades em Itaperuçu e uma (1) unidade em Campo Largo. Para além da entrevista semi-estruturada, este trabalho se faz valer de fontes secundárias, sobretudo fontes estatísticas, e de pesquisa bibliográfica a fim de fundamentar teoricamente as temáticas abordadas. A partir dos resultados foi possível afirmar que os olericultores familiares elaboram estratégias aproximadas aos contextos de dependência baseado em critérios qualitativo e quantitativo do trabalho familiar. Também, foi possível identificar uma correlação entre a busca por maiores rendas do trabalho familiar em contextos de dependência com base em lutas pela reprodução socioambiental da família, mesmo que por meio da depreciação e artificialização da natureza. Todavia, os olericultores operam um afastamento dos contextos de dependência, primeiramente, através de práticas mais autônomas de comercialização, as quais privilegiam os circuitos curtos, as relações de pessoalidade, de confiança, reputação e reciprocidade entre produtores e consumidores. Soma-se a estes casos, mesmo que de forma contraditória, as estratégias de comercialização nos mercados institucionais. Outra importante prática de autonomia dos olericultores familiares está contida nas estratégias de coprodução com a natureza, em especial, nos diversos circuitos de não-mercadoria. Dentre estas práticas sobressaltam a mobilização interna de recursos, como a reprodução da fertilidade dos solos, a reprodução e manutenção da base genética de plantas e animais, assim como, a produção para autoconsumo. Ao fim, pode-se afirmar que as práticas elencadas e discutidas configuram o *espaço de manobra*, o universo de possibilidades empiricamente constatadas, de maneira que é possível, enfim, afirmar a existência de distintos projetos de desenvolvimento aplicado pelos olericultores, e, portanto, a existência de distintos *estilos de olericultura*.

Palavras-chave: Estilos de Agricultura, Desenvolvimento Rural, Reprodução Socioambiental, Sociologia Rural, Mercados.

ABSTRACT

Family farmers of Metropolitan Region of Curitiba (RMC) are key actors in the region's agricultural production and rural development, but who, especially, are under strong pressure to adapt to today's socio-economic dynamics, as well as to ensure the sustainability of agricultural production and natural resources. In this sense, the central issue of this research lies in questioning under which logics and strategies the family farmers relate to the complexity of actors and institutions that entered the socio-productive relations in a modern organization of the agrifood system. The central hypothesis is that the farmers build their relationship with external actors to the production unit from a dynamic between autonomy and dependence, and the different constellations of more autonomous or more dependent units produce different styles of farming. Thus, the general objective of the research is: to identify and describe the dynamics between autonomy and dependence in which family farming performs its socio-environmental reproduction. The fieldwork was made possible through the interinstitutional relationship with Emater-PR and took place between the months of June and August 2019. The main research instrument used during the fieldwork was the semi-structured interview guided by a script. Based on the participation criteria, seventeen (17) family production units were interviewed, eight (8) units from Almirante Tamandaré, four (4) units from Campo Magro, four (4) units from Itaperuçu and one (1) unit from Campo Largo. In addition to the semi-structured interview, this work makes use of secondary sources, especially statistical sources, and bibliographic research in order to theoretically base the themes addressed. From the results it was possible to affirm that the family horticulturists elaborate strategies close to the dependence contexts, based on qualitative and quantitative criteria of family work. It was also possible to identify a correlation between the seek for higher family work incomes at dependency contexts based on struggles for the family social-environmental reproduction, even though through the depreciation and artificialization of nature. However, horticulturists move away from dependency contexts, primarily through more autonomous commercialization practices, which favor short commercialization channels, personal relationships, trust, reputation and reciprocity between producers and consumers. Added to these cases, even if in a contradictory way, the commercialization strategies in institutional markets. Another important practice of autonomy of family horticulturist are contained in the co-production strategies with nature, in particular the several non-commodity circuits. Among these practices, the internal mobilization of resources stands out, such as the reproduction of soil fertility, the reproduction and maintenance of the genetic base of plants and animals, as well as the production for self-consumption. In the end, it can be said that the practices listed and discussed configure the room of maneuver, that is, the universe of possibilities empirically verified, so that it is possible, finally, to affirm the existence of different development projects applied by family horticulturists, and therefore, the existence of different styles of horticulture.

Keywords: Styles of Farming, Rural Development, Social-Environmental Reproduction, Rural Sociology, Markets.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 ESPAÇO DE MANOBRA NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA.....	28
FIGURA 2 MAPA DAS ENTREVISTAS	34
FIGURA 3 MAPA DOS MUNICÍPIOS DA RMC.....	42
FIGURA 4 DIFERENTES MAS INTERLIGADOS MODOS DE PRODUÇÃO	67
FIGURA 5 FLUXOS ENVOLVIDOS NA AGRICULTURA.....	72
FIGURA 6 GRADIENTE DE INSERÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS NOS MERCADOS SEGUNDO O GRAU DE AUTONOMIA E DEPENDÊNCIA	78
FIGURA 7 TIPOS, DISPOSITIVOS DE REGULAÇÃO, CONTROLE E GOVERNANÇA DOS MERCADOS DA AGRICULTURA FAMILIAR .	82
FIGURA 8 ESPAÇO DE MANOBRA EMPIRICAMENTE ENCONTRADO NA OLERICULTURA FAMILIAR METROPOLITANA DE CURITIBA.....	123

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DOS PARTICIPANTES POR FREQUÊNCIA	35
GRÁFICO 2 ESCOLARIDADE DOS PARTICIPANTES	36
GRÁFICO 3 TIPOS DE TRABALHO	37
GRÁFICO 4 NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NA RMC POR TIPOLOGIA	41
GRÁFICO 5 NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS QUE REALIZAM OLERICULTURA POR MUNICÍPIO	44
GRÁFICO 6 NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS QUE REALIZAM OLERICULTURA NA RMC POR TIPOLOGIA	44
GRÁFICO 7 NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS QUE REALIZAM OLERICULTURA, TOTAL E COM TRATORES	46
GRÁFICO 8 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTO COM TRATORES QUE REALIZAM OLERICULTURA	46
GRÁFICO 9 NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS QUE REALIZAM OLERICULTURA, TOTAL E COM IRRIGAÇÃO	48
GRÁFICO 10 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTO COM IRRIGAÇÃO QUE REALIZAM OLERICULTURA	48

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 DIFERENTES FORMAS DE PRODUÇÃO MERCANTIL	65
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ANVISA	- Agencia Nacional de Vigilância Sanitária
CEASA	- Central de Abastecimento do Paraná S. A.
CONSEA	- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CSA	- Community Support Agriculture
DAP	- Declaração de Aptidão ao Pronaf
DERAL	- Departamento de Economia Rural
DNIT	- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EMATER-PR	- Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FNDE	- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MADE	- Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento
NSE	- Nova Sociologia Econômica
ONG	- Organizações Não Governamentais
PAA	- Programa de Aquisição de Alimento
PARA	- Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos
PCM	- Produção Capitalista de Mercadoria
PD	- Produção Doméstica
PNAE	- Programa Nacional de Alimentação Escolar
POA	- Perspectiva Orientada ao Ator
PPM	- Pequena Produção Mercantil
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSM	- Produção Simples de Mercadoria
RMC	- Região Metropolitana de Curitiba
SEAB	- Secretaria do Estado da Agricultura e do Abastecimento
SPDH	- Sistema de Plantio Direto de Hortaliças
TCLE	- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LISTA DE SÍMBOLOS

® - Marca registrada

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 MÉTODO E METODOLOGIA.....	23
1.2 TRABALHO DE CAMPO E FERRAMENTAS METODOLÓGICAS	30
2 O ESPAÇO EMPÍRICO DE PESQUISA, O RURAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	39
2.1 ASPECTOS TÉCNICOS E SOCIOECONÔMICOS DA OLERICULTURA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	42
3 DESENVOLVIMENTO, MODERNIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA	50
3.1 MODERNIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AGRICULTURA.....	51
3.2 MERCANTILIZAÇÃO DIFERENCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	54
3.3 O SURGIMENTO DE ESTILOS DE AGRICULTURA.....	56
4 AGRICULTURA FAMILIAR: PARA ALÉM DO DUALISMO CLÁSSICO	63
4.1 PARA ALÉM DO DUALISMO, UMA TIPOLOGIA DA INSERÇÃO MERCANTIL	64
4.2 TRABALHO, FAMÍLIA E RENDA	68
4.3 MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS.....	71
4.4 A AGRICULTURA COMO PRODUÇÃO DE VALOR	75
5 AGRICULTURA FAMILIAR E MERCADOS	79
5.1 TIPOLOGIA DE MERCADOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	81
5.1.1 Mercados convencionais	83
5.1.2 Mercados de proximidade, locais e territoriais	83
5.1.3 Mercados públicos e institucionais	85
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES: PRÁTICAS DE AUTONOMIA EM CONTEXTOS DE DEPENDÊNCIA NA OLERICULTURA FAMILIAR METROPOLITANA DE CURITIBA	88
6.1 CONTEXTOS DE DEPENDÊNCIA	89
6.1.1 Mercantilização e especialização produtiva	90
6.1.2 Mercados convencionais de comercialização da produção olerícola	95
6.1.3 O papel da intensificação estimulada pela tecnologia	98
6.2 PRÁTICAS DE AUTONOMIA.....	103
6.2.1 A construção da autonomia via mercados.....	104
6.2.1.1 Mercados de proximidade, locais e territoriais.....	105

6.2.1.2 Mercados institucionais: autonomia e contradição	109
6.2.2 A construção da autonomia via a coprodução entre o agricultor e a natureza 112	
6.3 SÍNTESE CONCLUSIVA.....	120
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
8 REFERÊNCIAS.....	128
ANEXO I – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	136
ANEXO II TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	138

1 INTRODUÇÃO

Os estudos rurais a muito se ocupam de compreender as transformações que passam a agricultura familiar. Num primeiro momento houve a centralidade analítica na diferenciação social, isto é, as transformações socioeconômicas que criaram as condições da desagregação de pequenos camponeses para trabalhadores rurais e urbanos. Posteriormente, houve a preocupação em legitimar a persistência da pequena exploração familiar, sua resiliência e adaptabilidade à tais transformações, com duas consequências importantes. Refutou-se a tese “etapista”, linear, do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no campo, que, na pior das hipóteses, compreendiam a persistência das pequenas explorações familiares no campo como formações pré-capitalistas, ainda não completamente desenvolvidas. Assim como, criou-se as condições para interpretar a persistência de tais formações sociais como um enfrentamento bem-sucedido às transformações de um mundo moderno, fortemente apoiado no trabalho familiar.

Todavia, não é possível ignorar a correlação de forças na disputa de projetos para o espaço rural. A modernização da agricultura, reconhecida na literatura como a Segunda Revolução Agrícola dos Tempos Modernos (MAZOYER; ROUDART, 2010), comumente reconhecida entre os círculos de ciência agrária como “revolução verde”, desencadeou importantes processos de deslocamento de poder, da mão dos agricultores para uma ampla rede de atores que passam a compor o sistema agroalimentar. Com efeito, um grupo de atores formados por corporações agroindustriais, agências estatais dirigidas por atores políticos, bancos financiadores, sindicatos patronais, entre outros, passam a coordenar projetos de desenvolvimento com força suficiente para formular um *modus operandi* de como devem se dar a produção agrícola, a comercialização e o consumo. Deste processo resultam a institucionalização e mercantilização da agricultura.

No Brasil, este projeto modernizante teve um amplo crescimento e fomento estatal a partir dos anos 1960, ampliou largamente a fronteira agrícola do país avançando em territórios pouco explorados como o Cerrado e a Amazônia, e transformando o modelo de explorações agrícolas nas amplas áreas já agricultáveis da Mata Atlântica. Foi principalmente este projeto de

modernização da agricultura o responsável pela introdução do “pacote tecnológico”, as sementes geneticamente melhoradas, os adubos sintéticos, os agrotóxicos, máquinas e implementos agrícolas, entre outras inovações.

Neste sentido, a modernização da agricultura estabeleceu um padrão produtivo em dinâmicas de desenvolvimento caracteristicamente exógeno, direcionando à especialização produtiva das unidades de produção inseridas em mercados globais regulados pela oferta e demanda. Assim, o projeto de desenvolvimento derivado dos preceitos da modernização esteve destinado a homogeneização das unidades de produção através do controle dos recursos e narrativas, consolidando um contexto cada vez mais dependente entre as unidades de produção e os atores externos.

Segundo os estudos reunidos em Ferreira *et al* (2012), assim como tantos outros territórios do país, a Região Metropolitana de Curitiba não se constitui como fronteira agrícola para modernização da agricultura em sua primeira fase, muito em função de seus aspectos geoecológicos, e, portanto, se conformou um espaço predominantemente de comunidades rurais e peri-urbanas detentoras de pequenas propriedades que se modernizaram de forma heterogênea e diferencial.

Aliado ao crescimento demográfico de Curitiba, passou-se a oportunizar as técnicas, tecnologias e mercados coordenados nas normas e regras do *modus operandi* da modernização, provocando mudanças no perfil produtivo da RMC. Este quadro se intensificou a partir de políticas públicas voltadas ao agricultor familiar, em especial, a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento ao Agricultor Familiar (Pronaf), nos anos 1990, e posteriormente, o surgimento de políticas estaduais e municipais destinadas a esta categoria social.

Queiroga (2012) sinaliza que entre as mais importantes mudanças, o aumento da produção olerícola é uma das mais expressivas na região. Neste sentido, pode-se afirmar o papel da RMC como um importante “cinturão verde”, implicando na localização e regionalização da produção de frutas e verduras para o mercado consumidor da metrópole. A adoção, mesmo diferenciada, de técnicas modernas de plantio aumentou a escala e a produtividade da produção agropecuária na RMC, resultando, em certas comunidades mais que outras, melhores condições de vida (FERREIRA *et al*, 2012).

A oportunidade para produção de olerícolas foi incrementada a partir do estabelecimento dos mercados institucionais, criados por políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em que ambos possuem cotas específicas a compras de produtos da agricultura familiar. Não obstante, a RMC observa um crescimento de unidades de produção familiar certificadas para a produção de orgânicos, tal qual, o crescimento de canais de comercialização para tais produtos como feiras livres e supermercados. A RMC também é uma região onde se estabeleceram diversas agroindústrias comercializadoras de vegetais minimamente processados, em especial para redes de *fast food*.

Este quadro de recentes transformações instigaram o autor a questionar quais são as atuais estratégias dos agricultores familiares frente às transformações e novas oportunidades, uma vez que, a produção olerícola da RMC permanece predominantemente realizada pela pequena exploração familiar. Estes questionamentos foram iniciados ao longo dos debates promovidos pela disciplina Agricultura, Desenvolvimento Rural e Sustentabilidade, oportunizado pelo Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE), ao longo do segundo semestre de 2018. Naquele período, em meio às eleições presidenciais, foi debatido sobre a possibilidade de os agricultores familiares encontrarem situações de vulnerabilidade frente da possibilidade de extinção ou encurtamento do alcance das algumas políticas públicas, sobretudo à importância que os mercados institucionais teriam ganhado. Neste sentido, surge a questão: seriam os agricultores familiares dependentes dos mercados institucionais?

A resolução desta questão levou, em um primeiro momento, propor um projeto de pesquisa que investigasse a importância das políticas públicas para os agricultores familiares da RMC, assim como, questionar a adequabilidade das políticas públicas a este ator social tão heterogêneo. No entanto, estas questões foram postas em suspensão após a Viagem de Campo proporcionada pela mesma disciplina. Naquele período foi possível visitar olericultores do município de Colombo, pertencente a RMC, e em meio as conversas com os agricultores, se tornou evidente que, por exemplo, as políticas de crédito e financiamento da produção eram pouco utilizadas pelos agricultores, assim como, os mercados

institucionais compunham parte da renda da família, e que, se porventura encerrasse tal canal, haveria uma readaptação criativa.

Estes elementos, com a ajuda do comitê orientador, favoreceram ao questionamento mais amplo de como os agricultores familiares elaboravam sua condição de dependência ou autonomia com os mais diversos atores envolvidos na produção olerícola. Para apoiar neste processo de reflexão foi resgatado o conceito de estilos de agricultura, surgido pela primeira vez a mim através de um texto de van der Ploeg (2011) pré-requisito para a prova de seleção de mestrado do MADE, o qual, naquele período, já havia chamado minha atenção pela forma dinâmica em que interpretava as transformações sociotécnicas das unidades de produção ao longo do tempo. Um novo encontro, agora com um artigo da professora Julia Guivant (1997), acabaria por tencionar sem volta meu projeto de dissertação em direção ao que descobri se chamar a perspectiva orientada ao ator (POA).

A perspectiva orientada ao ator, oriunda do Grupo de Desenvolvimento Rural da Universidade de Wageningen, na Holanda, sob a proeminência dos professores Norman Long, Albert Arce e Jan Douwe van der Ploeg, vem sendo cada vez mais influente no Brasil nos estudos sobre desenvolvimento rural. A partir do corpo teórico-metodológico da POA deriva-se a relevância da condição dos agricultores familiares como atores do desenvolvimento rural, em especial, a tarefa de responder como os atores elaboram “repostas diferenciadas para circunstâncias estruturalmente similares, mesmo que as condições pareçam relativamente homogêneas.” (LONG, 2001, p.13, tradução nossa).

Neste sentido, a relevância deste trabalho de pesquisa se subscreve a partir do papel da pesquisa em produzir conhecimento desde a perspectiva de agência dos agricultores no desenvolvimento rural. Condição esta, pouco preconizada pelas agências estatais e pelos grandes grupos empresariais do agronegócio (muitas vezes apoiados nas ciências agrárias), até mesmo as ONG's, os quais exercem considerável poder em promover tipos ideais de estilos de agricultura e tendem a homogeneizar as unidades de produção. Aqui o conceito de estilos de agricultura cumpre o papel apreender a diversidade e heterogeneidade de formas de fazer agricultura a partir da concepção de que os agricultores são capazes e tem conhecimento para agir, reconstruir e

desconstruir, de forma criativa, relações com atores externos interconectados ao longo produção agrícola.

Deste bojo teórico foi possível formular a hipótese central deste trabalho de pesquisa. A noção de que a heterogeneidade de lógicas e estratégias, característicos da reprodução socioambiental dos agricultores familiares, expressam diferentes projetos de desenvolvimento, os quais se constroem em inter-relação com atores externos à unidade de produção (mercados, extensionistas, gestores de políticas públicas, instituições). A partir destes distintos projetos os agricultores disputam os sentidos de desenvolvimento com os atores externos, concretizando-se em estilos de agricultura. Os estilos de agricultura são a reinterpretação das práticas sociais e produtivas construídas em sua inter-relação com outros atores e a natureza, expressando em uma forma dinâmica, sua condição, por vezes mais autônoma, por outras, mais dependente, de produzir e se reproduzir em seu espaço através da agricultura.

Desta forma, o objetivo geral do projeto de pesquisa tornou-se: identificar e descrever a dinâmica entre autonomia e dependência em que a agricultura familiar realiza sua reprodução socioambiental. Para que fosse cumprido o objetivo geral, derivou-se três objetivos específicos: a) contextualizar teoricamente os sentidos de autonomia e dependência frente a modernização da agricultura e o desenvolvimento rural; b) identificar as lógicas e estratégias acionadas pelos agricultores familiares nos diferentes espaços de inter-relações da produção agrícola; c) identificar e discutir, a partir do grupo social pesquisado, as práticas de autonomia e os contextos de dependência encontrados nas atividades produtivas dos agricultores familiares.

A partir das questões, hipóteses e objetivos elaborados se deu início a escolha do espaço empírico de pesquisa e do trabalho de campo. Ao longo da fase exploratória de campo, ocorrida no mês de maio de 2019, foi realizada uma parceria interinstitucional entre o MADE e a Emater-PR a qual possibilitou que a pesquisa acompanhasse o Projeto Olericultura oferecido pela agência estatal à agricultores familiares da RMC, derivando daí o espaço empírico de pesquisa e os critérios de participação.

O trabalho de campo se deu entre os meses de junho a agosto de 2019. O instrumento principal de pesquisa utilizado durante o trabalho de campo foi a entrevista semi-estruturada guiada por um roteiro. A partir dos critérios de

participação foram entrevistados dezessete (17) unidades de produção familiares, sendo oito (8) unidades de Almirante Tamandaré, quatro (4) unidades de Campo Magro, quatro (4) unidades em Itaperuçu e uma (1) unidade em Campo Largo. Para além da entrevista semi-estruturada, este trabalho se faz valer de fontes secundárias, sobretudo fontes estatísticas, e de pesquisa bibliográfica a fim de fundamentar teoricamente as temáticas abordadas.

Enfim, este trabalho se organiza em sete capítulos mais as referências e anexos. No capítulo um consta a introdução, a definição de método e metodologia, e se encerra com os procedimentos do trabalho de campo e uma breve caracterização dos atores sociais participantes da pesquisa. O capítulo dois trata do espaço empírico da pesquisa, o espaço rural da RMC. Entre os capítulos três e cinco se inscreve a revisão bibliográfica desta pesquisa. No capítulo três consta uma revisão sobre a modernização e mercantilização da agricultura com o foco na agricultura familiar. No capítulo quatro defende-se uma abordagem de agricultura familiar para além do dualismo clássico agronegócio *versus* campesinato. O capítulo cinco trata dos diferentes mercados acessados pela agricultura familiar. Já o capítulo seis se expõe os resultados e discussões da pesquisa, uma elaboração teórico-crítica dos fenômenos captados no trabalho de campo, as práticas de autonomia e os contextos de dependência, e ao fim uma síntese conclusiva. No capítulo sete se desenvolve considerações finais sobre o percurso realizado.

1.1 MÉTODO E METODOLOGIA

A partir dos limites e inspirações que norteiam a trajetória de pesquisa, este trabalho se inscreve dentro da perspectiva de pesquisa social qualitativa. Para Minayo (2006), as metodologias de pesquisa social qualitativa são aquelas capazes de sublinhar questões de significado e intencionalidade, como fatores intrínsecos aos atos, relações e às estruturas sociais.

Esta abordagem possui algumas consequências epistemológicas. Em primeiro, busca-se romper com a dicotomia sujeito pesquisador e objeto a ser pesquisado, principalmente, abandonando a pretensa neutralidade do pesquisador, compreendendo que o ato de pesquisar está imerso no contexto da pesquisa, modificando e sendo modificado por este contexto. O segundo ponto se refere ao caráter aproximado e provisório dos resultados da pesquisa, o que significa abandonar o caráter de precisão e o estatuto de verdade absoluta da produção científica. E por último, é importante frisar que a opção por uma abordagem qualitativa não se insere em uma dicotomia com a abordagem quantitativa, mas sim se inspira no surgimento de epistemologias críticas ao positivismo, em suas diversas vertentes, e à matematização da realidade como a única forma de produção do conhecimento (MINAYO, 2006).

A abordagem aqui requerida para análise de sua fase empírica segue a tradição de pesquisa social a qual, segundo Minayo (2006), se aproxima da Sociologia Compreensiva. Em específico, este trabalho opta pela abordagem teórico-metodológica da Perspectiva Orientada ao Ator (POA), proposta sistematizada a partir de trabalhos do Grupo de Desenvolvimento Rural da Universidade de Wageningen, na Holanda, sob a proeminência dos professores Norman Long, Albert Arce e Jan Douwe van der Ploeg.

A POA deriva desde modelos transacionais e de tomada de decisão até análises interacionistas simbólicos e fenomenológicas. Long (2001) define a *démarche* da POA a partir das bases do social-construcionismo, e suas raízes na fenomenologia e sociologia de Karl Mannheim e Berger & Luckmann, no interacionismo simbólico de Erving Goffman e na etnometodologia de Garfinkel, onde, apesar de suas diferenças teóricas e de método, se assemelham na visão dos fenômenos sociais construídos a partir de uma multiplicidade de realidades emergentes. Segundo o autor,

“A principal contribuição desse tipo de pesquisa é focalizar as variações na reação a circunstâncias externas semelhantes em linhas gerais, reveladas pelos diferentes grupos e categorias sociais (...) o que neutraliza a tendência a considerar os camponeses, ou a população rural, como uma classe homogênea, que simplesmente reage a forças que lhes são impostas de fora” (LONG, 1982, p.216).

Para Long (2001), um ator social pode ter várias formas: individuais, grupos informais, redes interpessoais, organizações; ou ainda os “macro” atores: entidades governamentais, igrejas, ou organizações internacionais. O elemento agregador para ser ator é ter agência (agency), ou capacidade de agir. O conceito de agência subjaz a noção de ator pois sem ele a abstração do sujeito se tornaria sem ancoragem prática e a noção de ator não passaria de um populismo. Nas palavras dos próprios autores, “a noção de agência atribui ao ator (...) a capacidade de processar a experiência social e de delinear formas de enfrentar a vida, mesmo sob as mais extremas formas de coerção. ” (LONG; PLOEG, 2011, p.25).

Os autores formulam o conceito de agência respaldados pela teoria da estruturação de Anthony Giddens, a qual contribui principalmente com a ideia de que os atores sociais possuem, basicamente, capacidade de conhecer (knowledgeability) e capacidade de agir (capability), para atuar nas diversas arenas sociais, mesmo dentro dos limites de informação, riscos, incertezas ou quaisquer outras restrições dadas em seu cotidiano (LONG, 2001; LONG; PLOEG, 2011). Long e Ploeg (2011) ressaltam a importância de operar o conceito de agência não como um atributo do ator individual em condições pré-definidas, mas sim em uma rede de atores envolvidos em projetos e práticas atuando em uma rede de relações sociais com suas regras e disputas de poder.

Se os atores são os centros das decisões e das ações, a tomada de decisão necessariamente implica o uso implícito ou explícito de meios discursivos para a formulação argumentativa de suas ações estratégicas. Os meios discursivos são o repertório cultural, os conhecimentos consolidados advindos de sua experiência de vida, a partir do grupo social, os quais são

acionados durante a tomada de decisão, e por isso, variam de acordo com cada situação social. Todavia, o reconhecimento do discurso acionado pelos atores deve se precaver tanto de uma análise a partir da racionalidade como uma propriedade intrínseca do ator individual, assim como, da ideia de que o discurso reflete automaticamente a posição estrutural (de classe) do ator na sociedade (LONG; PLOEG, 2011).

Neste sentido, para o estudo sobre os contextos de dependência e as práticas de autonomia, os agricultores familiares são os atores centrais capazes de, discursivamente, expor suas lógicas e estratégias de produção e reprodução em relação aos atores externos à unidade de produção familiar. Esta é uma noção fundamental para o posicionamento teórico-metodológico da perspectiva orientada ao ator em estudos sobre desenvolvimento rural, como pode-se notar abaixo:

“(...) os mercados em si não podem ser compreendidos como fatores de causa que explicam as particularidades da prática agrícola. Ademais, um aumento ou diminuição do grau de mercantilização na unidade agrícola raramente pode ser visto como uma “consequência não intencional”, muito menos como o resultado cego de forças econômicas extremamente intensas. As relações de mercado são, no mínimo, mediadas, se não mesmo ativamente planejadas e construídas, pelos próprios atores. (...). Portanto, a explicação para práticas sociais e estilos de agricultura específicos recai inevitavelmente sobre a análise dessas próprias práticas” (LONG; PLOEG, 2011, p.37).

Todavia, os autores raramente elaboram uma distinção entre lógicas e estratégias, operando muitas vezes os dois conceitos de forma complementar, como por exemplo quando os autores reivindicam o papel metodológico da POA:

“Uma tarefa principal dessa análise, portanto, é identificar e caracterizar estratégias e lógicas divergentes de atores, as condições sob as quais elas surgem, sua viabilidade ou efetividade na resolução de problemas específicos e suas consequências sociais. (LONG; PLOEG, 2011, p.28)

Ainda assim, é possível delinear uma maior precisão. A noção de lógicas está diretamente ligada a capacidade teleológica humana, à capacidade de dedução dos fatos concretos com base nas experiências de vida do ator social. É a partir das distintas lógicas produzidas nos diferentes espaços sociais e naturais em que o ator social delibera suas estratégias de ação. Este é o ponto central da compreensão da agricultura como uma prática social, e mais, de como os diferentes estilos de agricultura podem ser distinguidos. Um recorte da noção de Ploeg é importante aqui:

“Cada estilo de agricultura contém um *calculus*: um mais ou menos explícito *framework* de conceitos interconectados com os quais se ‘lê’ a realidade empírica relevante (neste caso a unidade de produção e as relações nas quais está inserida) e ‘traduz’ em novas ações. Um *calculus* é, como foi, a coluna vertebral de uma estratégia particular. Isto é a ‘gramática’ do processo de tomada de decisão” (PLOEG, 2003 *apud* NIERDELE, 2006, p.43)

Pode-se interpretar assim, que o *calculus* realizado pelo ator social é um balanço entre vantagens e desvantagens para avaliar se uma ação é estratégica ou não. Daí a importância da noção de estratégia para os autores, a medida em que a estratégia está ligada à capacidade de ação do ator, e, portanto, à sua prática. Long (2001) ao remontar suas pesquisas no México explica a importância da apreensão das estratégias dos atores:

“Esse conceito foi central em nossa pesquisa, porque pretendemos interpretar as mudanças agrícolas e sociais como um resultado das lutas e negociações que ocorrem entre indivíduos e grupos com interesses e experiências sociais diferentes e muitas vezes conflitantes. A estratégia é importante no nível de como os produtores e outros habitantes rurais tentam resolver seus problemas de subsistência e organizar seus recursos. Isso implica que produtores e chefes de família construam ativamente, dentro dos limites que enfrentam, seus próprios padrões de organização agrícola e familiar e suas

próprias maneiras de lidar com as agências intervenientes. O mesmo se aplica aos burocratas do governo ou aos corretores de empresas - eles também tentam lidar organizacional e cognitivamente com o mundo em mudança ao seu redor, desenvolvendo estratégias para perseguir vários objetivos pessoais e institucionais e, também, os trabalhadores diaristas, mesmo que suas escolhas sejam muito mais restritas” (LONG, 2001, p.26, tradução nossa).

Com o intuito de captar as diferentes lógicas e estratégias envolvidas nos diferentes modos de fazer agricultura este trabalho irá se apoiar no conceito de estilos de agricultura. Sem adiantar a gênese do conceito, tem-se a intenção aqui de abordar o aspecto metodológico de operacionalização de estilos de agricultura.

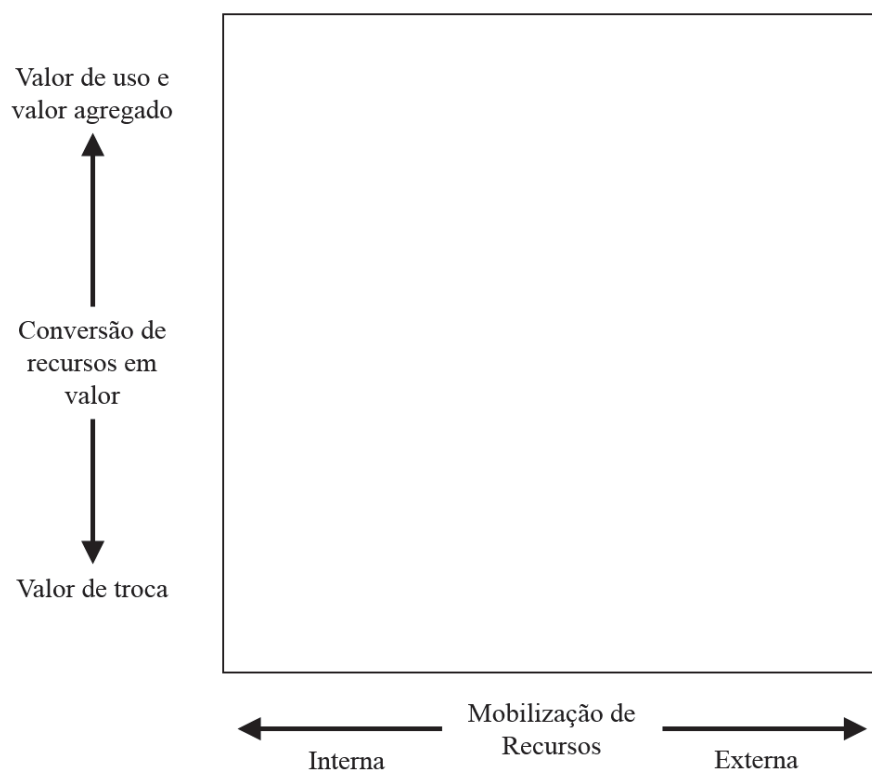
A aplicação e operacionalização do conceito de estilos de agricultura em casos brasileiros é discutida por Nierdele *et al* (2014). De acordo com as três abordagens teórico-metodológicas descrita pelos autores, este trabalho de pesquisa opta pela forma de operacionalização em que associa os estilos de agricultura ao repertório de estratégias acionadas pelos agricultores, com dois efeitos: em primeiro, opta-se por abandonar a construção de tipologias coerentes com os diferentes estilos de agricultura, em detrimento a noção de que as diferentes estratégias revelam a existência de distintos estilos de agricultura; o que leva ao segundo efeito, a saber, a centralidade na construção do *espaço de manobra* refletido pelas distintas práticas (NIERDELE *et al*, 2014).

Uma vez que o objetivo geral é identificar e descrever a dinâmica entre autonomia e dependência, o papel do conceito estilos de agricultura é subsidiar a interpretação da coexistência de diferentes estratégias em um mesmo contexto social, isto é, o espaço de manobra, de maneira que seja possível a interpretação da agricultura como um processo de mobilização e conversão de recursos em valores (PLOEG, 1994), como pode ser exemplificado pela FIGURA 1. No eixo vertical se descreve as possibilidades de produção de valor, e o eixo horizontal descreve as possíveis formas de mobilização de recursos.

A noção de espaço de manobra é um importante subsídio para a crítica às teorias estruturalistas do desenvolvimento. Os autores interpretam que o uso

convencionado do conceito de estrutura nas ciências sociais tende a toma-lo como “conjunto específico de forças direcionadoras” (LONG; PLOEG, 2011, p.41) que explicam certos fenômenos. Esta interpretação seria genérica e abstrata, ou ainda, concebida a partir de “condições normais”, ordinárias. Os autores recusam esta interpretação, com efeito, quando articuladas a ideia de heterogeneidade. Pois, se se parte da ideia de que os atores possuem um rol de conhecimento e possuem a capacidade de operá-los, é possível interpretar como os atores constroem, reproduzem e transformam as relações sociais, e não somente são subordinados a elas.

FIGURA 1 ESPAÇO DE MANOBRA NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA



FONTE: Adaptado de Ploeg (1994)

Neste sentido, a operacionalização do conceito de estilos de agricultura para este trabalho se descreve pela construção do espaço de manobra, baseado nas distintas lógicas e estratégias dos modos de fazer agricultura, e identificados e discutidos de acordo com as definições de autonomia e dependência. Desta maneira, tem-se a intenção de abstrair a capacidade de agência dos atores em

meio aos contextos envolvidos na agricultura. A este respeito Ploeg dá sentido às fronteiras entre a agência e a estrutura social da qual se refere o conceito de estilos de agricultura:

“Os próprios agricultores, como atores sociais, são capazes de definir e influenciar a maneira como relacionam sua atividade agrícola com mercados e tecnologia. Distanciamento e/ou integração a mercados e tecnologia não é, obviamente, uma questão de decisão caprichosa. É objeto de raciocínio estratégico, incorporado na história local, ecologia e relações político-econômicas predominantes. Simultaneamente, é através desse raciocínio estratégico que posições particulares são criadas, que relações sociais específicas de produção são produzidas e reproduzidas e que futuros desenvolvimentos e decisões se condicionam” (PLOEG, 1994, p. 9, tradução nossa).

Por fim, este trabalho parte de situar os atores e objetivos de pesquisa imerso em uma realidade socioambiental, a partir das questões que suscitam o campo de pesquisa em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Raynaut (2004) propõe a necessidade de se abordar as questões do desenvolvimento em seu domínio espacial a partir de uma abordagem que indissocie as relações sociedade-natureza. Para explicar esta dinâmica, Raynaut (1994) sugere o conceito de reprodução. O autor defende, em um primeiro ponto, a capacidade do conceito de reprodução carregar dois elementos: a dinâmica dos processos de perpetuação coletivas; e a diversidade e complexidade característicos de todos sistemas vivos. Sobretudo, nota-se que o sentido de reprodução, para o autor, se afasta de uma repetição ou um ciclo, mas sim, sugere que a dinâmica da perpetuação, muitas vezes, se realiza através de transformações e adaptações.

A noção de reprodução social foi amplamente desenvolvida nas teorias marxistas e na sociologia bourdiana, segundo Corona e Almeida (2014), apesar de suas diferenças epistemológicas, marcaram as bases interpretativas onde o conceito de reprodução distingue e conecta dois polos essenciais de produção e reprodução da vida, a base material (reprodução econômica vinculada à base natural) e imaterial (reprodução cultural, conhecimento, ideologias, etc.). No

entanto, segundo os autores, o sentido de reprodução social das referidas perspectivas persistiria na centralidade humana, característico do antropocentrismo. A partir desta crítica, Corona e Almeida (2014), apoiados em Morin e Raynaut, sugerem uma noção de reprodução que permita o mesmo *status* entre os sistemas naturais e os sistemas sociais, analiticamente distintos, de forma que se possibilite identificar suas interconexões, ou seus *campos de coerência*, como escreve Raynaut (1994).

Inspirado por esta linha argumentativa esta pesquisa adota, a espelho de Corona e Almeida (2014), o conceito de *reprodução socioambiental*, como totalidade analítica em que os atores sociais estão inseridos. O principal subsídio do conceito de reprodução socioambiental para este trabalho está ao “dar conta teoricamente da complexa dinâmica relação entre humanos e natureza no intento da sustentabilidade dos sistemas vivos” (CORONA; ALMEIDA, 2014, p. 26), equacionando questões temporais (*habitus* e projetos), espaciais (locais e globais) e dialéticas (totalidade, contradição, tese-antítese-síntese), a fim de conseguirmos levar em conta as questões socioambientais contidas no debate de desenvolvimento rural.

Tanto Long (2001) quanto Raynaut (1994), compreendem que os atores sociais agem nas diferentes esferas reprodutivas através de diversas lógicas, em função de necessidades próprias e finalidades específicas, e quando em situações de mudança (desenvolvimento), se chocam com lógicas externas adaptando-as e transformando-as. Estes elementos determinaram, em grande medida, a opção metodológica deste trabalho. Levando o exposto em consideração, este trabalho está centralizado em um aspecto particular do processo de reprodução, as diferentes lógicas e estratégias que compõem um projeto, organizadas em uma unidade de produção familiar, com os fins de produzir e se reproduzir em seu ambiente através da agricultura.

1.2 TRABALHO DE CAMPO E FERRAMENTAS METODOLÓGICAS

O *campo*, para pesquisa social qualitativa, é uma fase fundamental em que se dá o recorte espacial, a abrangência empírica, do recorte teórico correspondente ao objeto de pesquisa. É o momento em que os atores sociais, de um constructo teórico pertencente ao objeto de pesquisa, tornam-se, para a

pesquisa, parte de uma relação de intersubjetividade, de interação social com o pesquisador (MINAYO, 2006).

Para realização do trabalho de campo desta pesquisa foi realizado uma fase exploratória precedente. Durante a fase exploratória foi possível delimitar a escolha do espaço empírico e do grupo de pesquisa, o estabelecimento de critérios para participação e as estratégias de entrada a campo.

A fase exploratória foi iniciada ao fim de 2018, durante a elaboração do projeto de pesquisa. Neste período inicial esta fase concentrou-se, primeiramente, em diálogos com o Júlio Carlos Bittencourt Veiga Silva, engenheiro agrônomo extensionista da Emater-PR (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural) e professor colaborador do PPGMADE. Desta maneira, foi oportunizado o trabalho interinstitucional de que trata esta pesquisa entre o PPGMADE e a Emater-PR.

Ao início do mês de maio de 2019 foi realizado uma reunião com o Júlio para definição do espaço de pesquisa e o critério de participação. Neste momento foi me apresentado o engenheiro agrônomo extensionista João de Ribeiro Reis Júnior, coordenador da Unidade Regional de Curitiba. Em meio as conversas sobre a produção agrícola na RMC e a minha apresentação do projeto de pesquisa, houve a sugestão para que eu me aproximasse do projeto de extensão e desenvolvimento rural “Sistema de Plantio Direto em Hortaliças (SPDH) ” para agricultores familiares da RMC atendidos pela Emater-PR, participantes do Projeto Olericultura, logo acatada. Em conjunto aos extensionistas, foi sugerido o trabalho em parceria com os técnicos de duas unidades municipais da Emater-PR, Almirante Tamandaré e Campo Magro. Posteriormente, foi incluído a oportunidade de se trabalhar no município de Itaperuçu. Todos pertencentes à RMC.

A partir da fase exploratória foi possível então definir os critérios para a participação da pesquisa, ou como é para Minayo (2006), a amostra qualitativa. Vale mencionar que a participação dos atores sociais nesta pesquisa não constitui uma amostragem estatística, isto é, não se baseia em critérios de representatividade numérica com os fins de obter uma generalização em relação a base teórica em questão. Desta maneira, a amostra qualitativa está baseada em privilegiar os atores sociais centrais aos problemas de pesquisa que permitam a compreensão de diferenciações internas assim como de

semelhanças, sem desprezar informações ímpares e não repetidas, de maneira que possa se abranger a totalidade das lógicas internas do grupo social (MINAYO, 2006).

Neste sentido, os critérios utilizados para seleção dos participantes à pesquisa são: serem olericultores familiares; participantes do Projeto Olericultura da Emater-PR; e voluntários à pesquisa. A quantidade de unidades de produção familiares participantes seguiu o critério de “saturação”, isto é, a noção de que a incorporação de novos participantes não apresenta novidades em relação aos objetivos de pesquisa (MINAYO, 2006, BAUERS; AARTS, 2017).

O instrumento principal de pesquisa utilizado durante o trabalho de campo foi a entrevista semi-estruturada guiada por um roteiro (ANEXO 1). Cada entrevista foi realizada após o agendamento com a família. Foi dada a atenção em privilegiar momentos em que os diferentes membros estivessem reunidos para tal. Durante as entrevistas a acolhida do pesquisador é seguida pela apresentação dos motivos da pesquisa e a justificativa da escolha do entrevistado. Em seguida apresenta-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO 2), focalizando principalmente na garantia do anonimato e sigilo das informações prestadas. Após o consentimento do participante, se dá o pedido de consentimento para gravação de áudio da entrevista. A gravação foi feita por meio de um *smartphone*.

Os arquivos de áudio resultante de cada entrevista foram arquivados e posteriormente transcritos, de forma manual e literal, para arquivos de textos com o auxílio do software Microsoft Office®. Posteriormente, as entrevistas transcritas foram inseridas no software de análise de dados qualitativos MAXQDA®.

Para além dos instrumentos acima citados, este trabalho se faz valer de fontes secundárias, sobretudo fontes estatísticas, e de pesquisa documental a fim de fundamentar teoricamente as temáticas abordadas. Propõem-se, ao fim, uma triangulação metodológica, a partir dos vários instrumentos, isto é, o uso e o confronto das diferentes ferramentas metodológicas com os fins de verificação e validação da pesquisa (MINAYO, 2006, p. 370-373).

A entrada a campo se deu a partir de reuniões com os extensionistas das agências municipais da Emater-PR: o engenheiro agrônomo Ícaro Daniel Petter, de Almirante Tamandaré; e com o engenheiro agrônomo José Alberto

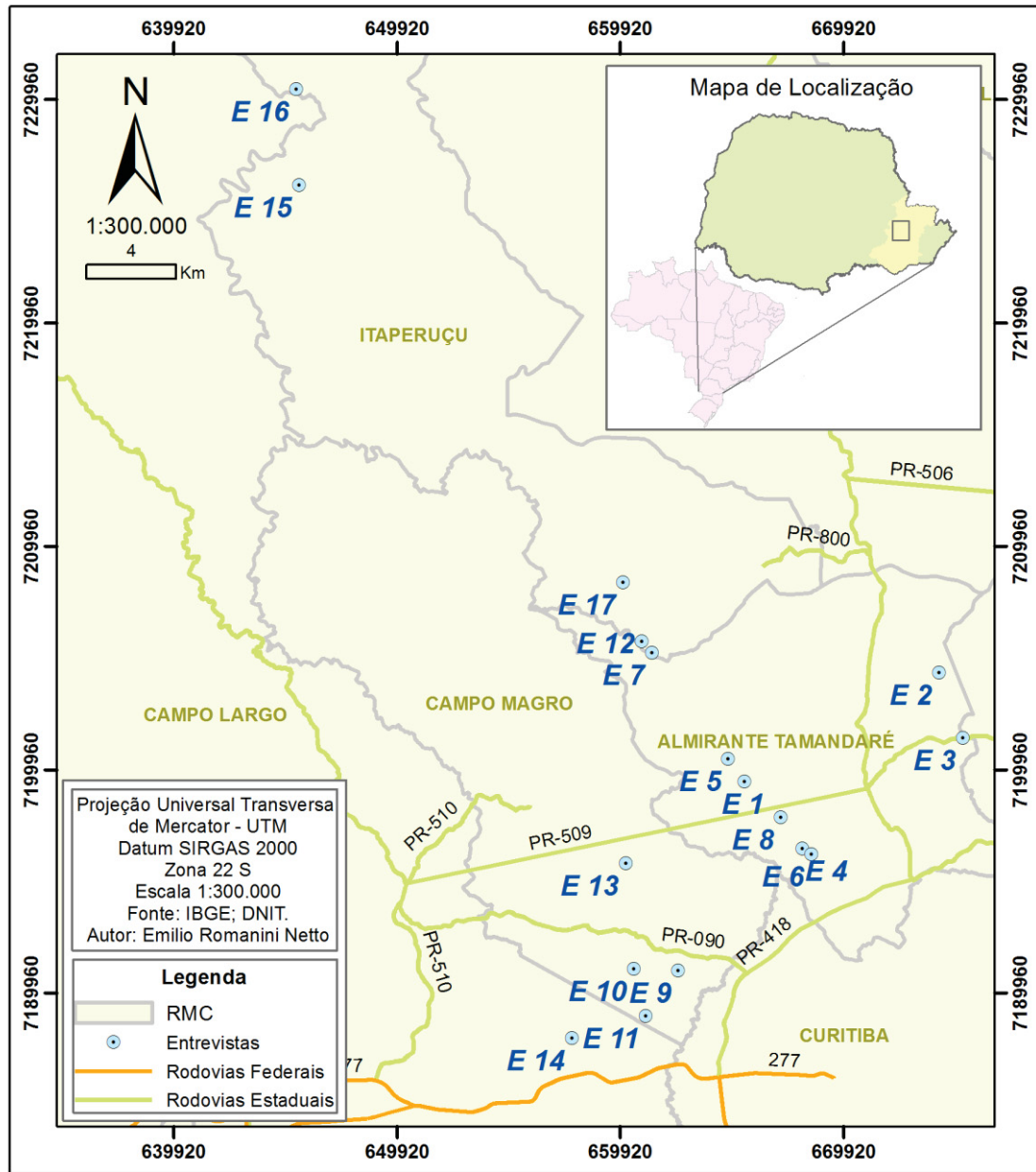
Grobe e o técnico agrícola Sidney Sebastião Rodrigues de Oliveira, em Campo Magro. Posteriormente o eng. agrônomo Ícaro apresentou o técnico agrícola Carlos Henrique Andrade, da agência de Itaperuçu. Seguido da entrada a campo, isto é, a aproximação aos extensionistas das agências municipais da Emater-PR, foi iniciado visitas à algumas unidades de produção de olerícolas atendidas pelos extensionistas, a apresentação do pesquisador e do projeto de pesquisa aos possíveis voluntários a pesquisa. Desta maneira a parceria interinstitucional proporcionou o trabalho conjunto entre a pesquisa e a extensão, viabilizando estruturalmente a pesquisa de campo durante os meses de junho a agosto de 2019.

A partir dos critérios de participação foram entrevistados dezessete (17) unidades de produção familiares, sendo oito (8) unidades de Almirante Tamandaré, quatro (4) unidades de Campo Magro, quatro (4) unidades em Itaperuçu e uma (1) unidade em Campo Largo, espacialmente distribuídas como sugere a FIGURA 2. A diferença numérica dos participantes em cada município, para além dos critérios de amostragem e saturação, correspondeu às diferenças empíricas referente a cada município (por exemplo, a importância da olericultura na produção agrícola do município) e, sobretudo, à atuação da Emater-PR em cada município frente aos critérios de pesquisa (por exemplo, a única unidade entrevistada no município de Campo Largo corresponde a atuação do técnico de Campo Magro naquela específica unidade de produção).

A partir dos critérios de participação e de saturação foi possível entrevistar olericultores de distintas posições socioeconômicas, convencionais e orgânicos, com distintas lógicas e estratégias de relação com atores externos e de reprodução socioambiental.

As entrevistas ocorreram nas mais distintas situações, com a família à mesa servida de café, na roça ou encima do trator. Também, sempre que possível, foram ouvidos os mais distintos membros da família suas lógicas e opiniões sobre o projeto de vida da família.

FIGURA 2 MAPA DAS ENTREVISTAS



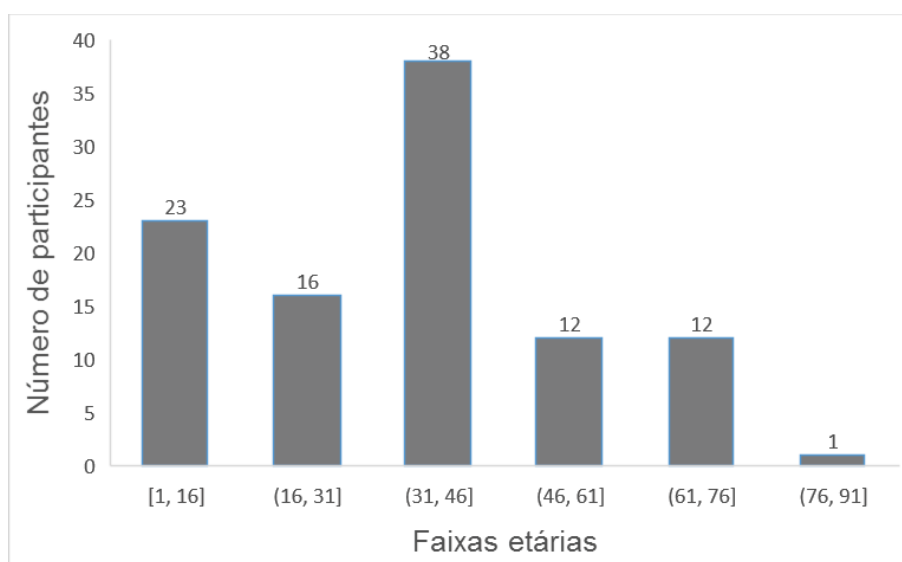
FONTE: O Autor (2020)

Cada entrevista contabiliza uma *unidade de produção familiar* (UPF). As unidades participantes da pesquisa apresentam diversas constelações familiares, principalmente ao que se refere à participação no trabalho agrícola. Isto porque, não raramente, a agricultura é fonte de renda para mais de um grupo doméstico. O que nos leva a pergunta de Woortmann (2014, p.245): “Grupo doméstico é uma unidade residencial ou de trabalho? É o lugar onde se passa o dia ou onde se passa a noite, onde se é unidade de consumo ou de trabalho? ”.

Estas perguntas surgiram empiricamente durante a fase de campo da pesquisa, em função das diversas formas familiares e organizativas encontradas em relação a propriedade e ao trabalho produtivo. Desta forma, foi tomada a decisão de considerar a unidade de produção familiar a partir da soma das unidades domésticas que participam no trabalho produtivo em uma mesma área agrícola. O que nos possibilitou encontrar empiricamente, por exemplo, UPF com uma pessoa, e também com dezessete pessoas, entre adultos e crianças. Isto é, a unidade de produção familiar se caracteriza por ser uma ou mais unidades domésticas que destinam sua força de trabalho a uma mesma área produtiva.

Neste sentido, das dezessete (17) UPF entrevistadas por esta pesquisa foi possível contabilizar a participação de cento e um (101) membros, entre homens e mulheres, crianças, adultos e idosos. A contabilização geral dos indivíduos participantes se encontra dividida entre 43% de mulheres e 57% de homens. Da distribuição etária, demonstrada através do GRÁFICO 1, é possível generalizar o predomínio de membros em idade ativa de trabalho, ao mesmo tempo em que é possível notar uma presença reduzida de indivíduos com mais de 61 anos em relação aos indivíduos de até 16 anos.

GRÁFICO 1 DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DOS PARTICIPANTES POR FREQUÊNCIA



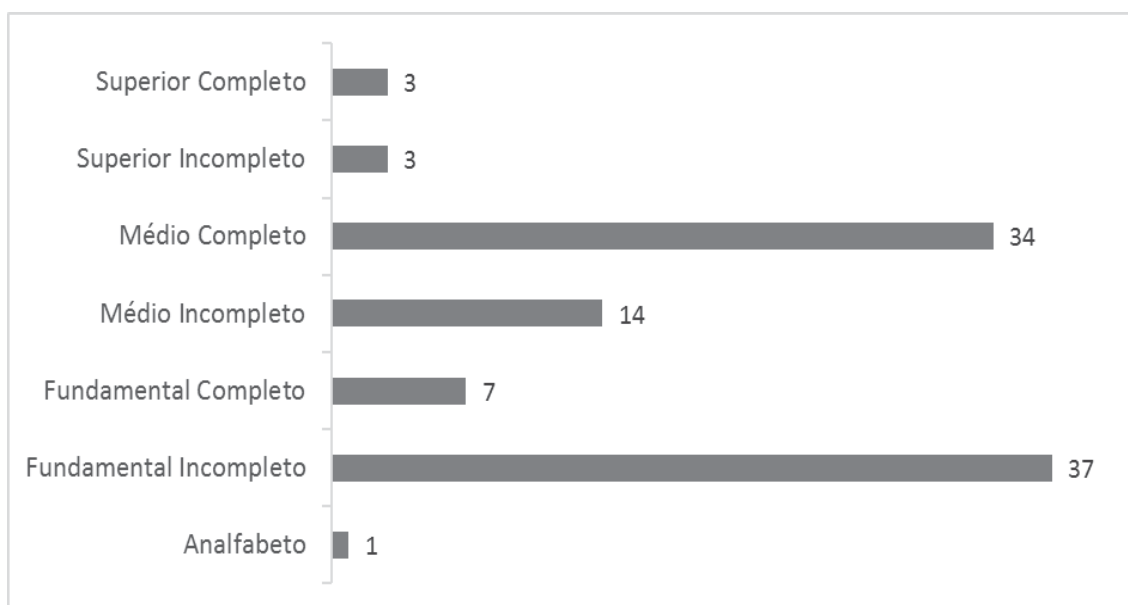
FONTE: O Autor (2020)

A escolaridade é outro elemento de ilustrativo dos participantes da pesquisa. De acordo com o GRÁFICO 2 é possível notar grande variação entre o grau de escolaridade dos participantes. Em primeiro pode-se evidenciar um

baixo grau de analfabetismo entre os participantes, o que indica que a maioria dos participantes frequentou a escola em algum momento de sua vida. Todavia, dos 39 participantes que possuem o ensino fundamental incompleto, 28 são maiores de idade e não retornaram ao ensino escolar, isto é, por inúmeras razões, não terminaram o ensino fundamental ou não adentraram ao que antigamente se chamava de ensino ginásial. Os outros 11 participantes são menores de idade regularmente matriculados nas escolas. Este gráfico prescinde dois indivíduos recém nascidos.

Há também um número expressivo de participantes que completaram o ensino médio, que engloba o médio técnico, sendo que, dos 37 participantes que concluíram o ensino médio, 21 são mulheres, o que revela um aparente recorte de sexo. Enfim, é possível notar também o reduzido número de participantes que adentraram, ou mesmo concluíram o ensino superior.

GRÁFICO 2 ESCOLARIDADE DOS PARTICIPANTES



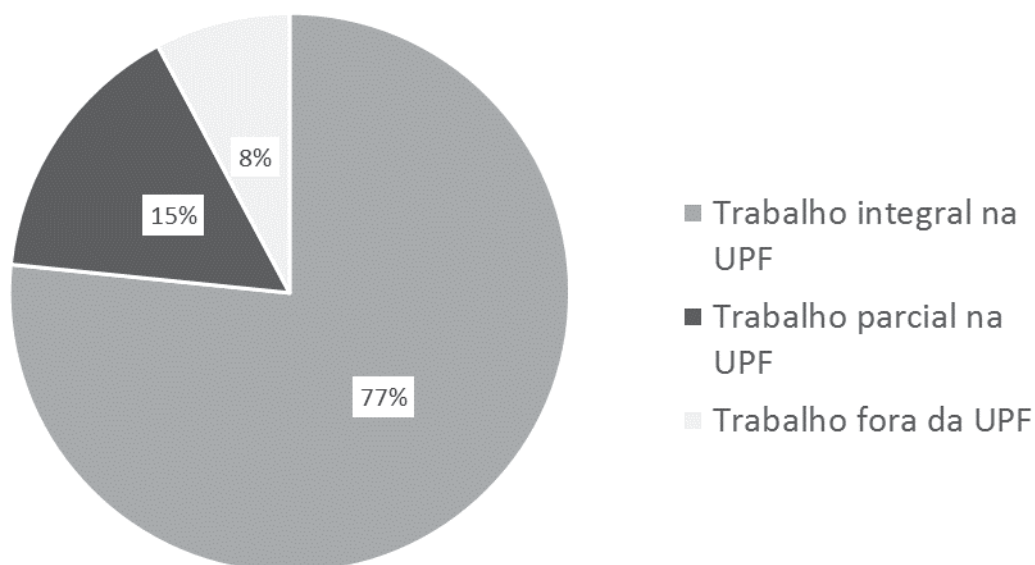
FONTE: O Autor (2020)

Dos cento e um membros, das dezessete unidades de produção familiar participantes da pesquisa, também foi possível encontrar diversidade entre as formas de trabalho dos participantes, conforme se ilustra no GRÁFICO 3. Em primeiro lugar, é importante pontuar que o GRÁFICO 3 prescinde os indivíduos que não trabalham, sendo estes exclusivamente estudantes ou não aptos para o trabalho (por serem muito jovens ou desabilitados física ou mentalmente),

contabilizando 24 indivíduos em que, segundo a resposta dos entrevistados, a categoria de trabalho *não se aplica*.

Entre as formas de trabalho definidas por esta pesquisa, entende-se o *trabalho integral na UPF* como indivíduo que realiza estritamente o trabalho agrícola, doméstico ou artesanal, como atividade produtiva e/ou como modo de vida, obtendo renda ou não, mas que, sobretudo, não realiza qualquer outro tipo de trabalho com objetivos de renda fora da unidade de produção. Desta categoria, fazem parte 77% dos participantes entrevistados (59 indivíduos), o que prenuncia a importância do trabalho familiar que será tratado adiante.

GRÁFICO 3 TIPOS DE TRABALHO



FONTE: O Autor (2020)

A categoria *trabalho parcial na UPF* se refere a indivíduos que exercem trabalho na unidade de produção, porém exercem outros tipos de trabalho fora da UPF sem dedicação exclusiva (40 horas/semanais ou mais), podendo obter renda ou não, somando 12 indivíduos, ou 15% dos trabalhadores participantes da pesquisa. Outra categoria importante é o *trabalho fora da UPF*. Esta categoria trata dos indivíduos que realizam trabalhos de dedicação exclusiva fora da UPF, mesmo que, colaborem em trabalhos agrícolas, domésticos ou artesanais dentro da UPF. Desta categoria se enquadram 8% dos participantes que trabalham.

Ao fim desta explanação espera-se que tenha sido possível abordar características gerais intrínsecas aos atores sociais participantes desta pesquisa, assim como, dos aspectos teórico-metodológicos do trabalho de campo. Entretanto, o trabalho realizado por esta pesquisa faz parte de um cenário maior, que é determinado por características socioambientais de um mesmo espaço, neste caso, o espaço rural da Região Metropolitana de Curitiba, assunto que será tratado a seguir.

2 O ESPAÇO EMPÍRICO DE PESQUISA, O RURAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

De acordo com Brandenburg *et al* (2004) o espaço rural da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) vem ganhando reconstrução analítica e visibilidade, em detrimento aos espaços urbano, muito em função da riqueza de sentidos produzidos por este espaço em questão. Os autores citam a confluência neste mesmo espaço de uma heterogeneidade de expressões rurais, com interesses ambientais conflitantes, assim como um espaço de riscos socialmente construídos, de reencontro com a natureza, mas determinantemente, um espaço com o surgimento de novos atores sociais.

Segundo Brandenburg (2010), esta heterogeneidade é construída a partir de três rurais da história recente: o rural tradicional, o rural moderno e o rural socioambiental. O rural tradicional caracterizaria a expressão da tradição e da cultura, mais marcadamente camponesa, da vida em comunidade, dos laços de solidariedade, mas também da precariedade estrutural. Este rural pacato e bucólico teria sido chocado com a modernização da vida rural e a industrialização da agricultura por meio, principalmente, de políticas de modernização desde os anos 1960. Todavia, o autor nos remete a capacidade de coexistência destas expressões e mais, da resignificação à luz de novas influências culturais, as quais foram meio para emergência de um rural socioambiental. O rural socioambiental seria característico de uma modernidade avançada, rearticulado pelas novas questões ambientais, construindo uma “ruralidade multidimensional formando um conjunto de rede de relações de sociabilidade heterogênea.” (BRANDENBURG, 2010, p.424)

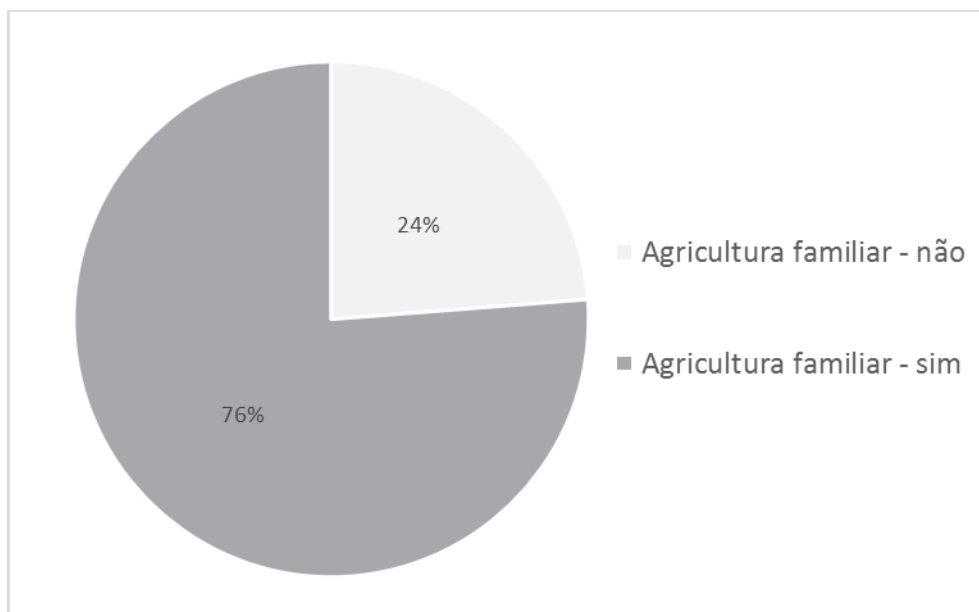
O que se faz relevante perguntar: “como a agricultura familiar, em toda sua diversidade, se transforma e se reproduz no contexto da heterogeneidade socioambiental na RMC?” (FERREIRA, 2012, p.17). A autora entende que esta questão norteadora vem de encontro com a reflexão sobre as diferentes perspectivas de desenvolvimento rural e territorial sustentável, e o papel da pesquisa como forma de elaborar respostas multidimensionais a esta questão fomenta a produção de políticas e programas como contraponto à noção de desenvolvimento em sua versão modernizante (FERREIRA, 2012).

O espaço rural da RMC está imerso em uma conjuntura nacional do desenvolvimento da modernização da agricultura, principalmente a partir dos anos 1960, por meio do crédito rural, pesquisa e extensão rural. Uma das consequências da modernização conservadora da agricultura seria que as regiões com menos vocação ao estilo de agricultura de alta adesão tecnológica e larga escala criam novos espaços caracterizados por uma expressão heterogênea de modos de vida ligados ao rural. Não raramente estes espaços também se caracterizaram, não somente por sua riqueza cultural, mas pelo abandono das esferas públicas. Este quadro passou a se alterar a partir de políticas públicas voltadas ao pequeno produtor de alimentos, ao sujeito que passou a ser categorizado como agricultor familiar, em especial, a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento ao Agricultor Familiar (Pronaf), nos anos 1990. Posteriormente a criação do Pronaf outras políticas públicas passaram a compor o cotidiano das comunidades rurais a partir das políticas de segurança alimentar como a Política de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), tal qual as políticas territoriais e de reforma agrária, ambientais e sociais (SOUZA, 2012).

A RMC é um dos inúmeros territórios desconsiderados pelo avanço da grande agricultura capitalista, especializada e orientada pela monocultura, muito em função de seus aspectos geoecológicos, o que permitiu a persistência de comunidades rurais e peri-urbanas detentoras de pequenas propriedades, assim como, preservou traços da agricultura tradicional. Disto pode-se dizer que, a permanência destas comunidades e famílias no espaço rural, a diversificação da produção, e a modernização das técnicas e ferramentas agrícolas compõem um rol de estratégias determinadas pela exclusão das políticas de modernização convencionais (SOUZA, 2012). Segundo o Censo Agropecuário de 2017, dos 23.885 estabelecimentos agropecuários encontrados nos municípios da RMC,

18.208 são caracterizados como de agricultura familiar¹, como sugere o GRÁFICO 4.

GRÁFICO 4 NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NA RMC POR TIPOLOGIA



FONTE: IBGE (2018)

Ainda, existem dinâmicas diferenciadas entre microrregiões pertencentes à RMC, onde, por exemplo, se para alguns municípios a modernização se deu através da proximidade do mercado consumidor de Curitiba e a criação dos CEASA (Centrais de Abastecimento do Paraná S. A.) e a atuação da antiga ACARPA² (Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná) ainda nos anos 1970, em outras regiões a modernização foi facilitada pela disseminação e acesso às políticas públicas voltadas à agricultura familiar posteriores aos anos 1990, e em outras regiões a modernização se deu de forma incipiente, ainda predominando os sistemas sociotécnicos tradicionais (FERREIRA *et al*, 2012, CIDADE JUNIOR, 2008).

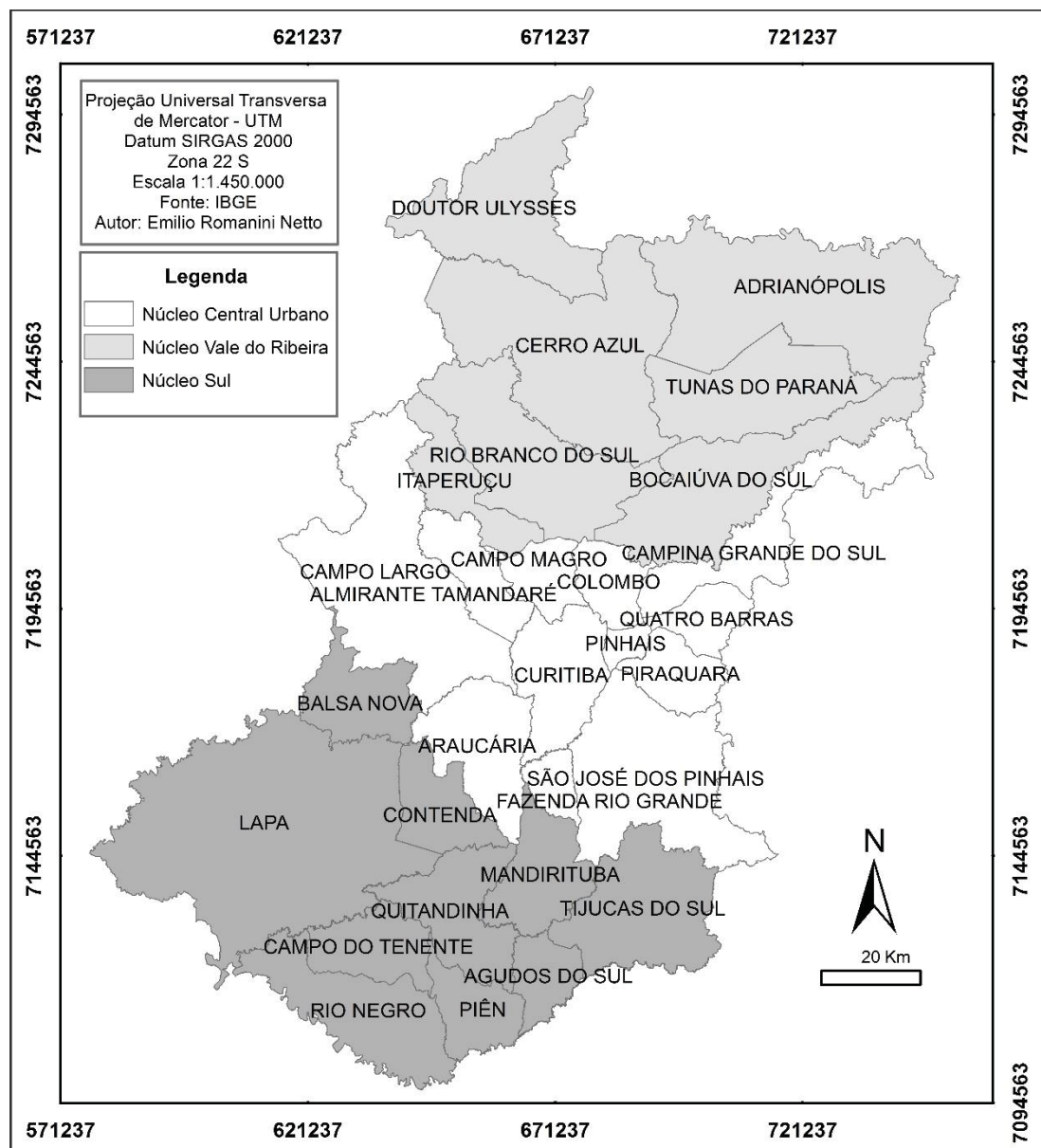
¹ A definição formal de agricultura familiar utilizada pelo IBGE no Censo Agropecuário de 2017 está prevista na Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, em especial o art. 3º que considera, em síntese, empreendimentos agrícolas que não excedam 4 (quatro) módulos fiscais, utilize predominantemente mão de obra familiar, obtenha renda majoritariamente do empreendimento familiar e dirija seu estabelecimento com a família (DEL GROSSI, 2019, BRASIL, 2006)

² A atual Emater-PR.

2.1 ASPECTOS TÉCNICOS E SOCIOECONÔMICOS DA OLERICULTURA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

A agricultura na RMC é bastante influenciada pelos fatores climáticos, geográficos, solos, disponibilidade de água, assim como, o processo de ocupação das diferentes regiões que a compõe. A produção agropecuária da RMC pode ser subdivida em três grandes núcleos, como sugere a FIGURA 2.

FIGURA 3 MAPA DOS MUNICÍPIOS DA RMC



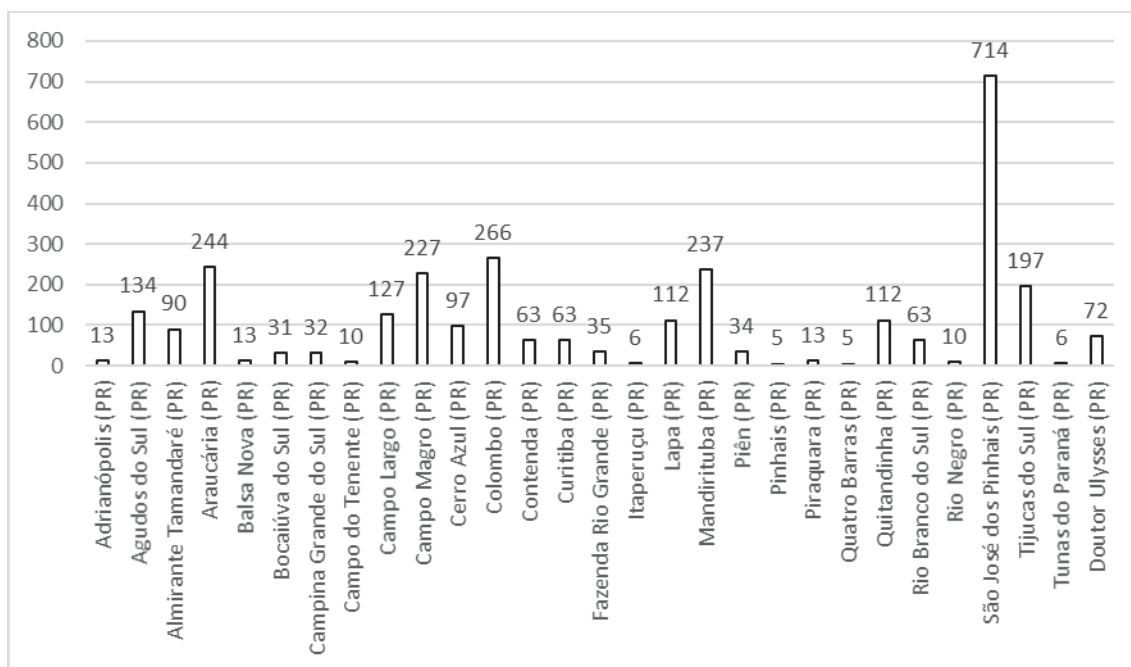
FONTE: O Autor (2020)

O Núcleo Central Urbano é onde se dão importantes bacias hidrográficas que servem de mananciais urbanos, pode ser caracterizado majoritariamente pela produção de olerícolas. Já o Núcleo Sul, com relevos menos acidentados e solos mais profundos pode ser caracterizado pela produção de grãos. O Núcleo Vale do Ribeira, ao longo da bacia hidrográfica do rio Ribeira, possui relevo fortemente acidentado, solos rasos, predominando o plantio de reflorestamento de pinus, eucalipto e bracatinga (NASCIMENTO, 1999)

Queiroga (2012) defende que a mudança mais clara no perfil da produção agrícola na RMC está relacionada a produção de olerícolas e frutíferas. O autor compreende esse fato se dar em função da olericultura se viabilizar em pequenas propriedades, a proximidade à Curitiba e um alto valor de mercado. A fruticultura também vem ganhando espaço, principalmente no Vale do Ribeira. Na safra 2017/2018 os municípios da RMC produziram 40% das principais culturas olerícolas do estado do Paraná, circulando uma receita de aproximadamente 1,4 bilhões, produzindo 30% de toda batata e 58% de toda cebola produzidos no estado (SEAB/DERAL, 2018). Segundo Censo Agropecuário de 2017, o número de estabelecimentos agropecuários que realizam a olericultura varia entre os municípios da RMC de acordo com o GRÁFICO 5. Ainda, de acordo com o GRÁFICO 6, é possível evidenciar o predomínio da agricultura familiar como protagonista da produção olerícola na RMC.

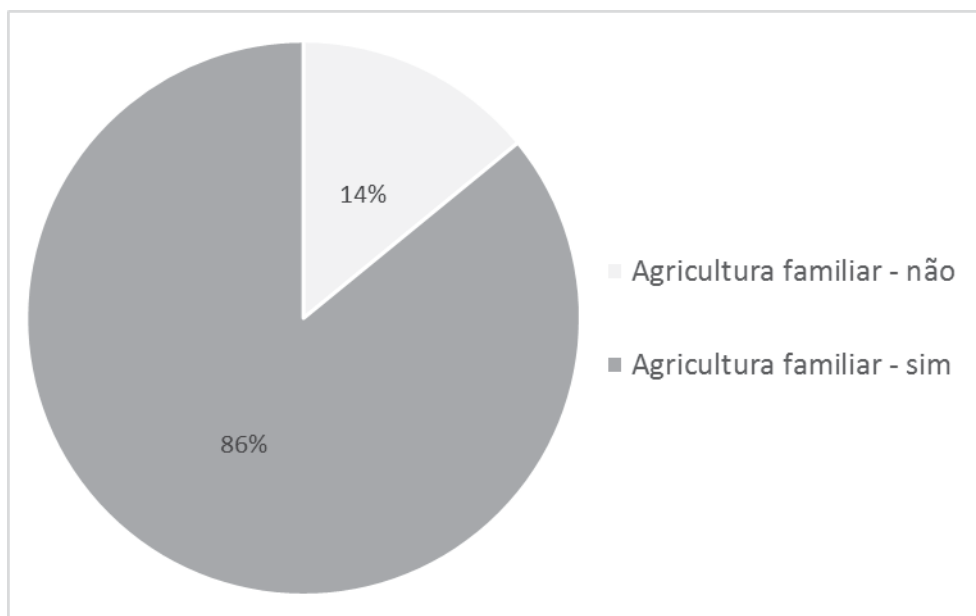
Segundo Filgueira (2007), a evolução da produção de hortaliças no Brasil, em especial as olerícolas, ganhou impulsos importantes após a criação das Centrais de Abastecimento (CEASAs), ao longo da década de 1970, a criação da Embrapa Hortaliças, nos anos 1980, e já na década de 1990, sua expansão foi acompanhada pelo desenvolvimento e disseminação de técnicas como cultivo protegido em estufas, a hidroponia, a fertirrigação, as irrigações por gotejamento, inclusive o plantio na palha de algumas espécies.

GRÁFICO 5 NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS QUE REALIZAM OLERICULTURA POR MUNICÍPIO



FONTE: IBGE (2018)

GRÁFICO 6 NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS QUE REALIZAM OLERICULTURA NA RMC POR TIPOLOGIA



FONTE: IBGE (2018)

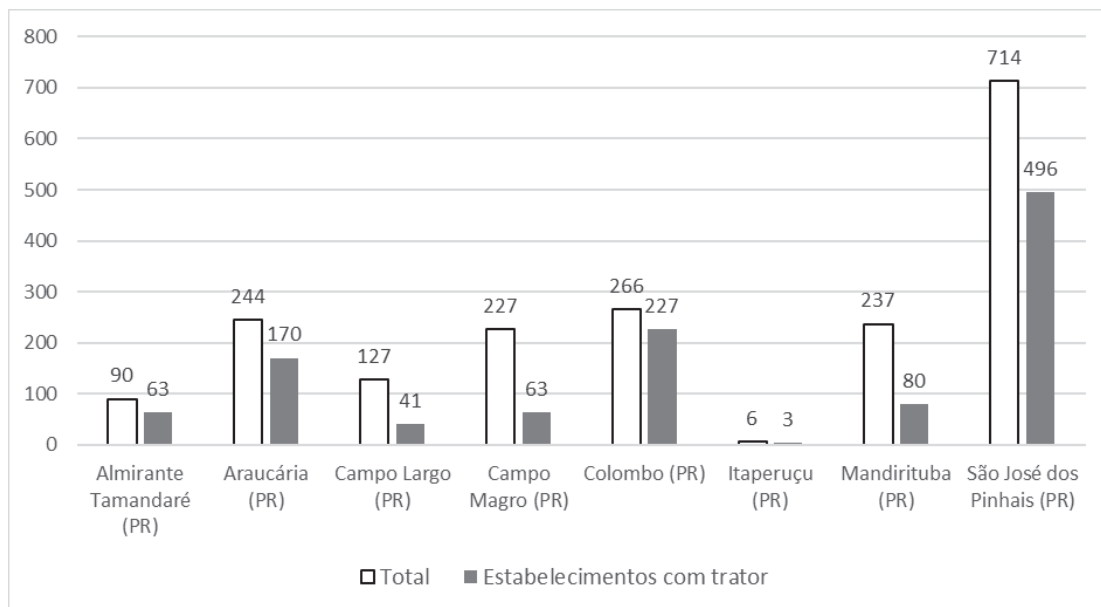
A olericultura possui características técnicas gerais que se fundem com os aspectos socioeconômicos da produção agrícola e com a estrutura fundiária. A primeira característica é o fato de ser uma atividade agrícola altamente

intensiva. Este fator deve-se, tanto ao ciclo geralmente curto das espécies cultivadas, quanto ao alto investimento por hectare, principalmente ao que se refere à alta demanda de nutrientes a cada ciclo. Ou seja, em um mesmo talhão produtivo pode-se colher entre três safras de tomate, seis safras de alface ou até mesmo doze safras de rabanete, com alta extração e exportação de nutrientes do solo (FILGUEIRA, 2007). O que indica a alta demanda de adubação química e/ou orgânica na produção olerícola para atingir níveis satisfatórios de produção.

Neste sentido, é também uma característica importante o manejo mecânico do solo na olericultura. Para além da prática convencional de aração e gradagem para destorroamento do solo, o subsolador quando há compactação, no plantio de olerícolas ainda há utilização de rotativas, rotoencanteiradores e sulcadores, implementos com o objetivo de aumentar a pulverização do solo. Estas operações são ainda mais intensivas para as culturas de raízes, tubérculos e bulbos.

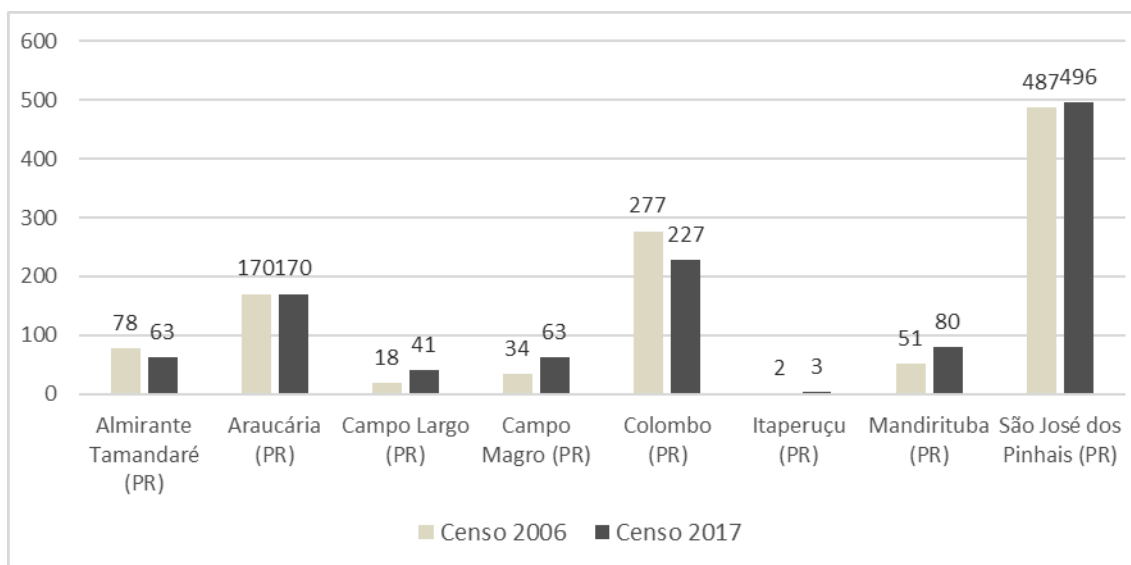
Segundo o Censo Agropecuário de 2017, entre os municípios mais relevantes de produção olerícola da RMC em adição aos municípios contidos nesta pesquisa, predominam estabelecimentos que realizam olericultura com tratores próprios, de acordo com o GRÁFICO 7. Em Campo Magro, Campo Largo e Mandirituba o número de estabelecimento com atividade olerícola que possuem trator próprio é abaixo da metade da totalidade de estabelecimentos direcionados a essa atividade, entretanto, não exclui a importância da mecanização para produção olerícola, uma vez que os estabelecimentos sem tratores podem alugar a hora/máquina para as operações agrícolas. Pode-se também observar a evolução do número de tratores em estabelecimentos que praticam a olericultura entre os Censos de 2006 e 2017 nestes mesmos municípios, como ilustra o GRÁFICO 8, reforçando a importância. O aluguel de máquinas agrícolas poderia explicar também a diminuição do número de tratores em Colombo e Almirante Tamandaré, dado o peso do investimento nos tratores.

GRÁFICO 7 NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS QUE REALIZAM OLERICULTURA, TOTAL E COM TRATORES



FONTE: IBGE (2018)

GRÁFICO 8 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTO COM TRATORES QUE REALIZAM OLERICULTURA



FONTE: IBGE (2012, 2018)

Outra característica marcante é o emprego intensivo de trabalho ao longo do ciclo produtivo das olerícolas. Isto deve-se, por um lado, ao baixo rendimento do trabalho de uma pessoa por tempo e por área durante as operações técnicas, e por outro, por ser pouco disseminado a mecanização

adaptada à produção de olerícolas, exceto para algumas culturas, principalmente ao que se refere a produção agroindustrializada. Pode-se sublinhar algumas características como a delicadeza das plantas e frutos, ausência de herbicidas registrados (ou seja, necessidade de capina mecânica ou manual), podas, raleamentos e limpeza de restos culturais, colheita especializada, entre outros tratamentos culturais específicos de cada cultura. Em função destas características, quanto maior a área de produção maior é a demanda de mão-de-obra, dividindo a olericultura em dois padrões gerais de produção, a grande empresa especializada e a pequena propriedade familiar (FILGUEIRA, 2007).

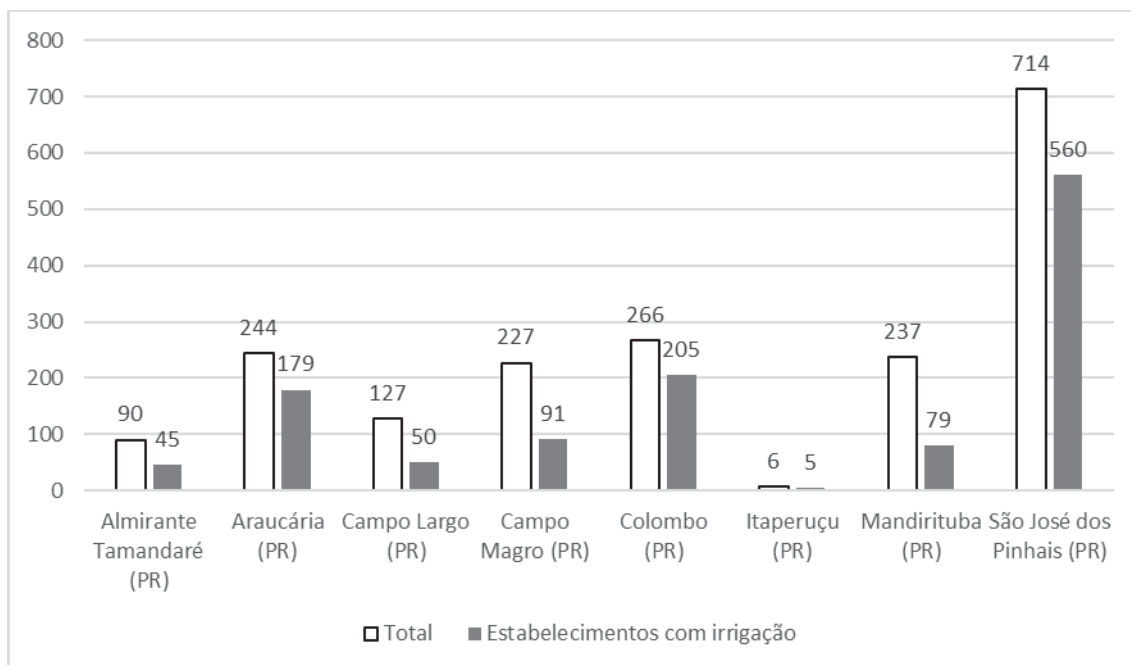
Entretanto, há uma constante evolução tecnológica e o surgimento de inovações nas diferentes fases da produção, tanto ao que se refere aos equipamentos e implementos quanto às instalações, irrigação e fertirrigação, hidroponia, melhoramento vegetal, formulados de adubação específica, etc. (FILGUEIRA, 2007). Segundo o Censo Agropecuário de 2017, assim como os tratores, a irrigação é uma tecnologia relevante, como demonstra o GRÁFICO 9. É possível também evidenciar no GRÁFICO 10, um aumento no número de estabelecimentos com irrigação nos mesmos municípios em que houve um aumento no número de tratores, Campo Largo, Campo Magro e Mandirituba. Ainda, o mesmo fenômeno de diminuição ocorre no município de Colombo e Almirante Tamandaré. Estes fatores somados podem sugerir a adesão diferencial à modernização da agricultura, nestes casos, uma tendência temporal em estabelecimentos de um mesmo município.

É preciso ressaltar aqui a questão dos agrotóxicos na olericultura. Segundo o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) da Anvisa (2013), analisado amostras em todos os 26 estados do Brasil, os cinco primeiros alimentos que mais apresentam resíduos de agrotóxicos pertencem ao grupo produtivo das olerícolas.

Desta forma, Nascimento (1999) e Queiroga (2012) salientam a existência de riscos reais e potenciais a contaminação recursos naturais, em especial pelo fato de os municípios com maior adoção tecnológica, principalmente o manejo convencional de solos, adubos químicos e agrotóxicos, coincidirem com as áreas de mananciais do Alto Iguaçu e o Aquífero Karst, áreas

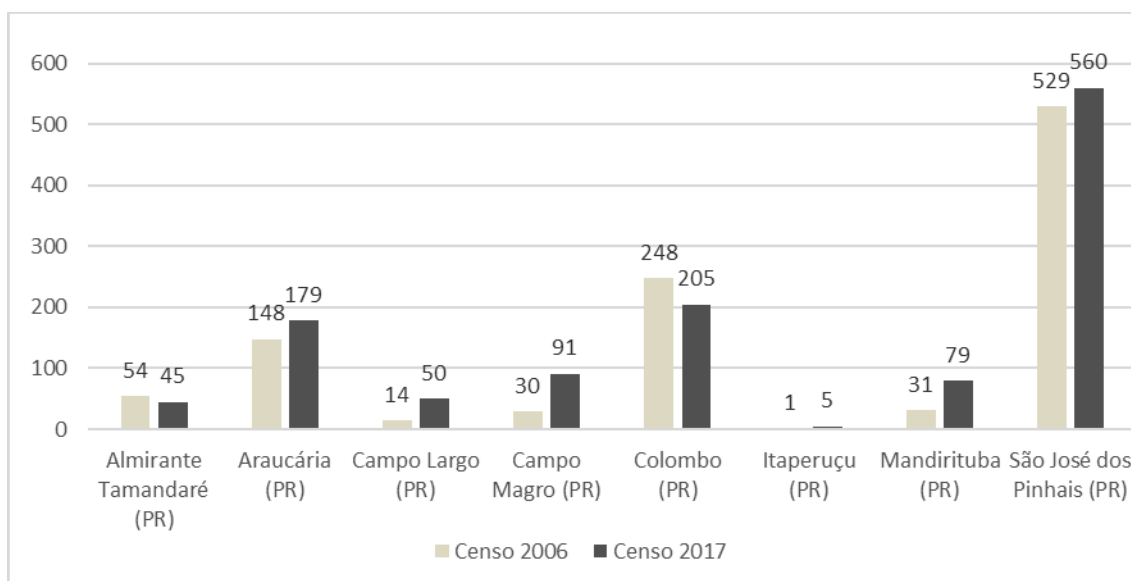
fundamentais para o abastecimento de água de toda RMC, representando um grande risco socioambiental para região.

GRÁFICO 9 NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS QUE REALIZAM OLERICULTURA, TOTAL E COM IRRIGAÇÃO



FONTE: IBGE (2018)

GRÁFICO 10 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTO COM IRRIGAÇÃO QUE REALIZAM OLERICULTURA



FONTE: IBGE (2012, 2018)

É a partir deste sentido em que emerge na RMC a noção de um rural socioambiental de que se refere Brandenburg (2004, 2010). A crescente preocupação com o crescimento demográfico da metrópole, contribuiu para um olhar ambiental, sobretudo das esferas públicas, para os recursos naturais dos municípios da RMC, e conseqüentemente uma visão crítica às práticas agrícolas modernas e intensivas. As políticas de proteção ambiental incidiram diretamente sob os agricultores familiares, os quais a perceberam muito mais como um choque normativo e ainda, contribuiu para “descartar ou desqualificar as práticas socioprodutivas desenvolvidas pelos agricultores e que foram responsáveis, ao longo desses anos, tanto pela manutenção dos recursos naturais quanto de formas de sociabilidade que animavam a vida social” (ROZENDO, 2012, p. 359).

Por outro lado, o rural socioambiental da RMC também se expressa por um crescente movimento em direção à ecologização dos sistemas produtivos agrícolas, em especial a disseminação da agricultura orgânica e a certificação da produção agrícola (CIDADE JÚNIOR, 2008, DAROLT, 2004), através de apoio de diversos atores como a Rede Ecovida e a Emater-PR (SILVA *et al*, 2018). O crescimento da produção orgânica também é reflexo dos canais de comercialização, em especial o crescimento de espaços como feiras-livres exclusivamente de produtos orgânicos espalhadas na cidade de Curitiba, entre outros canais de comercialização (GRIMM *et al*, 2018).

3 DESENVOLVIMENTO, MODERNIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA

A agricultura, para além de uma atividade econômica, é uma atividade eminentemente social e de direta relação com a natureza. Neste sentido, para Toledo e Barrera-Bassols (2015) a história da agricultura é uma história da interdependência e coevolução entre grupos sociais em sua relação com a natureza. Todavia, como bem nos conta Mazoyer e Roudart (2010), após a Segunda Revolução Agrícola dos Tempos Modernos houveram progressivos rompimentos da relação humana com a natureza em direção à dominação e artificialização dos procedimentos agrícolas. Esse processo que convencionalmente passou a se chamar de modernização da agricultura deslocou uma atividade que antes era de controle e intimidade entre o grupo social (sociedade, tribo ou família) e a natureza, para uma atividade desenvolvida em uma ampla cadeia de atores sociais, instituições e mercados posicionados tanto em momentos anteriores como posteriores à produção agrícola.

Na América Latina, a modernização da agricultura se dá sob o contexto das transformações ocorridas do período pós-guerra, a partir da segunda metade do século XX. Foi um período de forte aliança entre os governos locais e os bancos internacionais de financiamento onde caminhamos em direção à industrialização, modernização dos estilos de vida e internacionalização das economias, período que passou a ser chamado como desenvolvimentismo, sem que se pudesse deixar de mencionar a influência dos Golpes Militares e o estabelecimento de governos militares ditatoriais (NIERDELE et al, 2016).

O processo de modernização da agricultura brasileira desencadeou importantes transformações nas relações sociais no campo, assim como, em todo funcionamento do sistema agroalimentar, assim como, também desencadeou importantes transformações ecológicas (GRAZIANO DA SILVA, 1981, GRAZIANO NETO, 1982, GOODMAN, SORJ, WILKINSON, 1985). Neste sentido, interpreta-se a modernização da agricultura como um processo de *intervenção planejada*. Para Long (2001) a modernização da agricultura é um projeto coordenado por uma rede de atores com grande margem de poder para produzir tipos ideais de projetos de desenvolvimento. O autor sugere que o projeto de modernização da agricultura é um projeto de desenvolvimento que

pode ser teoricamente analisado basicamente a partir de dois processos, mercantilização e institucionalização (ou incorporação institucional). Começaremos por este último

3.1 MODERNIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AGRICULTURA

A incorporação institucional, ou institucionalização, é uma perspectiva de abordagem dos processos de inter-relação entre agricultores (e outros grupos locais) e um amplo ambiente técnico-administrativo composto por organizações privadas e estatais, fruto do processo de modernização da agricultura. A incorporação institucional é decomposta em três processos interconectados: a externalização, a cientifização, e a centralização estatal (LONG,2001).

A externalização da agricultura é uma consequência do processo geral de divisão do trabalho. Entretanto, Ploeg (1993a) delimita uma diferença fundamental na divisão do trabalho na indústria e na divisão do trabalho na agricultura. Na indústria a divisão do trabalho se dá nas tarefas e processos de trabalhos internos à fábrica, o que não implica, necessariamente, em um aumento das relações mercantis. Já na agricultura, a divisão do trabalho é coordenada pela divisão de processos e recursos produtivos *entre* as unidades de produção, provocando, conseqüentemente, a multiplicação das relações mercantis. Desta maneira, a modernização da agricultura, ainda que com importantes peculiaridades regionais (ecossistêmicas e culturais), produz uma divisão *espacial* do trabalho agrícola, ou seja, tanto unidades de produção como regiões se tornam especializadas em partes diferentes da totalidade da produção agrícola (PLOEG, 2009). É importante ressaltar que a externalização da agricultura está intimamente conectada com o processo de mercantilização³.

O processo de institucionalização da agricultura também se dá através da cientifização. A cientifização da agricultura é o processo em que os centros tecnológicos de ciência agrária se tornam protagonistas na construção de inovações tecnológicas e, conseqüentemente, da normatização e padronização dos processos produtivos (LONG, 2001). Desta característica Ploeg (1993a)

³ Assunto será tratado adiante no tópico 3.2.

chama a atenção para a separação entre o trabalho mental e o trabalho manual, antes unidos nas formas camponesas e tradicionais de fazer agricultura. A cientificação da agricultura é chave central para compreensão das transformações provocadas pela motomecanização, pelas espécies geneticamente melhoradas e pelos insumos industrialmente sintetizados como adubos e agrotóxicos. Isto porque, a centralidade na inovação derivada dos centros tecnológicos faz parte de uma narrativa dominante da qual os níveis de intensidade da agricultura necessários para alimentar a humanidade estão vinculados a capacidade da intensificação estimulada pela tecnologia, e não mais pela intensificação estimulada pelo trabalho (PLOEG, 2016).

A cientificação também implica em processos de erosão de conhecimentos locais sobre agroecossistemas⁴ e produção agrícola, em direção a externalização e mercantilização do conhecimento e das inovações tecnológicas, o que vem sendo o papel central das ciências modernas à serviço dos projetos de intervenção planejada. Neste sentido, o papel da ciência agrária é fundamental:

“As ciências agrárias, por exemplo, não se ocupam mais (como era o caso da agronomia tradicional) com o conhecimento da produção agrícola em todas as suas vertentes empíricas. Ao invés disso, essas ciências (incluindo a sociologia rural) se identificam cada vez mais com as ciências tecnológicas. Elas se envolvem na produção de um fluxo contínuo de modelos que indicam como a agricultura deveria ser (re)organizada, enquanto, ao mesmo tempo, demonstram uma ignorância crônica (e deslegitimação) sobre a agricultura como prática social altamente diversificada e sobre os modelos empíricos, agronômicos e técnicos específicos que a acompanham. Isso torna as ciências agrárias uma das forças mais importantes no campo da prática agrícola. É através dessas ciências que novas práticas são apresentadas e legitimadas como a única forma correta de praticar agricultura, levando a que outras práticas sejam consideradas menos científicas. É isso que acontece especialmente nos casos em que as concepções científicas são

⁴ Agroecossistemas são a unidade analítica agronômica e ecológica que sugere um ecossistema racionalmente manejado com os fins de produção agropecuária (ALTIERI, 2013)

adotadas por agências de desenvolvimento (por exemplo, pela indústria, pelo estado nacional e pela Comunidade Europeia) como diretrizes para as suas ações específicas” (LONG; PLOEG, 2011, p.38).

Um outro importante elemento do processo de institucionalização é a centralização estatal. A centralização estatal implica no papel do Estado em dar segurança e garantia nas operações de mercado. Elemento que está no cerne da noção de intervenção planejada. Isto é, o Estado apresenta um papel central na intensificação das relações mercantis, e, sobretudo, na criação e execução de mecanismos para evitar a instabilidade de tais mercados. É o que Ploeg (2009) enfatiza como a criação de “mercados protegidos”, como um ingrediente fundamental para a modernização da agricultura. Não obstante, há de se destacar o papel do Estado como um ator protagonista do processo de modernização da agricultura como um todo (GRAZIANO DA SILVA, 1981, ABRAMOVAY, 1992, PETERSEN, 2013).

Em síntese, o processo de institucionalização da agricultura como um componente da modernização envolve mudanças fundamentais, principalmente ao nos referirmos às formas familiares de fazer agricultura. Isto porque, as famílias, ao se adaptarem ao processo de modernização, vão, de distintas formas, perdendo o controle dos processos produtivos à medida que atores externos, instituições e mercados passam compor o ambiente técnico-administrativo da produção agropecuária. Estes modelos de desenvolvimento, caracteristicamente exógenos (PLOEG, 1994) produzem um cenário de tensão aos agricultores familiares, a medida em que estes se alinham cada vez mais aos componentes da modernização, tornam-se cada vez mais dependentes às regras e normas de inserção mercantil elaborados pelos centros tecnológicos, grupos empresariais, bancos financiadores, instituições governamentais, entre outros (LONG, 2001, PLOEG, 2009, LONG; PLOEG, 2011).

No entanto, institucionalização e mercantilização não são uma abordagem determinista de teorização da modernização da agricultura, isto é, de integração total e subordinação ao *modus operandi* da modernização. Isto implica em dizer que, sob a perspectiva orientada ao ator, institucionalização e mercantilização emergem como fenômeno empírico quando atores dão significados à suas ações. Quando agricultores adentram novos mercados,

aderem a novas tecnologias, o fazem a partir de lógicas e estratégias baseadas em seu repertório cultural, avaliando vantagens e desvantagens de tais ações e são capazes de explicar suas ações discursivamente (LONG, 2001, LONG; PLOEG, 2011).

3.2 MERCANTILIZAÇÃO DIFERENCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

De maneira interconectada e simultânea ao processo de institucionalização, a modernização da agricultura também desencadeia processos de mercantilização. Os estudos sobre a mercantilização na agricultura, em especial os que envolvem a pequena exploração familiar, foram dominados por duas explicações distintas. A vertente da economia neoclássica, conhecida como *commercialization debate*, defendia que a modernização e mercantilização crescente da agricultura levaria ao desenvolvimento progressivo da agricultura e do espaço rural como um todo. Desta perspectiva derivou-se sua crítica, a *commoditization debate*, a partir da economia política marxista, focando nas consequências econômicas, sociais e culturais do processo de mercantilização destacando as vantagens desiguais deste processo (CONTERATO et al, 2011; SCHNEIDER, 2016, NIERDELE, 2006). No entanto estas duas correntes teriam semelhanças analíticas como sugerem os autores:

“(…), de modo geral esses autores [da vertente *commoditization*] convergiram em sustentar que a passagem de uma forma de produção doméstica para uma forma de produção simples de mercadoria levaria à completa inserção e dependência dos agricultores aos mercados refletindo, ao final, o processo inevitável e unidirecional do desenvolvimento capitalista na agricultura, no que convergia com a visão liberal da *commercialization*” (CONTERATO et al, 2011, p.74)

Todavia, estas vertentes pouco se debruçaram em compreender os processos diferenciais de integração da pequena produção familiar aos mercados. A interpretação passa a ganhar fôlego, em primeiro lugar, a partir do entendimento em que o mercado, para além de um *locus* físico de trocas ou um princípio de ordenamento social, passa a ser compreendido como uma

construção social, resultante da interação entre agentes. As contribuições iniciais para este debate se baseiam nos trabalhos de Karl Polanyi, Mark Granovetter e Pierre Bourdieu, na segunda metade do século XX, e mais recentemente os autores da Nova Sociologia Econômica (NSE). A discussão da construção social de mercados influenciou os estudos rurais a ponto de deslocar os questionamentos sobre se a exploração familiar iria desaparecer ou se subordinar às leis de mercado, mas sim como se dão as formas diferenciais da inserção dos agricultores familiares nos mercados, quais fatores favorecem ou restringem tal inserção, entre outras possíveis questões que derivem deste processo (CONTERATO *et al*, 2011, SCHNEIDER, 2016, ABRAMOVAY, 2004).

“Tal perspectiva destaca o ponto importante de que a mercantilização é promovida, definida ou contestada pelas ações de atores específicos. Não é um processo desencarnado com suas próprias "leis do movimento", nem pode ser reduzido a uma noção abstrata de "forças de mercado" que impulsiona as pessoas a uma ação econômica lucrativa ou as empobrece. Em vez disso, os processos de mercantilização tomam forma através das ações de um conjunto diversificado de atores sociais interligados e são compostos de constelações específicas de interesses, valores e recursos” (LONG, 2001, p. 108, tradução livre).

Com isto, compreende-se aqui a própria mercantilização da agricultura como um amplo processo social, a medida em que os atores disputam os sentidos e o controle de sua reprodução sociocambial frente a outros atores e instituições. Esta disputa de sentidos e controle evidencia, e se dá por meio de assimetrias de poder ao acessar os mercados necessários à produção e reprodução (LONG; PLOEG, 2011, CONTERATO *et al*, 2011, NIERDELE, 2006).

“Marx salienta, e com razão, a existência de certas condições estruturais que tornam possíveis os processos de produção e troca capitalista. No entanto, não faria igualmente sentido afirmar que o funcionamento desses mercados de commodities e instituições poderia ser caracterizado por negligenciar completamente os atores envolvidos. De fato, é somente através da interligação dos projetos específicos de atores que um

mercado de commodities como tal emerge e é produzido” (LONG; PLOEG, 2011 p. 42).

Neste sentido, há uma importante revitalização da análise do processo de mercantilização da agricultura familiar. À medida em que a agricultura é compreendida como uma atividade produtiva de *valor*, pode-se produzir *valor de uso* (alimentos, roupas, objetos de trabalho, adubos, etc.) e *valor de troca* (a mercadoria por excelência). Sendo assim, o equacionamento entre o valor de cada item produzido (para troca ou uso) difere entre cada estratégia familiar de reprodução socioambiental. Como resultado desta equação, emerge a noção de que há diferentes *graus de mercantilização* (PLOEG, 1993a, 2009), que para além do efeito de mensurar, implica em estender a ideia de que há diferentes intensidades de relações mercantis, e, portanto, a inserção mercantil da agricultura familiar poder ser definida como um processo de *mercantilização diferencial* (CONTERATO *et al*, 2011, NIERDELE, 2006).

Desta forma, sem adiantar assuntos que serão tratados adiante, a contribuição fundamental da perspectiva orientada ao ator na teorização da mercantilização, se mistura com a noção de construção social de mercados a ponto que a inserção mercantil das unidades familiares de produção deixa de ser um fenômeno unidirecional e linear. O que implica em duas consequências importantes a este trabalho. A primeira, de que agricultores familiares podem se inserir ou se afastar de mercados ao longo do tempo e de acordo com suas lógicas e estratégias (LONG, PLOEG, 2011) de reprodução socioambiental. E a segunda, partindo da noção de que mercados são produtos de ações sociais, pode-se afirmar então que mercados se distinguem em função de suas normas e regras de regulação, troca, configuração, etc., a ponto de haver qualitativamente diferentes tipos de mercados com características mais ou menos autônomas, mais ou menos dependentes (ABRAMOVAY, 2004, SCHNEIDER, 2016).

3.3 O SURGIMENTO DE ESTILOS DE AGRICULTURA

Para Ploeg (2009) o fenômeno da modernização da agricultura provocou consequências gerais ao longo da divisão espacial da produção agropecuária.

Uma primeira delas seria o aumento significativo de escala de produção e as reduções do uso de mão de obra. Segundo Wanderley (1996b), no Brasil esse fenômeno foi resultado de um “pacto social” entre o Estado e os grandes proprietários representantes de uma histórica oligarquia fundiária nacional, com o propósito de tornar os latifúndios improdutivos em empresas rurais. Sobretudo, a autora reforça o papel da propriedade da terra como aspecto central da modernização e, ao mesmo tempo, do assalariamento, precarização e vulnerabilização da pequena exploração familiar – a “modernização dolorosa” de que trata Graziano da Silva (1981).

Uma segunda consequência geral da modernização citada por Ploeg (2009), simultânea à primeira, deriva diretamente do processo de cientificação da agricultura e trata da centralidade na intensificação produtiva, em especial a intensificação estimulada pela tecnologia. Daí que para o autor escala e intensidade passam a compor o cenário principal de desenvolvimento agrícola.

No entanto, a modernização da agricultura como um processo de *intervenção planejada*, não foi completamente bem-sucedida em homogeneizar a pequena exploração familiar, surpreendendo a própria análise da questão agrária clássica. Isto porque as diferentes formas e origens de um campesinato, tanto em países do hemisfério norte quanto do hemisfério sul, resistiram e se adaptaram as transformações do mundo rural, a partir de uma miríade de lógicas e estratégias (LONG, 2001, PLOEG, 1994, 2009, 2016, ABRAMOVAY, 1992, LAMARCHE, 1993, 1998, WANDERLEY, 1996a, 2003). Desta revisão pode-se argumentar a favor a análise empírica de Queiroga (2012) ao afirmar que a modernização da agricultura favoreceu ao aparecimento da heterogeneidade socioeconômica do espaço rural da RMC.

Estes elementos fortalecem a noção de que tanto o aumento de escala quanto a intensificação via tecnologias são ofertadas aos agricultores em regiões marginais ao desenvolvimento, mas empiricamente, estas estratégias se apresentam, cada uma, em diferentes graus e, portanto, conformando diferentes constelações e arranjos produtivos, emergindo a oportunidade concreta de operacionalização do conceito de *estilos de agricultura* (PLOEG, 1994, 2009, 2016).

O conceito de estilos de agricultura emerge justamente para possibilitar a apreensão analítica da diversidade de arranjos produtivos. A noção foi

originalmente definida por Hofstee, na metade do século passado nos estudos sobre a diversidade da agricultura holandesa (PLOEG, 1993b), e retomado por Ploeg nos anos 1990 (PLOEG, 1993b, 1994, NIERDELE, 2006, NIERDELE, *et al* 2014). Originalmente, a formulação de estilos de agricultura se dirigiu a integrar um conjunto de noções, normas, conhecimentos, experiências, etc., de um grupo específico de agricultores, de uma determinada localidade, a fim de descrever em quais maneiras a agricultura é praticada (PLOEG, 1994). No entanto, a medida em que se tornou evidente a heterogeneidade em uma mesma localidade, estilos de agricultura passou a ser compreendido como um fenômeno intra-regional a ser constituído pelas distintas lógicas e estratégias produtivas das unidades de produção (NIERDELE *et al*, 2014).

“Os diferentes estilos de agricultura representam vários projetos de agricultores construídos de forma diferente. (...). Ou seja, toda a gama de estilos de agricultura, tal como são concretizados em um contexto particular, constitui um tipo de repertório cultural composto de uma variedade de respostas potenciais a tendências e mudanças nos mercados, na tecnologia e na política. Os projetos dos agricultores não são simplesmente reações àqueles que são, à primeira vista, impostos por atores externos mais poderosos. Eles são ativamente gerenciados como respostas diferenciadas às estratégias e circunstâncias geradas por outros, as quais eles modificam, transformam, adotam e/ou contrapõem” (LONG; PLOEG, 2011, p. 35).

A discussão sobre a operacionalização do conceito de estilos de agricultura tem sido orientada a partir de três aspectos fundamentais. Primeiramente, estilos de agricultura trata de um conjunto de noções estratégicas, valores, normas e percepções reunidas na organização das unidades de produção, isto é um *eixo normativo*. Em segundo lugar, trata-se de um *eixo prático*, ou seja, a estruturação específica da prática agrícola correspondente ao repertório cultural. Um terceiro aspecto está relacionado ao conjunto determinado de inter-relações com mercados, isto é, um *eixo mercado*. Estes três aspectos interagindo mutuamente constituem as diferentes formas de fazer agricultura (CONTERATO, *et al*, 2011, NIERDELE *et al*, 2014).

Sobretudo, estilos de agricultura retratam um jogo de poder. Long e Ploeg (2011) compreendem os estilos de agricultura como uma luta de classificação, de sentidos, a partir de uma disputa de poder de reinterpretar as interações com os atores externos à unidade de produção. Os autores demarcam que usualmente o Estado e as cadeias do agronegócio criam esquemas de classificação que são transformados em projeto sociopolíticos ou político-econômicos, definem um *modus operandi* das práticas agrícolas, de relação entre agricultores, mercados e instituições, em tipos ideais de estilos de agricultura. No entanto, a realidade, principalmente em espaços heterogêneos (como a RMC), se afasta dos tipos ideais a partir das lógicas e estratégias de cada unidade de produção familiar (LONG; PLOEG, 2011)

Daí que a noção de construção social de mercados é essencial. Se se parte da noção de que mercados são construídos e desconstruídos ativamente por atores sociais, o que permite os atores se aproximarem ou se afastarem de diferentes mercados em função de suas lógicas e estratégias, então, é possível corroborar com a noção implícita aos estilos de agricultura, que é o *espaço de manobra*. O espaço de manobra são fruto da (re)elaboração criativa das práticas produtivas, isto é, ações baseadas em lógicas e estratégias de inter-relação com mercados, instituições e outros atores externos, na qual a heterogeneidade de estilos de agricultura se expressa. Desta forma, o espaço de manobra é uma arena de complexos encontros de projetos de desenvolvimento (PLOEG, 1994, LONG; PLOEG, 2011). Uma perspectiva orientada ao ator, então, permite a coexistência de agricultores familiares altamente especializados e dependentes de mercados e tecnologias e agricultores familiares diversificados e reprodutores de sua base de recursos, mas sobretudo, se predispõe captar a capacidade de agência dos agricultores (aproximação ou distanciamento de projetos) ao longo do espaço de manobra (LONG, 2001).

O espaço de manobra é o ambiente por excelência de *interface social*. Isto porque é ao longo do espaço de manobra em que os agricultores operam seu repertório cultural em intersecção com o repertório de outros atores, de forma harmônica ou conflituosa.

“Nas situações de interface, os atores locais podem ter espaço de manobra e capacidade de negociação, que abre espaços não somente

de conflito e confronto entre diferente tipo de estilos de vida, instituições e diversos interesses econômicos, mas também de pontes que possibilitem diversos graus de acomodação. Isto não significa que sempre as discontinuidades de conhecimentos possam ser superadas através de negociações, ao ponto que esta abordagem [a perspectiva orientada ao ator] sintetiza a imagem sobre o desenvolvimento rural como a “battlefield of knowledge”[campo de batalha do conhecimento]” (GUIVANT, 1997, p. 434).

Esta situação de tensão (a “battlefield of knowledge”) implica um gerenciamento estratégico de recursos que permitem, por exemplo, aos agricultores escolher entre alinhar ou distanciar seus projetos particulares daqueles propagados pelas instituições do Estado e pelo agronegócio. Em outras palavras, os projetos e práticas dos agricultores, instituições estatais e agentes de agronegócio podem se inter-relacionar de maneiras variadas e é através dessas inter-relações altamente variáveis entre projetos que os estilos de agricultura se manifestam (LONG e PLOEG, 2011).

Estilos de agricultura como categoria analítica foi operado por Ploeg (1993b, 1994) em estudos sobre a agricultura holandesa e italiana, também se disseminou nos estudos sobre a agricultura australiana por Vanclay *et al* (1998) e Mesiti e Vanclay (2006), assim como na Nova Zelândia por Fairweather e Klonsky (2009), entre outros. Na agricultura brasileira, estilos de agricultura foram utilizados por Nierdele (2007), Conterato (2008), Neske (2009) e Escher (2011).

Nierdele *et al* (2014), em um exercício de produzir uma síntese do debate metodológico sobre a operacionalização do conceito de estilos de agricultura sinalizam que é difícil estabelecer tipologias “realistas” no sentido de elaborar esquemas classificatórios coerentes entre as relações socioeconômicas do objeto de estudo e seu contexto estrutural, com risco de dissolver a heterogeneidade a favor de uma representação fidedigna do real. Neste sentido, os autores propõem uma interpretação de que estilos de agricultura é muito mais um instrumento heurístico de apreensão da diversidade do que a elaboração de classificações tangíveis e verificáveis empiricamente.

Desta maneira, Nierdele *et al* (2014), a partir de pesquisas empíricas recentes, sugerem três distintas opções teórico-metodológicas de operacionalização de estilos de agricultura. Uma primeira forma de operacionalização associa estilos de agricultura ao repertório de estratégias elaboradas pelos agricultores. Este tipo de abordagem metodológica privilegia as lógicas e estratégias individuais e familiares possibilitando a identificação das diferentes interações sociotécnicas praticadas pelos agricultores e que viabilizam seus projetos de desenvolvimento e cristalizam distintos estilos de agricultura. Entretanto, o foco nas lógicas e estratégias dificulta a construção coerente de tipologias das unidades de produção, de maneira que as tipologias derivam das próprias estratégias dos agricultores sem que haja uma correspondência exata entre um estilo e uma determinada estratégia.

Uma outra possibilidade de operação de estilos de agricultura está apoiada na colaboração com técnicas de pesquisas da psicologia social, em particular a Metodologia Q, voltados a compreensão da subjetividade humana a partir de uma análise qualitativa e quantitativa, onde se realiza a classificação de opiniões por meio de uma análise fatorial. Desta forma, os estilos expressam padrões de concordância entre os diferentes agricultores a partir das diferentes visões sobre como fazer agricultura (NIERDELE *et al*, 2014).

Estilos de agricultura também foram operados por meio de metodologias quantitativas de análise fatorial e *cluster*. Neste caso, o objetivo é identificar grupos homogêneos por meio de procedimento classificatório a partir de um conjunto de variáveis e características para um determinado caso. Os agrupamentos resultantes apresentariam assim uma alta homogeneidade interna e uma alta heterogeneidade externa (NIERDELE *et al*, 2014).

A título de síntese, tratamos de argumentar contra uma perspectiva de modernização da agricultura linear e unidirecional, a favor de uma base analítica capaz de compreender os agricultores como atores sociais, capazes e criativos, que se alinham ou se distanciam do projeto da modernização, baseados em distintos e subjetivos cálculos de vantagens e desvantagens, distinções estas as quais produzem a base empírica para a operacionalização do conceito de estilos de agricultura.

Para isto, é fundamental a compreensão do processo de mercantilização como um amplo processo social, envolvendo os mais diversos atores ao longo dos mais distintos espaços sociais, disputando projetos de acordo com cada repertório cultural, social, político e ambiental. Neste sentido, é necessário mencionar as assimetrias de poder entre os atores envolvidos. Isto é, se se parte da interpretação do processo de modernização como uma intervenção planejada, significa afirmar que um conjunto de atores possuem o poder de promover tipos ideais de modos e relações sociais de produção, mas sobretudo, por compreender desenvolvimento como processos de mudança, se destaca a capacidade de agência dos atores sociais, neste caso dos agricultores familiares, em se adaptar criativamente a estes processos, como será melhor argumentado no capítulo a seguir.

4 AGRICULTURA FAMILIAR: PARA ALÉM DO DUALISMO CLÁSSICO

Descrever o agricultor familiar como um ator social é uma tarefa simultaneamente dual, é histórica e espacial. É histórica, porque a agricultura familiar só pode ser compreendida se levado em consideração sua gênese a partir de um campesinato como forma de produção doméstica e como forma de cultura e sociabilidade, em suas rupturas e continuidades (WANDERLEY, 2003) defronte à modernização da agricultura e dos próprios meios de vida. E é espacial em relação à dinâmica de propriedade da terra, aos processos migratórios e a estrutura fundiária, a questão agrária em si, processos também coordenados ou resultantes da expansão do capital no campo e da modernização da agricultura (WANDERLEY, 1996b).

Como conceito de análise, para Lamarche (1993) “*A exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família*” (p.15, grifos originais). Em grande medida, a importância dada à centralidade da família na gestão dos empreendimentos agrícolas é creditada à intuição e ao trabalho do agrônomo e economista russo Alexander V. Chayanov, o qual produziu suas obras mais importantes no início do século XX, e a redescoberta de seus materiais durante a segunda metade do mesmo século teriam sido influentes na renovação dos estudos campesinos e na interpretação do papel deste sujeito na sociedade moderna e industrial (ABRAMOVAY, 1992, WANDERLEY, 1998).

Entretanto, mesmo após a emergência da agricultura familiar como categoria (analítica, política e) social, se perpetua o dualismo herdado da questão agrária clássica, o qual distingue a agricultura capitalista em um polo, e em seu polo oposto, se antes o campesinato, agora a agricultura familiar (PLOEG, 2009). No Brasil, o fortalecimento da agricultura familiar passou a aglutinar uma miríade de identidades e ruralidades, todas, em alguma medida, interligadas pelo modo familiar de fazer agricultura. Pelo polo oposto, o empresariado, patronato rural e suas entidades representativas, inclusive as empresas multinacionais de sementes, adubos, agrotóxicos, etc., são reconhecidos pela categoria “agronegócio”. Sem mencionar os efeitos políticos, esta dicotomia apresenta limites analíticos de compreensão da diversidade e

heterogeneidade da agricultura (NIERDELE *et al*, 2014). Assunto que será abordado a seguir.

4.1 PARA ALÉM DO DUALISMO, UMA TIPOLOGIA DA INSERÇÃO MERCANTIL

A tese neomarxista (já sob uma influência chayanoviana) da corrente “*commoditization debate*” (LONG, 2001) forneceu uma fundamental contribuição aos estudos rurais ao atualizar o conceito marxista de “produção simples de mercadoria” (PSM) ou “pequena produção mercantil” (PPM). Isto porque, para esta corrente, a produção simples de mercadoria (ou pequena produção mercantil) seria uma importante fase de inserção mercantil das sociedades camponesas, antes caracterizadas por “produção doméstica” (PD). Contudo, para a corrente *commoditization*, a passagem do modo de produção doméstico para a produção simples de mercadoria seria uma fase do processo de inserção total das unidades de produção em relações de dependência mercantil. Ou seja, a inserção mercantil da pequena exploração familiar seria um processo inevitável e unidirecional do desenvolvimento capitalista na agricultura (LONG, 2001, CONTERATO *et al*, 2011, NIERDELE *et al*, 2014).

Relendo de forma crítica, Ploeg (1993a) aponta que o principal débito dos neomarxistas seria a ausência de uma análise efetiva dos processos de trabalho agrícola e dos diferentes condicionantes envolvidos na produção simples de mercadoria em relação a agricultura capitalista. Neste sentido, o autor chama a atenção para importantes características. Em primeiro lugar menciona a existência de uma unidade entre a produção e a reprodução na exploração familiar. Isto implica em sublinhar os momentos em que a força de trabalho (familiar) e os instrumentos de trabalho são colocados com os fins de reprodução (social, demográfica e ambiental), isto é, fora dos circuitos mercantis. Uma outra característica é a unidade entre trabalho mental (planejamento e gestão) e trabalho manual (execução)⁵. Enfim, especialmente por não se tratar de trabalho assalariado, existe o controle da família sobre os processos de trabalho. Estas

⁵ Este fator tem íntima relação com o argumento chayanoviano de Ploeg (2009) de que para a exploração familiar trabalho e capital não se separam.

características se perpetuaram sob distintas articulações em cada unidade de produção ao longo do processo de modernização e mercantilização da agricultura *vis a vis* novos mercados, possibilitando assim encontrar empiricamente diferentes intensidades de relações mercantis. Daí deriva a noção de *graus de mercantilização* (PLOEG, 1993a).

Em trabalho posterior, Ploeg (2009) propõe a decomposição de diferentes formas de produção mercantil, de acordo com a TABELA 1. Cada forma de produção mercantil se distingue a partir do papel de cada elemento produtivo, se são mobilizados através de mercados (circuito de mercadoria) ou se são produzidos, reproduzidos e/ou trocados em circuitos não-mercantis (circuito de não-mercadoria). Na TABELA 1 distingue-se os elementos do processo produtivo de mercadorias (+) e não-mercadorias (-).

Desta maneira, o autor distingue a pequena produção mercantil (PPM) da produção simples de mercadoria (PSM), antes sinônimos para os neomarxistas, por meio das diferentes estratégias de mobilização de recursos⁶. Se a PSM se baseia basicamente em fluxos de mercadorias que são convertidas em outras mercadorias, a PPM mobiliza recursos em circuitos não-mercantis e converte mercadorias (PLOEG, 2009).

TABELA 1 DIFERENTES FORMAS DE PRODUÇÃO MERCANTIL

Forma de produção de mercadoria	Doméstica (PD)	Pequena (PPM)	Simples (PSM)	Capitalista (PCM)
Resultado da produção	-	+	+	+
Outros recursos	-	-	+	+
Força de trabalho	-	-	-	+
Objetivos	auto-abastecimento	sobrevivência	renda	mais-valia

FONTE: PLOEG (2009)

Essa diferença fundamental entre as formas de produção está no cerne da saída dualista de Ploeg. Isto porque, ao levar em conta as diferentes maneiras com que cada forma de produção direciona o resultado de sua produção, a mobilização de recursos e sua força de trabalho, o autor propõe uma chave

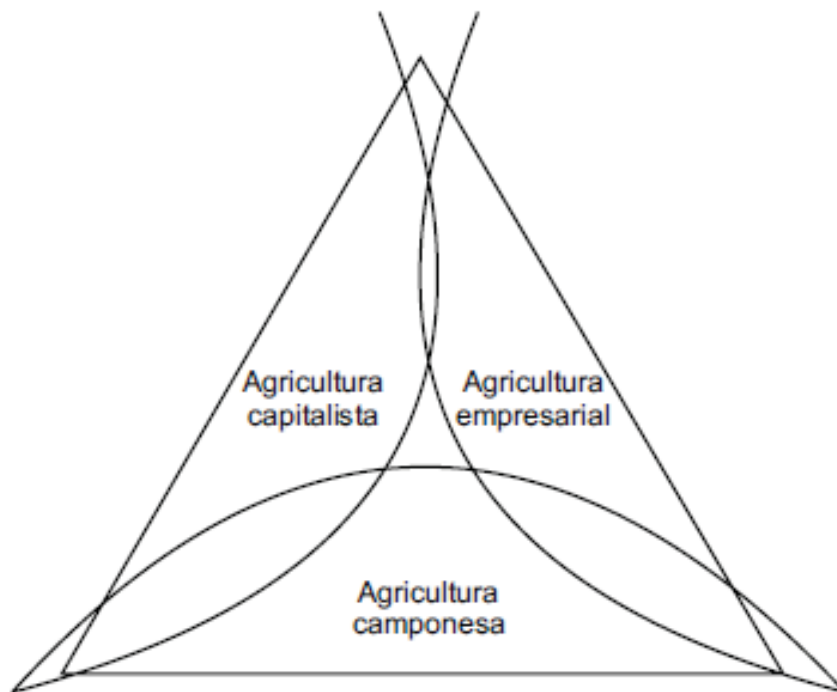
⁶ Ploeg (2008, 2009, 2016) exemplifica recursos para agricultura como: terra, água, sementes, animais, conhecimento, redes de trabalho, instrumentos e máquinas, instalações, capital de giro, etc.

analítica que possibilita a interpretação da inserção mercantil de uma forma dinâmica no tempo e no espaço, sem que determine a passagem de uma forma para outra de maneira permanente.

É a partir desta noção que o autor defende a emergência da agricultura empresarial, ou o modo de produção empresarial. Neste sentido, a agricultura empresarial convive com as formas de agricultura capitalista e a agricultura camponesa, como se esquematiza na FIGURA 4. Para o autor, o modo de produção empresarial é resultado da modernização da agricultura e do ajuste estratégico em que as unidades de produção realizam para se adaptar ao processo de institucionalização e mercantilização. Especialmente, existe uma diferença fundamental expresso na Tabela 1 entre os modos de fazer agricultura baseado no papel do trabalho. Esta diferença destaca a agricultura capitalista (ou a produção capitalista de mercadorias [PCM]) em função da força de trabalho ser predominantemente acessada no mercado, isto é, como mercadoria.

O que, por outro lado, coincide nas formas “pequena” e “simples” a força de trabalho se basear predominantemente na família, nos laços de parentesco, nas trocas entre vizinhos, etc. Isto não quer dizer que esta predominância é estática. De acordo com a FIGURA 4, existem espaços de interstícios entre os modos de produção, o que corrobora com a noção de espaço de manobra, contido no conceito de estilos de agricultura.

FIGURA 4 DIFERENTES MAS INTERLIGADOS MODOS DE PRODUÇÃO



FONTE: Ploeg (2009)

Em outras palavras, é possível interpretar, desde a saída dualista de Ploeg, que as formas familiares de exploração agrícola se comportam em um espectro entre o modo de produção camponês (agricultura camponesa) e o modo de produção empresarial (agricultura empresarial). Analogamente, e de acordo com a Tabela 1, o autor propõe o modo de produção empresarial se comportar como PSM, assim como o modo de produção camponês um comportamento do tipo PPM (PLOEG, 2009). De acordo com o autor:

“(…) a essência e as principais diferenças entre estes dois contrastantes modos de produção [empresarial e camponês] não residem tanto nas relações de propriedade; elas situam-se principalmente nas (diferentes) formas através das quais a produção, a distribuição e a apropriação do valor são ordenadas” (PLOEG, 2009, p.14).

Esta distinção é central para o que este trabalho reconhece como a diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar. Isto é, as expressões empíricas dos meios de vida da agricultura familiar podem variar e combinar

comportamentos entre os modos de produção, mas vão se distinguir entre si nos diferentes papéis estratégicos que cumprem a produção, a distribuição e a apropriação de valor em cada unidade de produção. São estas distinções expressas empiricamente que criam as condições para que o conceito de estilos de agricultura seja operado analiticamente. O que não quer dizer que os modos de produção empresarial e camponês são uma classificação rígida, mas sim a caracterização de duas vias históricas de desenvolvimento da agricultura frente a processos de mercantilização (NIERDELE *et al*, 2014).

Desta forma, será elencado a seguir os principais elementos contrastantes entre os diferentes modos de fazer agricultura.

4.2 TRABALHO, FAMÍLIA E RENDA

A característica fundamental que separa as distintas formas de exploração familiar da agricultura capitalista é o trabalho familiar. Isto porque, a forma de exploração baseado exclusivamente no trabalho familiar, difere em dois elementos essenciais: não se aplica a categoria salário, ou seja, a renda do empreendimento agrícola provém exclusivamente do trabalho produtivo organizado pela família; e não é estrategicamente guiado pela lógica do máximo lucro, isto quer dizer que a avaliação dos rendimentos é realizada por um conjunto de lógicas distintas da empresa capitalista. Estas lógicas são influenciadas por balanços estratégicos, ou equilíbrios, que são dinâmicos no tempo e que, apesar de serem realizados internamente à unidade de produção, são também condicionados pela relação com os atores externos ao estabelecimento (CHAYANOV, 1974, WANDERLEY, 1998, PLOEG, 2016).

A renda, para a exploração agrícola baseada exclusivamente no trabalho familiar é a renda do trabalho. (PLOEG, 2016). Disto decorre uma primeira consequência. A renda do trabalho é indivisível. Isto é, da renda obtida na venda da produção agropecuária não se subtrai a categoria salário pois, o trabalho é fundamentalmente familiar, não sendo possível separar o que foi gerado pelo trabalho, pelo investimento do capital ou pela renda da terra (WANDERLEY, 1998, PLOEG, 2016). Uma outra consequência, inclusive de grande importância metodológica, é a importância do caráter subjetivo das lógicas e estratégias de uma unidade de produção familiar.

“Como não há pagamento de salário na unidade camponesa; como não há relação capital-trabalho para estruturar internamente a unidade de produção e consumo; e como os equilíbrios necessários não são impostos de fora unilateralmente, estes precisam ser avaliados internamente, através da avaliação subjetiva dos sujeitos envolvidos. (...). A arte da agricultura só é possível quando sujeitos conhecedores e capazes coordenam os diversos equilíbrios implícitos dentro da família e da propriedade de maneira experimentada, testada e orientada para os seus objetivos. Em suma, a avaliação subjetiva é intrínseca à agricultura” (PLOEG, 2016, p.54-55).

A estrutura familiar é um elemento importante do cálculo subjetivo realizado na unidade de produção familiar. Uma importante herança da teoria chayanoviana é a atualidade do cálculo do qual a intensidade e a escala da atividade agrícola são determinadas pela quantidade e qualidade de trabalho familiar disponível em relação consumo necessário para satisfação das necessidades familiares. Uma segunda importante herança, intimamente conectada à primeira, se refere ao cálculo subjetivo entre o nível de bem-estar da família em relação a dedicação ao trabalho (CHAYANOV, 1974, WANDERLEY, 1998, PLOEG, 2016).

Desta forma, pode-se afirmar que parte dos quesitos fundamentais utilizados pelos agricultores familiares na gestão da produção agrícola são determinados pela estrutura e demografia familiar ao longo de suas transformações no tempo, assim como, as relações da rede de parentescos e vizinhança. Fenômeno conhecido como processo de diferenciação demográfica, isto é, as mudanças da composição familiar ao longo do tempo (WANDERLEY, 1998).

Atualmente, a estrutura das famílias e as demandas do consumo mudaram substancialmente. A modernidade não somente acentuou a diferenciação demográfica da agricultura familiar (famílias menores, êxodo rural, entre outros), assim como, a adoção de novas tecnologias reduziu a penosidade a ponto de cada vez mais ser possível realizar atividades produtivas com menor número de pessoas (WANDERLEY, 1998). Outra característica se refere as

demandas do consumo que se direcionaram a uma quantidade cada vez maior de bens que não podem ser produzidos internamente à unidade de produção. Isto quer dizer que a avaliação dos fatores envolvidos no trabalho familiar, atualmente, passa por equacionar diversos mercados de bens de consumo. Ao se levar em consideração o cenário em que os mercados à jusante operam aumentos subsequentes de preços e os mercados destino da produção operam uma estagnação ou baixa nos preços, sublinha-se a situação de aperto (*squeeze*) da agricultura familiar, atingindo de forma central a renda do trabalho familiar (PLOEG, 2008, 2016).

Quando a produção agrícola se encontra estagnada frente às condições hostis dos mercados, o papel da família é buscar pela intensificação da produção⁷. A intensificação da produção tem como objetivo central o aumento da renda do trabalho familiar. Existem duas vias principais de intensificação: pode ser estimulada pelo trabalho ou estimulada pela tecnologia. A intensificação da produção estimulada pelo trabalho, se dá pela utilização de mais trabalho (em tempo e/ou em número de pessoas) e mais insumos e ferramentas (capital) por hectare ou por animal (PLOEG, 2016).

A intensificação estimulada pelo trabalho é a forma principal de intensificação da agricultura camponesa. Para estes atores, a intensificação estimulada pelo trabalho acompanha um conjunto de valores e conhecimentos ligados aos aspectos qualitativos (a saúde da terra, da planta, dos animais, por exemplo), os aspectos da artesanidade da produção. Já o modo empresarial de produção se orienta em direção à intensificação estimulada pela tecnologia. Para estes atores, há um alinhamento estratégico com as lógicas de mercado e dos centros tecnológicos. Com isto, a medida em que os elementos da produção passam a se tornar mercadorias aumenta-se a artificialização e a desconexão em relação a natureza, perda de tradições e um conseqüente aumento no grau de dependência em relação a mercados (PLOEG, 2009, 2016).

Todavia, a intensificação estimulada pela tecnologia, apesar de contraditória, não exclui a intensificação do trabalho. Sobretudo para formas de exploração familiares, o papel do trabalho familiar continua central. Daí que o

⁷ Uma vez que, o aumento da escala é um bloqueio à grande parte dos agricultores familiares, em especial no Brasil (WANDERLEY, 1996b, LAMARCHE, 1992)

aumento de renda do trabalho possui estratégias diferentes. Quanto mais próximos aos centros tecnológicos, mais dependentes e mercantilizados tornam-se os agricultores, mais o aumento da renda está condicionado às situações externas à unidade de produção. Quanto mais distantes, mais os agricultores retomam o controle sob o trabalho e sob sua base de recursos, os aumentos de renda passam a depender das condições internas à unidade de produção, sobretudo, à oportunidade de criação de valor agregado (PLOEG, 2009, 2016).

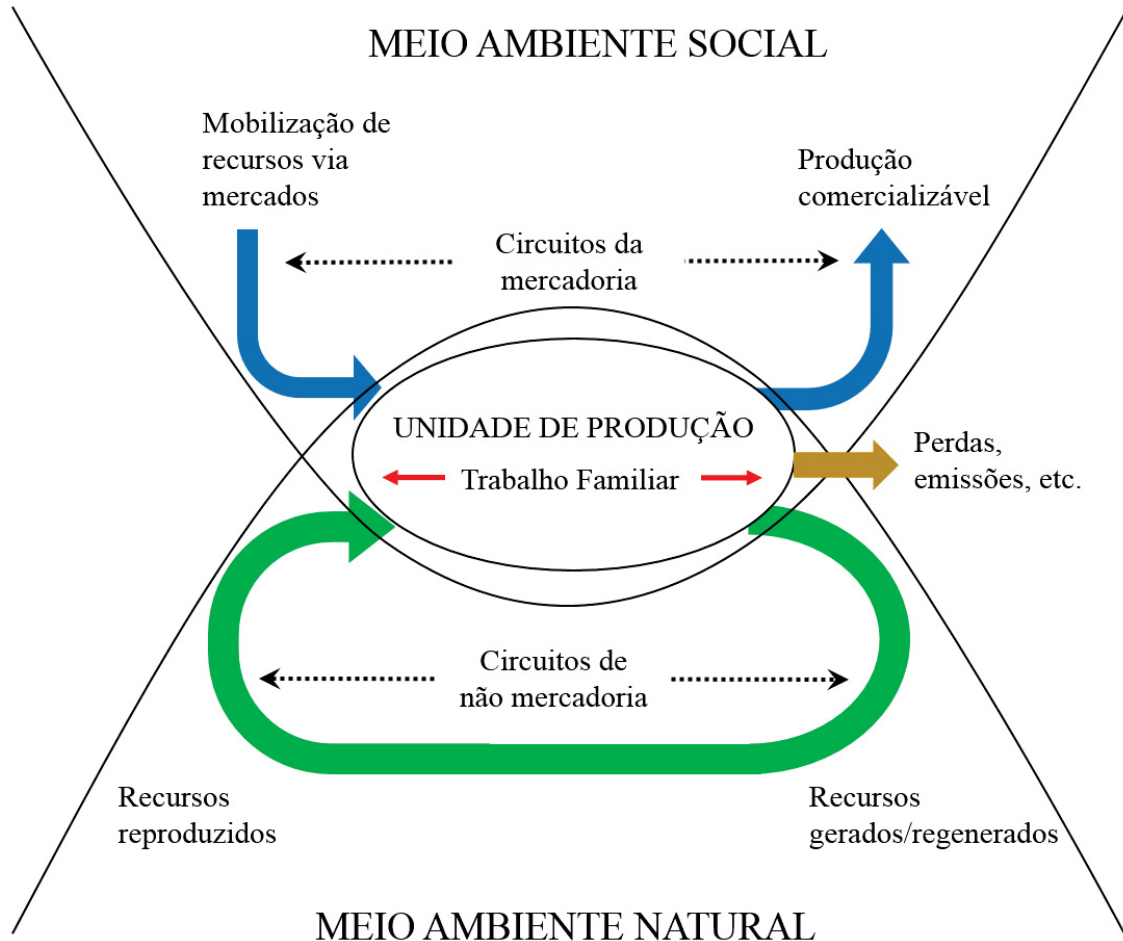
4.3 MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

A medida em que a modernização da agricultura e a ciência agrária passam a, cada vez mais, exercer controle sobre a base de recursos e sobre as tecnologias agrícolas, as unidades de produção familiar passam a equacionar um diferente cálculo que se refere a mobilizar recursos de forma externa à propriedade ou mobilizar recursos de forma interna. As estratégias de mobilização de recursos são intimamente ligadas a capacidade do trabalho, isto é, capacidade de produzir e reproduzir os próprios recursos, e também sobre a renda do trabalho, quando se mobiliza recursos externamente, isto é, os custos investidos na produção não podem ultrapassar um limite específico o qual prejudique o nível de bem-estar (consumo) da família e os investimentos que serão realizados no próximo ciclo produtivo (PLOEG, 2016).

Neste sentido, há de se compreender a agricultura como um processo de conversão. A terra, suas capacidades físico-químicas, as plantas e animais e sua capacidade genética, quando interagem sob condições ideais de temperatura, água e radiação (em síntese, os recursos naturais), se convertem, mediante o trabalho humano (suas técnicas e instrumentos e/ou máquinas), em produtos úteis. Como pode ser observado na FIGURA 5, o processo de produção em si gera três fluxos: um excedente que será vendido no mercado, o objetivo final da renda do trabalho familiar; uma parte da produção que é útil internamente à unidade de produção; e uma terceira parte se refere a perdas e emissões característicos de sistemas vivos. Neste sentido, e cada vez mais, tanto a mobilização de recursos, como o destino da produção, envolvem relações com

atores externos à unidade de produção, ou seja, requer um posicionamento estratégico de relações mercantis (PLOEG, 2008, 2016, TOLEDO, 1993).

FIGURA 5 FLUXOS ENVOLVIDOS NA AGRICULTURA



FONTE: Adaptado de Ploeg (2016) e Toledo (1993)

Isto quer dizer que os atores sociais da agricultura familiar decidem, de acordo com seu repertório cultural, suas experiências de vida e seus conhecimentos, a posição da unidade de produção familiar frente a mobilização de recursos, e, sobretudo, são capazes de explicar discursivamente suas lógicas e estratégias. Os agricultores que estrategicamente se alinham aos polos tecnológicos, de maneira a se manterem na vanguarda das inovações advindas dos grandes centros de pesquisa, tendem a agir de acordo com o modo empresarial, a medida em que aumentam suas relações mercantis à montante e a jusante do processo produtivo, tornam-se cada vez mais dependentes destas relações, ao mesmo tempo em que perdem o controle sobre a base de recursos

(PLOEG, 2009). Talvez o exemplo mais ilustrativo destas características no Brasil sejam as unidades de produção integradas às agroindústrias processadoras de fumo, azeite de dendê e de carne de frango e porco.

À esta reconexão Ploeg (2008, 2009, 2016) intitula de coprodução. A coprodução é a interpretação da produção agrícola como um processo de coevolução entre a família agricultora e a natureza, onde os atores alteram a natureza e, ao mesmo tempo, são alterados por esta. Leva-se em consideração aqui a capacidade lógica e estratégica do meio natural tornar-se, para a família, não somente um meio de produção, como se entende a noção de propriedade privada, mas também um meio de reprodução, tanto social quanto da própria atividade agrícola. Desta maneira, os agricultores são capazes, através de uma reconexão com os processos ecológicos, operar estratégias de “desmercantilização”, isto é, de afastamento dos mercados convencionais, principalmente em direção à mobilização interna de recursos e o autoconsumo (PLOEG, 2008, 2009).

“A coprodução não só alimenta a sobrevivência, mas ela também fortalece a base de recursos. Isso pode acontecer de várias formas. A coprodução pode contribuir com uma extensão quantitativa da base de recursos, mas muitas vezes ela (também) produz uma melhoria qualitativa dos recursos disponíveis e/ou uma redefinição de sua composição. No primeiro caso, a qualidade da terra, do gado, das variedades de plantas, da mão-de-obra, dos sistemas de irrigação, das instalações, dos instrumentos, etc., é melhorada, o que permite melhores resultados na produção. No segundo caso, as relações entre os objetos de trabalho, os instrumentos e a força de trabalho são redefinidas, combinando, por exemplo, a mesma quantidade de recursos materiais com mais insumos de trabalho, o que estimula um processo de intensificação. (...). O fortalecimento da base de recursos implica, frequentemente, o uso de redes sociais extensas através das quais circula material genético promissor, ou a ação coletiva dos proprietários pelo controle da água ou as disputas com os intermediários para obter melhores preços” (PLOEG, 2008, p.47).

A ênfase na mobilização de recursos descarta a atualidade da noção “agricultura de subsistência”. Isto porque, a agricultura familiar não é um grupo social isolado da sociedade moderna e das relações capitalistas. Pelo contrário, a agricultura familiar é um ator social moderno que, em grande medida, manteve características gerais, e, por isso mesmo, adaptou-se às transformações sociais, políticas e econômicas com grande heterogeneidade (WANDERLEY, 2003). Neste sentido, não há atualmente, uma agricultura de subsistência no sentido da produção exclusivamente doméstica (ver Tabela 1) nem uma agricultura familiar totalmente mercantilizada do ponto de vista socioeconômico (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007).

“Assim, pode-se dizer que o agricultor familiar possui uma dupla lógica de reprodução social aliada à produção e compra do seu consumo. Como agricultor, ele produz o autoconsumo, ou seja, os produtos de lavoura e da criação animal que, por serem consumidos pela família e por não passarem pelos circuitos de mercado, possuem apenas valores de uso. Quanto ao relacionamento com o mercado, este pode ser através da venda da produção ou da compra de mercadorias agrícolas e não agrícolas, incluindo-se aí o consumo alimentar. Na esfera da produção, o agricultor familiar pode vender a produção comercial e daí obter um rendimento que o permite dar conta das necessidades de consumo do grupo doméstico. Por este mecanismo, ele está vendendo mercadorias agrícolas que possuem um valor de troca mercantil. Neste caso, ele é também um consumidor, pois compra, a preços de mercado, o consumo necessário à alimentação e manutenção da família” (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007, p.103).

A dupla lógica de reprodução social da qual mencionam os autores revigora a noção de unidade entre a produção e a reprodução de que menciona Ploeg (1993, 2016), tal qual o argumento deste trabalho em se basear na noção de reprodução socioambiental (CORONA; ALMEIDA, 2014) e argumenta a favor da multiplicidade de destinos e origem dos recursos da produção, que operando simultaneamente, sugere distintos arranjos produtivos dos quais emergem os estilos de agricultura.

4.4 A AGRICULTURA COMO PRODUÇÃO DE VALOR

O estudo sobre as diferentes formas de produção em relação a sua inserção mercantil demonstra que as principais diferenças entre as formas de produção estão na origem e no destino dos elementos fundamentais da produção. Então, quando trabalho, recursos ou a venda da produção ganham sentido de mercadoria, pois são adquiridos ou vendidos nos respectivos mercados, cada elemento possui *valor de troca*. Por valor de troca entende-se que o objeto a ser trocado é normatizado por regras específicas de mercados específicos, mas sobretudo, é regulado por seu valor monetário, pelo preço. Já os elementos que circulam pelo trajeto de não-mercadoria não são regulados (necessariamente, mas podem ser) pelas normas do mercado, mas sim pelas normas de sociabilidade, de parentesco e vizinhança, pela sua utilidade, pelos ciclos ecológicos, etc., isto é, possuem *valor de uso*.

É com base nessa noção em que Ploeg (2009) compreende a agricultura como uma atividade produtora de valor. Disto pode-se dizer que a agricultura familiar é a categoria social (em sua heterogeneidade) por excelência capaz de produzir distintos valores do processo de produção agrícola. O que difere especialmente da agricultura capitalista a qual tem o objetivo central em maximizar os lucros através da apropriação de mais-valia. Ainda que a agricultura familiar não tenha como objetivo central a apropriação da mais-valia, a tendência externa da modernização e mercantilização da agricultura tenciona as lógicas familiares às lógicas do mercado, de tal forma que a atividade agrícola passa a se resumir em converter mercadorias em outras mercadorias através do trabalho familiar. Desta maneira, a unidade de produção se comporta, cada vez mais, pela competição impessoal e regulados basicamente pelo preço das mercadorias (PLOEG, 2009, SCHNEIDER, 2016)

Entretanto, agricultores familiares fazem parte de redes de sociabilidade baseados em parentesco, vizinhança, comunidade, desenvolvem diferentes vínculos com a terra e o território, assim como, desenvolvem diferentes vínculos com o ambiente natural (WANDERLEY, 2003, SABOURIN, 2009). Dividem e transformam conhecimento, para mais ou para menos, através da oralidade e da localidade. São capazes e criativos na produção de inovações. Desenvolvem ferramentas e habilidades fora dos grandes circuitos de tecnologia e são

guardiões da artesanidade (PLOEG, 2016). Seus conhecimentos sobre os ciclos naturais, a reprodução da fertilidade dos solos, a reprodução da base genética de plantas e animais, a produção de instrumentos de trabalho, vestimentas e a sustentabilidade da dieta da família também estão, em diferentes graus, presentes nos agricultores familiares (TOLEDO, 1993, PLOEG, 2009, 2016). A medida em que o agricultor familiar realiza, cada vez mais, trocas fora do circuito mercantil, implica em uma construção ativa de distintos valores dos quais podem constituir um sistema de trocas (SABOURIN, 2009).

Os diferentes valores que os agricultores são capazes de produzir são, em especial, estratégias de resistência e emancipação frente ao contexto de dependência e privação. Isto porque, como comentado anteriormente, as relações de trocas mercantis, não raramente, produzem um contexto de “aperto” na renda do trabalho familiar, tornando as estratégias de produção de valores não monetários como uma retomada de controle da base de recursos e do destino da produção, mas também podem promover possíveis aumentos da renda do trabalho através do acesso a mercados não convencionais e garantir a segurança da reprodução socioambiental da família. Neste sentido, Ploeg (2009, 2016) argumenta a centralidade do desenvolvimento do modo de produção camponês estar voltado ao crescimento do valor agregado⁸.

Para os modos de produção capitalistas e empresarial, os lucros e níveis de renda (respectivamente) podem ser aumentados a medida em que se diminui o uso de trabalho, isto é, quando se aumenta a produtividade e/ou o capital fixo em relação ao tempo e a quantidade de trabalhadores. Nestes casos a intensificação estimulada pela tecnologia é essencial. Já os agricultores familiares que se posicionam mais distantes dos centros tecnológicos e das lógicas de mercado não possuem essa estratégia. Para estes agricultores a produção de valor agregado é uma forma especial de aumento da renda

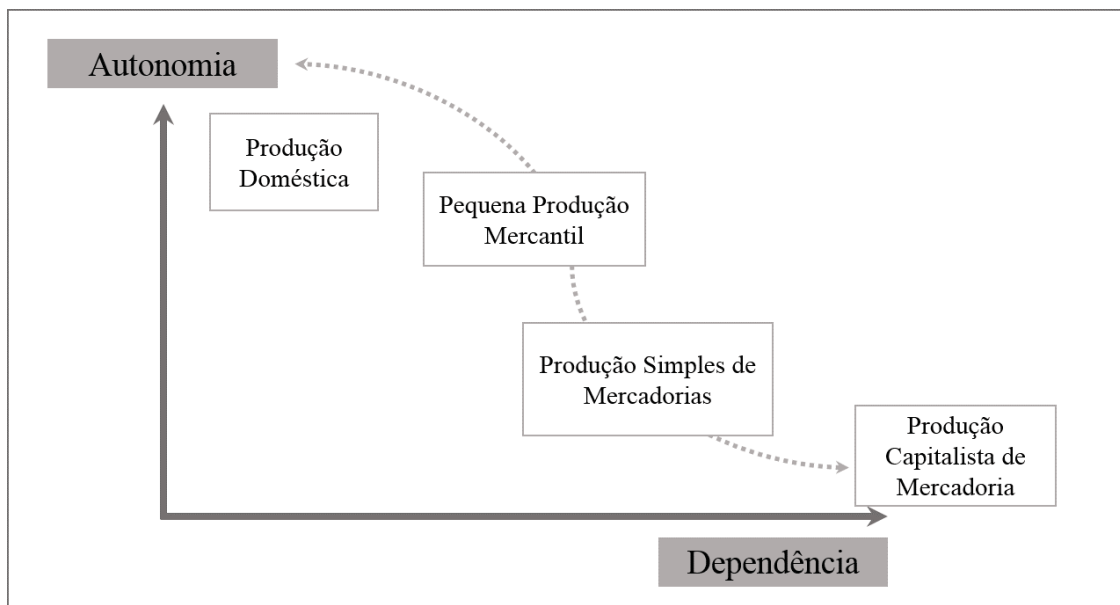
⁸ Segundo Maluf (2004) as estratégias de agregação de valor realizadas pela agricultura familiar são aquelas em que se desenham de maneira mais autônoma, isto é, fora das grandes cadeias integradas de circulação mercantil, individualmente ou associativamente, onde se elaboram e se processam matérias-primas da produção agrícola, transformando e agregando valores ao seu valor original, por meio de pequenas ou médias unidades processadoras que possibilitem formas de gestão e apropriação dos ganhos de acordo com os objetivos dos agricultores. No mesmo sentido de Maluf, para Ploeg (2009), o aumento do valor agregado está associado a dois movimentos interconectados: ao crescimento da base de recursos e o aperfeiçoamento da eficiência técnica, que combinados, produzem modos de desenvolvimento mais autônomos.

(PLOEG, 2009, 2016). A produção de valor agregado pode se dar na produção de serviços como o turismo rural e a gastronomia. Também pode estar na qualidade intrínseca do produto, a artesanidade (queijo e linguiça colonial, etc.) a localidade e territorialidade (denominação de origem, indicação geográfica, etc.), orgânicos e ecológicos. E ainda, o valor agregado pode estar na forma de distribuição como a *fair trade* e a economia solidária (MALUF, 2004, CONTERATO *et al*, 2011, SCHNEIDER, 2016).

A crescente inserção mercantil das formas familiares de exploração agrícola permitiu com que as características e normas das relações de troca mercantil fizessem parte das estratégias e lógicas de reprodução. O que não implicou na mercantilização total das famílias. A multiplicidade e sobreposição de valores da produção é uma ferramenta fundamental de controle frente a situações hostis, assim como, de sociabilidade. Neste sentido, os estilos de agricultura emergem empiricamente das lógicas e estratégias de produção de valor nos fluxos de mercadoria e não mercadoria operados por cada unidade de produção familiar (CONTERATO *et al*, 2011, NIERDELE, *et al*, 2014).

Neste sentido, Schneider (2016) apresenta uma atualização da tipologia de inserção mercantil elaborada por Ploeg (2009) a fim de apoiá-la em um gradiente de autonomia e dependência (FIGURA 6) à mercados, operado estrategicamente por agricultores familiares.

FIGURA 6 GRADIENTE DE INSERÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS NOS MERCADOS SEGUNDO O GRAU DE AUTONOMIA E DEPENDÊNCIA



FONTE: Adaptado de Schneider (2016)

* * * * *

Enfim, neste capítulo foi possível discorrer a favor de uma abordagem analítica capaz de compreender a mercantilização diferencial da agricultura familiar, argumentando sobre suas principais características gerais, baseadas principalmente no trabalho familiar, mas também, suas diferenças a partir do espectro de práticas associadas à mobilização de recursos e à produção de valor, em função de dois polos opostos, o modo de produção camponesa e o modo de produção empresarial, ambos convivendo, flertando e conflitando com o modo de produção capitalista.

A agricultura, como um processo de mobilização e conversão de recursos em valor, possui, na heterogeneidade constituinte da agricultura familiar, sua maior capacidade de expressão de distintos valores em decorrência das distintas lógicas e estratégias que orientam a reprodução socioambiental da família frente aos processos de modernização e mercantilização. Principalmente, a partir da revisão feita, pode-se sublinhar que a inserção mercantil não significou um “adeus” ao modo de produção camponês, o que impõem a necessidade de se discutir a relação da agricultura familiar com mercados, assunto que será tratado a seguir.

5 AGRICULTURA FAMILIAR E MERCADOS

Ao longo do Tópico 3.2 foi tratado a mercantilização diferencial da agricultura familiar. Naquele momento foi argumentado a favor de uma análise capaz de compreender a mercantilização como um amplo processo social, mediado por atores sociais e suas disputas para dar sentido ao fenômeno, em meio as assimetrias de poder. Este bojo teórico possibilitou principiar a afirmação de que mercados são socialmente construídos, argumento que será defendido a seguir.

Mercado é um assunto de autoridade dos economistas, ainda que mude de sentido entre diferentes escolas do pensamento econômico. Mas é através de uma pretensa autonomia da ciência econômica em que o mercado (no singular) se define por um mecanismo de formação de preços, abstrato, acima das relações sociais, do qual pode-se descrever leis gerais de seu funcionamento de forma dedutiva através de métodos matemáticos. O consumo é a expressão máxima das preferências individuais, prescindindo as condições que as formaram e, portanto, prescindindo as ciências sociais (ABRAMOVAY, 2004).

Mesmo Marx e a economia política marxista, que brilhantemente descrevem o processo de fetichização e coisificação da mercadoria, relegam as relações sociais na sociedade capitalista às relações mediatizadas por mercados, e, portanto, despida de valores que não sejam os valores de troca. Daí que para o marxismo, na mercadoria e nas relações de troca, está contida a polarização social da qual a mercadoria é feita, isto é, as relações de classe em que se baseia o modo de produção capitalista. Assim, as relações mercantis seriam sempre relações alienantes, tal qual, o mercado é uma estrutura social ordenadora das relações sociais de produção (ABRAMOVAY, 2004).

Por outro lado, mercados podem ser compreendidos como instituições sociais formados por processos de interação social, econômica e cultural. É desta perspectiva que o estudo sociológico de mercados passa a configurar uma agenda de pesquisa sólida, muito influenciado pelos autores convencionalmente conhecidos como a Nova Sociologia Econômica (NSE). Tal perspectiva colaborou para a compreensão de mercados como instituições que resultam da, e na, formação de redes sociais, assim como, podem institucionalizar práticas e

comportamentos sociais e políticas de integração social. Isto é dizer que a forma mercantil de integração econômica e social não é a única forma de integração possível, sobretudo, ela coexiste com distintas formas de integração (SCHNEIDER, 2016)

“(...) cada mercado particular está entrelaçado com outras instituições e uma cultura social particular. Por conseguinte, não há apenas um tipo de mercado, mas muitos mercados diferentes, cada um dependendo de rotinas inerentes, normas culturais e uma dinâmica institucional” (HODGSON, 2001 *apud* SCHNEIDER, 2016, p.104).

Os estudos sobre mercantilização, mercados e agricultura familiar vêm se renovando no sentido da construção social de mercados e, em grande medida, guiaram esta revisão bibliográfica até o momento. No entanto, esta abordagem não faz parte de um *mainstream* dos estudos rurais. Não cabe aqui revisitar os aportes teóricos clássicos no estudo sobre a inserção mercantil das formas familiares de exploração agrícola, contudo, importa mencionar que sociedades camponesas se estabeleceram a partir de trocas, e, todavia, de um ponto de vista histórico, mercados são uma novidade da qual colocou o campesinato em movimento (ABRAMOVAY, 1992, SABOURIN, 2009, SCHNEIDER, 2016).

No entanto, nem Marx, nem Weber, nem a questão agrária clássica, nem mesmo grande parte da sociologia rural europeia do século XX, suspeitaram de que o desenvolvimento das forças capitalistas no campo, sobretudo a institucionalização e mercantilização, fossem se dar de forma incompleta e diferencial para grande parte das formas familiares de exploração agrícola (ABRAMOVAY, 1992, PLOEG, 2009, SCHNEIDER, 2016).

Uma importante contribuição para esta perspectiva são os trabalhos de Frank Ellis. Segundo Ellis, os estudos rurais preocupados na compreensão do campesinato como um tipo de sociabilidade e cultura acertaram ao concluir que camponeses não são grupos isolados e não vivem apenas da produção para subsistência. O crescente contato destes grupos sociais com os processos de mercantilização e institucionalização apresenta-se ao mesmo tempo como vantagens e pressões. Então, a medida em que a sociedade passa a ser cada

vez mais normatizada pelas relações mercantis ficar fora dos circuitos de mercadoria não é mais uma opção viável. No entanto, o aspecto chave dos trabalhos de Ellis seria a caracterização da inserção mercantil da agricultura familiar se dar “pelo seu engajamento parcial em mercados que tendem a funcionar com alto grau de imperfeição” (ELLIS, 1988 *apud* ABRAMOVAY, 1992, p.126).

Daí a importância analítica da agricultura familiar estar baseada nos diferentes *graus de mercantilização* (PLOEG, 1993a) o que oportuniza uma diferenciação entre as possíveis formas de produção mercantil (PLOEG, 2009). Schneider (2016), considera que as análises neomarxistas sobre a pequena produção mercantil e, posteriormente, as caracterizações de Ploeg (2009) sobre a inserção diferencial nos mercados representam uma linha de argumentação coerente de entendimento entre agricultores e mercados. Contudo, faltaria ainda uma análise das características e do perfil dos mercados, o que levou o autor a elaborar uma fértil tipologia de mercados acessados por agricultores familiares, a qual será utilizada por este trabalho e será exposto a seguir.

5.1 TIPOLOGIA DE MERCADOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Conforme apontamos anteriormente os agricultores familiares acessam mercados tanto para processos de mobilização de recursos quanto para o destino da produção (sem mencionar os mercados de bens de consumo destinados ao nível de bem-estar da família). Também foi mencionado que agricultores familiares ao mesmo tempo em que se mercantilizam, produzem e reproduzem, para mais ou para menos, relações de sociabilidade baseadas em valores de confiança e personalidade nos quais se baseiam inúmeras e distintas trocas, monetárias ou não. Com isto, quer-se argumentar que agricultores familiares, ao organizarem suas lógicas produtivas e reprodutivas, o fazem a partir de, e com distintos atores externos, especialmente distintos mercados.

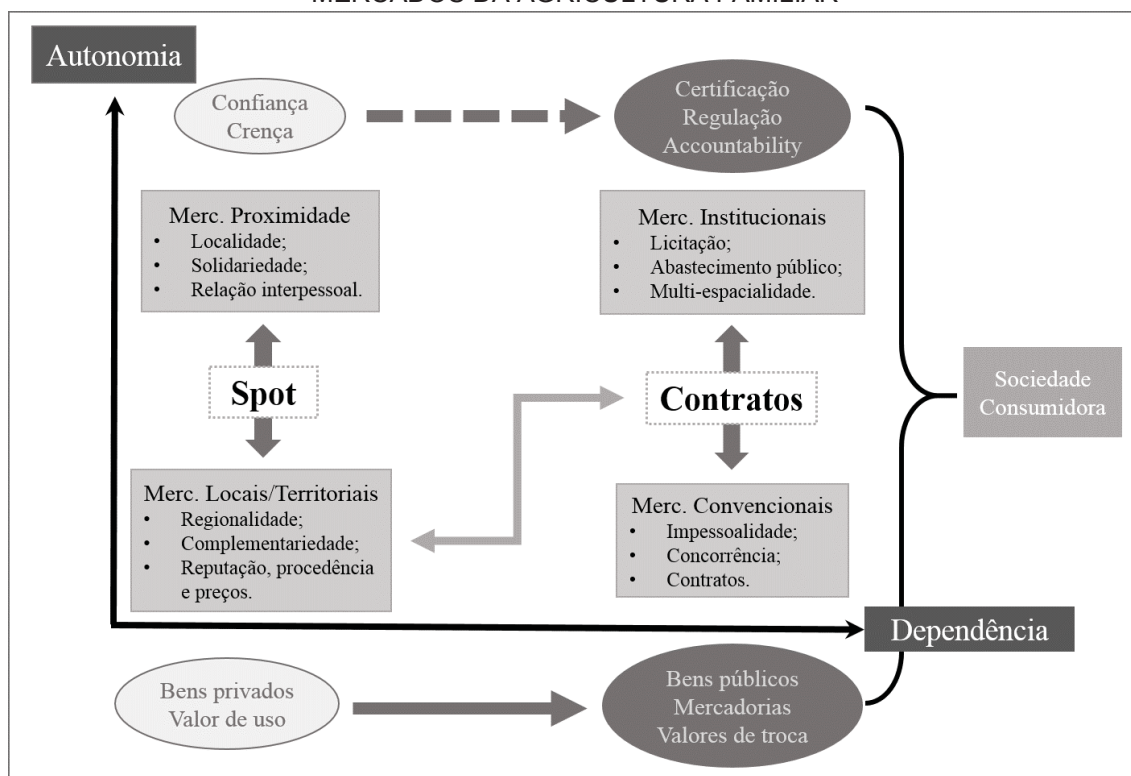
Neste sentido, Schneider (2016) procura elaborar uma tipologia de mercados que possa se encarregar de tais distinções, sem, ao mesmo tempo, significar que os tipos sejam uma construção empírica e exata de como mercados existem nas suas peculiaridades. Todavia, o autor menciona certas características que o guiaram na construção. Em primeiro lugar, procurou-se

contemplar o entendimento de mercados a partir das três formas possíveis de definição: mercados como um *locus*, lugar ou espaço físico onde ocorrem as trocas, como um princípio de ordenamento social, e mercados como uma construção social.

Uma outra importante característica para o autor são os princípios de integração social. Inspirado em Polanyi e nos autores da NSE, Schneider argumenta que, se mercados são socialmente construídos, então mercados se distinguem por suas peculiaridades em relação a natureza das trocas e os modelos de negociação, assim como, pelas distintas formas de regulação das trocas. Também está contido uma análise a partir das distintas inserções mercantis elaboradas a partir de cada estilo de agricultura em um gradiente inspirado em Ploeg (1993, 2008) que posiciona as unidades de produção familiar entre uma relativa autonomia e baixa inserção mercantil até uma alta dependência de circuitos mercantis.

Fundamentado nestes elementos o autor elaborou quatro tipos gerais de mercados acessados por agricultores familiares (FIGURA 7) os quais serão descritos a seguir.

FIGURA 7 TIPOS, DISPOSITIVOS DE REGULAÇÃO, CONTROLE E GOVERNANÇA DOS MERCADOS DA AGRICULTURA FAMILIAR



FONTE: Schneider (2016)

5.1.1 Mercados convencionais

A característica fundante dos mercados convencionais está no caráter impessoal e desterritorializado (*placeless*), onde a produção agrícola assume sua forma essencial de mercadoria, e as negociações acontecem, sobretudo, em função da oferta e demanda, isto é, pelo preço. São mercados que possuem complicados contratos, percentagens de ganhos, direitos de propriedade, muito em função de seu alto grau de riscos e incertezas. Suas principais formas de regulação são a formação de preços e contratos em uma natureza de trocas tipicamente concorrencial (SCHNEIDER, 2016).

Mercados convencionais são elaborados para terem alcance de distribuição e circulação nacional e global, complexa logística, e uma alta e complexa divisão social do trabalho, o que Maluf (2004) nomeou de *cadeias integradas nacionais e internacionais*. Nestas cadeias integradas participam, para além de todo setor de serviços (transporte, armazenamento, etc.), os atores centrais nas negociações de troca, como as grandes corporações multinacionais do agronegócio, cooperativas e agroindústrias (distribuidoras ou beneficiadoras), os atravessadores (pessoa física ou jurídica, ligados ao transporte ou não) e supermercados. O fato de ser um mercado de participação de uma ampla rede de atores, cada um visando maximização dos lucros, e regulados exclusivamente pela oferta e demanda, aumenta-se a pressão aos agricultores familiares que atuam nestes mercados através da concorrência, aumentando sua vulnerabilidade (MALUF, 2004).

Os agricultores familiares inseridos nestes mercados se tornam especialistas em produção de mercadorias (*commodities*), principalmente em função das regras contratuais e concorrenciais, e, também por isso, operam sob alto grau de dependência de mercados a montante e a jusante (SCHNEIDER, 2016).

5.1.2 Mercados de proximidade, locais e territoriais

Para efeito deste trabalho, a distinção entre mercados de proximidade e mercados locais/territoriais elaborado por Schneider (2016) será tratado de forma conjunta aqui, em suas semelhanças e diferenças.

Os mercados de proximidade, locais e territoriais podem ter suas diferenças agregadas pelo “encurtamento” dos processos, distancias e atores envolvidos na circulação de alimentos, ou como sintetiza Darolt (2013) são *circuitos curtos de comercialização*.

Os canais de comercialização com tais características são dos mais variados, podendo ser divididos em venda direta, quando o produtor vende diretamente ao consumidor, ou em venda indireta, neste caso, intermediado por um único ator social. As vendas diretas podem ocorrer direto na propriedade, à espelho da proposta “colha-e-pague”, cestas, ou até mesmo na prestação de serviços de agroturismo, gastronomia e hotelaria. As vendas diretas também podem ocorrer fora da propriedade, na beira de estrada, nas feiras livres ou agropecuárias, cestas à domicilio ou para grupos de consumidores organizados. Já as vendas indiretas são realizadas por lojas, pequenos mercados, quitandas, sacolão, restaurantes, sobretudo, são canais varejistas que negociam pessoalmente com o produtor e, portanto, mesmo que exerçam algum tipo de poder na formação de preços e concorrência, coexiste o interconhecimento e a reciprocidade (DAROLT, 2013, SCHNEIDER, 2016).

Mercados de proximidade, locais e territoriais se caracterizam especialmente por intermediarem trocas com capacidade de agregar valores não monetários⁹ aos produtos, por exemplo, a artesanidade, a localidade e territorialidade (denominação de origem, indicação geográfica, etc.), orgânicos e ecológicos, *fair trade* e economia solidária, entre outros. Não raramente, estas oportunidades de mercados se apresentam em nichos, podendo ser acessados pelos agricultores tanto para vendas da produção quanto para compra de insumos (MALUF, 2004, SCHNEIDER, 2016).

As principais formas de regulação de tais mercados estão baseadas em laços de interpessoalidade, nos sistemas de confiança e procedência dos produtos, mas também, sobretudo mercados locais e territoriais, são regulados por preços (SCHNEIDER, 2016). Mercados baseados nestas formas de regulação são capazes de produzir relações de reciprocidade entre os atores envolvidos (SABOURIN, 2009).

⁹ O que não impede a monetização dos valores qualitativos no ato de sua comercialização.

Os agricultores familiares que acessam tais mercados possuem uma autonomia relativa, principalmente em comparação aos mercados convencionais. Isto decorre tanto em função de serem mercados mediadores de trocas baseadas em valor agregado, que, como comentado anteriormente, possibilita uma retomada do controle sob a base de recursos, mas também em relação a natureza das trocas e nas formas de regulação (que por vezes também agregam valor), pois quando as trocas se baseiam em valores de confiança, reputação e procedência, há a retomada no controle no destino da produção, em relação, por exemplo, a livre concorrência baseada em preços (CONTERATO *et al*, 2011, DAROLT, 2013, SCHNEIDER, 2016).

5.1.3 Mercados públicos e institucionais

Agricultores familiares têm se inserido de forma crescente, não somente no Brasil, em espaços de troca em que o ator principal de mediação passa a ser o Estado, ou instituições multilaterais, ou ainda, organizações públicas não governamentais. Os mercados institucionais, por estarem ligados ao ordenamento político da sociedade, têm a característica de estarem fortemente dirigidos pela demanda. Neste sentido, há um grande atrativo aos agricultores, pois os preços pagos pela demanda dirigida possuem a tendência de operar acima dos preços dos mercados convencionais, regulados pela oferta e demanda, e, sobretudo, possuem (certa) garantia de pagamento. Mercados institucionais são regulados por complexos mecanismos de leis e regras de controle de licitação e compras públicas. Todavia, são mercados essencialmente resultados da construção social e política¹⁰ (SCHNEIDER, 2016).

No Brasil, os mercados institucionais foram criados a reboque da mudança de conjuntura no âmbito dos debates sobre políticas públicas, em especial, a centralidade, já no início do primeiro governo Lula em 2003, no debate sobre o combate à fome e a criação do Programa Fome Zero, a retomada dos debates sobre segurança alimentar e a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), e posteriormente a criação do

¹⁰ E, por isso mesmo, também são arenas de disputas de projetos. (SCHMITT; GUIMARÃES, 2008, TRICHES; SCHNEIDER, 2010, CORADIN; SOUZA, 2015)

Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). Com o PAA se deu a efetivação de mecanismos de compra direta dos produtores, com dispensa de licitação, repassados predominantemente a grupos sociais em situação de vulnerabilidade social, setores públicos de alimentação e nutrição (restaurantes populares, cozinhas comunitárias, banco de alimentos), instituições socioassistenciais e escolas da rede pública ou filantrópica de ensino. Já em 2009 houve a criação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que direciona no mínimo 30% dos recursos totais repassados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para as secretarias estaduais de educação, prefeituras e escolas federais adquirirem alimentos da agricultura familiar para o fornecimento da alimentação escolar (GRISA, 2010, SCHMITT; GRISA, 2013).

Estas duas políticas criaram as condições para o estabelecimento de um importante canal de comercialização para a agricultura familiar que juntos operam nas diferentes escalas tanto federal, estadual e municipal, e distribuem alimentos a grupos sociais prioritários. Mesmo que para Schneider (2016) os mercados institucionais operem com um alcance multiespacial, para Darolt (2013) estes mercados também representam circuitos curtos de comercialização por se caracterizar por uma venda direta, fora da unidade de produção e, não raramente, centralizado e distribuído por cooperativas locais.

Os agricultores familiares que acessam mercados institucionais, operam com uma certa ambiguidade em relação a disposição entre autonomia e dependência. Por um lado, a dependência se encontra na forma de regulação do mercado (SCHNEIDER, 2016) e nas assimetrias de poder de disputa de projetos (sobretudo problemas operacionais) entre agricultores, gestores públicos ou outros atores envolvidos na comercialização (SCHMITT; GUIMARÃES, 2008, TRICHES; SCHNEIDER, 2010, CORADIN; SOUZA, 2015), o que resultam em desconfiança, instabilidade e perda de controle dos agricultores. Por outro lado, os mercados institucionais são mecanismos de autonomia por serem um potencializador de diversificação produtiva (THIES; CONTERATO, 2017), fortalecerem a renda da família (CORADIN; SOUZA, 2015), um canal de venda direta (DAROLT, 2013), resultado de conquistas políticas de grupos sociais (GRISA, 2010, SCHMITT; GRISA, 2013, SCHNEIDER, 2016) caracterizando-se assim como um mercado que,

contraditoriamente, possibilita a retomada de controle sobre a base de recursos produtivos e permite o afastamento de mercados convencionais.

De forma central neste capítulo, foi defendido a noção da construção social de mercados, e o papel ativo dos atores sociais em construir e desconstruir espaços de trocas de distintos valores em meio à uma sociedade regulada predominantemente por noções abstratas como oferta, demanda e preço. Foi possível argumentar a favor do aspecto qualitativo implícito às diferentes estratégias de comercialização dos agricultores familiares, muito apoiado, nas distintas formas de regulação e valoração dos distintos mercados.

Esta construção é fundamental para o que este trabalho compreende como a dinâmica entre autonomia e dependência. Ou seja, a revisão elaborada até aqui contribui para interpretar o processo de modernização (institucionalização e mercantilização) a partir da capacidade de agência dos agricultores familiares, isto é, como uma disputa de projetos de desenvolvimento, em que os atores são capazes e criativos para se aproximar ou se distanciar dos projetos que derivam dos centros de poder, e mais, são capazes de, discursivamente, explicar suas lógicas e estratégias. É fundamentado neste bojo teórico em que se inicia a seguir a análise do trabalho de campo realizado com os agricultores familiares metropolitanos de Curitiba.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES: PRÁTICAS DE AUTONOMIA EM CONTEXTOS DE DEPENDÊNCIA NA OLERICULTURA FAMILIAR METROPOLITANA DE CURITIBA

A heterogeneidade produtiva (QUEIROGA, 2012) e de expressões do modo de vida rural (BRANDENBURG, 2010) constituintes da RMC são a base para questionarmos a maneira diferencial com que os agricultores familiares interagem nas situações de desenvolvimento rural originados pelo encontro de projetos que compõem o sistema agroalimentar. A mudança ocorrida na RMC aos fins do século passado, da qual o crescimento da produção olerícola faz parte (QUEIROGA, 2012), vem a reboque, da modernização (institucionalização e mercantilização) da agricultura, assim como, do crescimento demográfico de Curitiba e o surgimento de novos mercados associados, e das políticas públicas voltadas ao segmento da agricultura familiar (SOUZA, 2012a).

Neste sentido, a olericultura na RMC se tornou um importante segmento da produção agrícola recente (SEAB/DERAL, 2018) viabilizado, em especial, pela a agricultura familiar (IBGE, 2018). Assim, a olericultura familiar se torna o ator social (em sua relação com o ambiente) foco desta pesquisa, a qual tem o objetivo geral de identificar e descrever a dinâmica entre autonomia e dependência em que os olericultores familiares realizam sua reprodução socioambiental. Um primeiro objetivo específico foi cumprido ao contextualizar teoricamente os sentidos de autonomia e dependência frente a modernização da agricultura e o desenvolvimento rural ao longo dos tópicos 3., 4. e 5. Neste momento será realizado os objetivos específicos de identificar as lógicas e estratégias acionadas pelos agricultores familiares nos diferentes espaços de inter-relações da produção agrícola; e identificar e discutir as práticas de autonomia e os contextos de dependência encontrados nas atividades produtivas dos olericultores familiares.

Para isto, se optou pelo conceito de estilos de agricultura. Este passo se deu por este trabalho partilhar da crítica ao dualismo entre agronegócio e agricultura familiar (NIERDELE *et al*, 2014), assim como, pelo conceito estilos de agricultura permitir uma análise dinâmica em relação as estratégias produtivas, ao interpretar o afastamento ou aproximação dos atores sociais aos projetos de desenvolvimento elaborados de forma externa à unidade de produção,

conjugando, a partir de seu repertório cultural, suas próprias maneiras de fazer agricultura.

A heterogeneidade encontrada empiricamente possibilitou entrevistar olericultores de distintas posições socioeconômicas, convencionais e orgânicos, diversificados e especialistas, sem a intenção de comparar as diferenças e produzir tipologias, mas sim, identificar e discutir o espectro de possibilidades de ação, o espaço de manobra, observado e captado empiricamente, a partir do marco teórico-metodológico em que se apoia este trabalho (tópicos 1.1 e 1.2).

Ao longo da convivência e entrevistas com os olericultores familiares foi possível evidenciar importantes estratégias de alinhamento aos contextos de dependência. Entre estas, estão a especialização produtiva e a profissionalização de cultivos acompanhados da mobilização externa de recursos (6.1.1). Também se discute as estratégias de vendas para mercados convencionais e a relação com atravessadores (6.1.2) e o papel da intensificação estimulada pela tecnologia para a renda da família (6.1.3).

De outra maneira, os olericultores traçam estratégias de produção e reprodução mais autônomas muito apoiadas nas estratégias de comercialização da produção em mercados de proximidade, locais e territoriais (6.2.1.1), assim como mercados institucionais (6.2.1.2). Também foi possível evidenciar estratégias de retomada de controle da base de recursos produtivos através da coprodução entre o agricultor e a natureza e a mobilização interna de recursos (6.2.2)

A partir destas noções se iniciará a exposição e discussão dos contextos de dependência abstraídos das estratégias dos olericultores familiares.

6.1 CONTEXTOS DE DEPENDÊNCIA

A dependência como perda de controle (e poder) dos agricultores familiares em relação aos atores externos à unidade de produção familiar, como expresso em diferentes momentos em nossa revisão bibliográfica, não significa um processo unidirecional nem linear. Advém do contexto social, econômico e político derivado do processo de institucionalização e mercantilização da

agricultura, operado por atores com poder de instituir tipos ideais de estilos de agricultura.

É a partir deste cenário que podemos começar a descrever e discutir a característica das situações práticas, derivadas das lógicas e estratégicas de dependência, das quais os olericultores familiares participantes desta pesquisa desenvolvem com intuito de sua reprodução socioambiental. A noção de contexto, utilizado para retratar a dependência permite, principalmente, enfatizar o caráter interpretativo da estrutura social em que os atores estão envolvidos, com dois efeitos esperados: impede-se, em primeiro lugar, uma visão voluntarista de agência do ator social em direção à dependência com outros atores; assim como, ao trazer as explicações lógicas e estratégicas para tal(tais) prática(s) de dependência, procura-se revitalizar a noção de estrutura em uma dialética com a ação social.

6.1.1 Mercantilização e especialização produtiva

Os processos de mercantilização e institucionalização, como constituintes da intervenção planejada de modernização da agricultura, alteram radicalmente as estratégias de reprodução socioambiental da agricultura familiar, uma vez que os objetos e instrumentos de trabalho, o trabalho em si, assim como, a base de recursos e os resultados da produção tornam-se mercadorias.

Os efeitos locais da modernização das técnicas agrícolas, a especialização produtiva e um conseqüente aumento da produtividade total, provoca a exclusão da agricultura familiar dos mercados convencionais em função da baixa capacidade competitiva. Este fator foi majoritariamente ocorrido, por exemplo, na produção de grãos (especialmente milho, soja e trigo), cana-de-açúcar e algodão. Frente a este contexto, ocorre, para além da busca por rendas não-agrícolas, a busca por uma reinserção e inovação frente a mercados emergentes (MALUF, 2004).

Esse fenômeno se deu ao longo da RMC quando antes das grandes empresas capitalistas inundarem os mercados convencionais com produtos mais baratos, os agricultores familiares da RMC abasteciam de forma local a demanda. O caso da batata inglesa é ilustrativo aqui. O agricultor de Campo

Magro entrevistado relata o período em que deixou de plantar batata em função da competitividade.

“Quando era mais novo nós se virava bem na batatinha [batata inglesa]. Porque dava bom de vende. Depois quando chego essas máquina de lava acabou. (...). Batatinha não adianta mais plantar agora. Não adianta, a mercadoria pode dar bonita como for, não tem valor. Não tem valor. É só de Minas [Gerais]. Só mercadoria de fora que tem casca bonita que daí tem valor, mas a nossa pode dar bonita como for não vende. (...). Porque é mais fraca do que a outra né” (ENTREVISTA 13)

Para outro agricultor de Almirante Tamandaré o mesmo se passou com o milho e o feijão.

“Até ali o pessoal era só milho, batata e feijão era o forte. (...) aí já foi mudando a plantação, já foi plantando cebola, batata, e umas coisas a mais porque só no milho e no feijão não tava dando pra sobreviver mais. E a gente foi mudando. (...). Hoje é tomate e pepino. Daí só planta o milho só, feijão e batata só um cantinho pro gasto” (ENTREVISTA 7)

O relato dos agricultores nos remonta ao período em que a agricultura familiar da RMC produziam espécies com duplo valor, tanto de troca como de uso, pois além de serem culturas de fácil escoamento, ainda eram culturas comumente presentes na dieta das famílias (CANDIDO, 1977). Todavia, os processos macroeconômicos da modernização e mercantilização da agricultura provocam a desconstrução e reconstrução dos laços mercantis, com efeito tanto para a dieta, que passa a ser composta também por produtos advindos do mercado, quanto para os objetivos da produção mercantil, que agora passam a ser normatizados e exclusivos à cadeia produtiva.

A abordagem sobre os trabalhos do economista Frank Ellis presentes em Abramovay (1992) e Schneider (2016) são importantes aqui. Isto porque, na análise de Ellis, o traço básico da pequena exploração familiar é a *integração parcial a mercados incompletos*, onde os mercados

“(...) apresentam tanto oportunidades como pressões aos camponeses. Ingressar neles pode ampliar o nível de bem-estar ou diversificar o acesso a bens de consumo, mas ao mesmo tempo isso os expõe aos problemas das adversidades de preços ou das condições desiguais do poder de mercado. Isso faz com que a relação com os mercados seja uma contínua tensão entre os riscos das vantagens na sua participação ou a manutenção de uma base não mercantil para sobrevivência” (ELLIS, 1988 *apud* SCHNEIDER, 2016, p.112).

A reflexão de Ellis pode ser verificada no discurso mencionado. Mesmo que o pepino e o tomate compoñham em algum momento a dieta da família, estas olerícolas são produzidas como valor de troca, ou seja, mercadorias, quando o milho, o feijão e a batata, que eram o “carro-chefe” antigamente, por pressão dos mercados, são plantados agora somente com valor de uso, ou como diz o agricultor “*pro gasto*”.

Daí a importância da noção de *mercados incompletos*. A inserção mercantil da agricultura familiar, tanto a montante quanto a jusante do processo produtivo, opera em um alto grau de imperfeições (principalmente ao que se refere à transparência nas informações sobre as situações dos mercados, sobre a formação de preços, a influência de oligopólios e complexos agroindustriais, disponibilidade de crédito, entre outros), favorecendo a desvantagem competitiva, de tal maneira que tenciona a unidade de produção à especialização e à profissionalização. “Advém daí a afirmação de Abramovay (1992), de que nesse processo os camponeses se metamorfoseiam e passam a ser agricultores familiares, sendo a interação com os mercados o passo decisivo dessa transição.” (SCHNEIDER, 2016, p.112)

Ao longo deste contexto, os olericultores familiares são tencionados a tornarem-se, especialistas, profissionais, em uma espécie produtiva ou de um conjunto de espécies

“(...) quando eu tenho o manjeriço eu não consigo produzir mais verdura, a não ser que seja uma hortinha que uma tardinha você corre lá. ”
(ENTREVISTA 1)

As quais podem ser adquiridas sementes e mudas, adubos e agrotóxicos em mercados com um certo grau de confiança,

“(...) pra nós eles [a loja de insumos] cobram 0,5% de juros ao mês. A gente paga eles do jeito que a gente quer” (ENTREVISTA 10)

“Agora nós tamo satisfeito porque compramo tudo com agrônomo né” (ENTREVISTA 2)

Resguardados por uma familiaridade com as técnicas, tecnologias e operações necessárias para o cultivo desta ou destas culturas,

“Elas [as filhas] lidam com os morango e eu faço as verdura daí” (ENTREVISTA 8)

“O que a minha família [casal e filhos] planta. Nós plantamos hoje brócolis, couve-flor e repolho, nós plantamos feijão e milho. (...) Vamo pega minha irmã por exemplo. O carro-chefe dela é inhame e cenoura e planta cheiro-verde, salsinha e cebolinha” (ENTREVISTA 5)

Este contexto de inserção mercantil é justificado pelos agricultores a partir de diferentes cálculos (lógicas) de vantagens e desvantagens em relação a mobilização de recursos da produção e em relação ao valor adquirido pela produção comercializável. Todavia, diferentemente de uma exploração capitalista, a família leva em consideração os aspectos qualitativos do trabalho

“(...) [para os camponeses] a base de recursos não é separada em elementos opostos e contraditórios (como trabalho e capital, ou trabalho manual e intelectual). Os recursos sociais e materiais disponíveis representam uma unidade orgânica e são possuídos e controlados por aqueles diretamente envolvidos no processo de trabalho. As regras que governam as inter-relações entre os atores envolvidos (e que definem suas relações com os recursos mobilizados) são tipicamente derivadas de (e vinculadas a) repertórios culturais locais e relações de gênero – e nisso o tipo chayanoviano de balanços internos (como, por exemplo,

entre penosidade do trabalho e satisfação de demandas) igualmente desempenha um importante papel” (PLOEG, 2009, p.24)

O discurso abaixo é ilustrativo

“A gente compra muda pronta. Porque era mais um trabalho. Tipo, o pessoal que fornece mudas, era o trabalho deles, então eles nunca falharam a entrega, sempre tá ali. (...). Então eu não acho boa coisa fazer a minha muda por causa disso, eu não vou conseguir me programar, porque é pra mim que eu tô fazendo. Eles fazem, é o comércio deles, é o trabalho deles, então eu prefiro comprar deles, então não tenho o viveiro por causa disso” (ENTREVISTA 5)

O dilema entre “fazer” e “comprar” se tornou constante na vida dos agricultores familiares modernos. O balanço entre o acesso de recursos externos e a reprodução interna de recursos reclama a perspectiva central da abordagem chayanoviana para a exploração familiar, o objetivo da renda do trabalho (PLOEG, 2016). Isto é dizer que, ao levar ulteriormente elementos quantitativos e qualitativos que compõe a capacidade de trabalho da família em questão – *“era mais um trabalho, é o trabalho deles”* –, o agricultor enxerga na especialização e na profissionalização um ambiente seguro para formação de renda – *“eu não vou conseguir me programar, eles nunca falharam”*.

Todavia, essa segurança será reavaliada caso haja ameaça à estabilidade da renda do trabalho. E é, sobretudo, sob as falhas e imperfeições dos mercados em que a instabilidade da renda do trabalho é criada. As causas deste fenômeno estão na raiz da assimetria de poder entre a pequena exploração familiar e os grandes complexos, ou impérios, agroalimentares, quando estes operam com vantagens durante as, não raras, situações de estagnação dos preços frente ao aumento dos custos de produção. Esta situação de aperto (*squeeze*) vem sendo, por um lado, o calvário de pequenas propriedades altamente dependente dos mercados, e por outro, um importante fator de desenvolvimento de estilos de agricultura de baixo insumos externos (*low-external inputs*) (PLOEG, 2008, 2016). Entretanto, a inserção mercantil é, muitas vezes, um momento decisivo para a reprodução da família, sendo a

especialização e profissionalização estratégias fundamentais para atender a normatividade e a produtividade imposta pelos mercados (SCHNEIDER, 2016).

6.1.2 Mercados convencionais de comercialização da produção olerícola

Em síntese, a posição da agricultura familiar em relação aos mercados é influenciada por dois fatores fundamentais. Um primeiro fator, explorado mais detalhadamente no tópico anterior, se refere à intensidade de inter-relações mercantis com atores e instituições externos em relação à mobilização de recursos de produção. Um segundo fator pode ser elaborado a partir dos fins, do destino da produção agrícola. Se se parte da noção de que mercados são construções sociais, isto é, relações econômicas imersas em relações sociais, políticas e culturais, das quais emergem uma estrutura de instituições, normas, regras e valores, significa dizer que diferentes mercados, operados por diferentes atores, normas e valores, são qualitativamente diferentes entre si (ABRAMOVAY, 2004, SCHNEIDER, 2016).

As características gerais acima descritas aparecem em diferentes constelações nos mercados convencionais da cadeia produtiva de hortifrutigranjeiros. Dentre os mercados convencionais acessados pelos olericultores entrevistados, o CEASA (Central de Abastecimento do Paraná S. A.) tem forte influência. No CEASA os produtores possuem dois espaços de venda: os Boxes, por meio de comerciantes intermediários; e existe também o mercado do produtor, ou a pedra, onde é possível vender de forma direta aos varejistas mediante o pagamento de uma taxa, que pode ser mensal ou diária. No CEASA a formação de preços é atualizada diariamente em função da oferta e demanda local e macrorregional, colocando os atores envolvidos em um grande espaço de tensão.

“Só que o problema do CEASA é que não tem um preço mais ou menos fixo. Lá é de acordo com a oferta e procura” (ENTREVISTA 2)

“(...) o que dá um dinheirinho bom mesmo é o tomate e o pepino. Quando pega um preço bom né, porque muitas vezes o preço também. *Porque o CEASA flutua né?* Ui que medo. Tomate já chegou a ficar metade sem

colher. Essa safra [2018/2019] ainda perdimo bastante. Essa última. No fim de ano [2018] ali, começa a reuni muito produto. Daí o tomate pra cima ali [na parte de cima da planta], já não tem o bem graudão, aí já vão rejeitando o mais miúdo. Na verdade, ficou bastante sem colher” (ENTREVISTA 7)

Nota-se que, ao se somar o fato da especialização produtiva, isto é, uma alta inserção mercantil à jusante da produção, à opção de venda da produção “carro-chefe” em mercados convencionais, revela estratégias de ação sob contextos de alta dependência mercantil, mas sobretudo, sob alto risco de reprodução socioambiental da família. Isto se dá muito em função da característica sazonal das espécies olerícolas, aliado à ausência de segurança contratual e/ou de uma política de preços mínimos (SCHNEIDER, 2016). Nestes casos, quando há uma grande oferta de um mesmo produto, muitas vezes, o preço cai a ponto de não pagar os custos da colheita e do frete, deixa-se de colher e acaba-se por perder produtos à campo. Ainda para estes casos, a vulnerabilidade se acentua quanto maior for a especialização da unidade de produção.

Outras duas possibilidades importantes de mercados convencionais são as agroindústrias processadoras de hortaliças e nos supermercados. Apesar destas estratégias não serem acionadas por nenhuma das famílias entrevistadas, ainda são importantes canais de comercialização na RMC. A diferença fundamental entre o CEASA e as agroindústrias e supermercados é que a venda nestes últimos se dá através de contratos.

“Acho que é cabeçada na parede fazer contrato com mercado né. Que tem muitos colono aí que fizeram contrato a gente sabe né. Daí não tinha o produto tinha que compra né. Daí eles vendiam o produto pro mercado a um valor e pagavam mais alto comprando. Se quebraram né” (ENTREVISTA 4)

“E se um mercado quisesse comprar tudo que o senhor produz? Eu não quero porque eles querem contrato. E a hora que eu não tenho [produto] como é que fica? Contrato é contrato. E daí eles querem contrato e eles

contratam o preço também. Daí tem hora que eu perco no CEASA mas tem hora que eu ganho bem” (ENTREVISTA 8)

Nestes casos, o que poderia parecer uma característica de segurança, o contrato, para o agricultor, na verdade, se expressa como uma pressão, principalmente função do dinamismo da atividade agrícola. A despeito destas estratégias, podemos verificar a mobilidade da inserção mercantil dos olericultores familiares. O relato dos agricultores reflete sua posição em relação ao seu repertório cultural, suas relações de sociabilidade, para se afastar da pressão que significa o contrato, e aceitar o risco da flutuação de preços do CEASA.

Uma última característica dos mercados convencionais é a intermediação. Os intermediários da cadeia produtiva hortifrutigranjeiros podem ser dos mais variados, as Centrais de Abastecimento, os supermercados e agroindústrias são, em grande medida, parte deles, pois possuem para além do papel de comercialização, o papel de distribuição, se não para varejistas, como funcionam grande parte das transações realizadas pelas Centrais de Abastecimento e as agroindústrias, ou diretamente para o consumidor final como funcionam os supermercados. Todavia, ainda pode existir os agentes intermediários entre os agricultores e os atacadistas e varejistas, não raramente, assumindo o papel do transporte da produção, o atravessador (VILAS BOAS; PIMENTA, 2011).

Os agentes intermediadores ganham espaço com o gradativo aumento da divisão social do trabalho e da especialização da produção. Todavia, a postura estratégica dos agricultores segue a mesma lógica exposta no tópico anterior, isto é, a centralidade nos aspectos qualitativos e quantitativos do trabalho, e enfim, sob a renda do trabalho.

“Então quem entrega pro CEASA vem pegar do senhor aqui? Vem. Ele é produtor também né. Ele leva o dele e pega da gente mais algum vizinho. (...). Nós mesmos ía vender. Era pior. Pagava o frete e ia junto [para o CEASA], mas era muito danado, tinha que posar lá aí chegava outro dia não podia trabalhar [na roça]. Eu fui mais ou menos uns dois anos fomos

vender lá. Pagava por caixa, chegava lá vendia o produto, mas é mais sofrido daí” (ENTREVISTA 7)

“Eu acho que, em certas circunstância ali é preciso o atravessador. Porque só os colono ali não iam dar conta né” (ENTREVISTA 4)

Na perspectiva neoclássica de Vilas Boas e Pimenta (2011), a existência dos intermediários interfere beneficentemente aumentando a eficiência do processo produtivo como um todo, em função de serem atores fundamentais para o aumento da especialização e divisão do trabalho (favorecendo uma economia de escala), assim como aumentam a eficiência contratual à medida que diminuem os custos de transações diretas entre produtores e consumidores, e enfim, seriam atores importantes na agregação final de valor (de troca, obviamente) para cadeia produtiva.

Ao contrário, a perspectiva que vem sendo argumentada neste trabalho, interpreta a especialização e a mercantilização total dos processos produtivos em direção à uma economia de escala são mecanismos de retirada do controle da produção das mãos dos agricultores, refletindo em perda de autonomia, o que nós reconhecemos aqui como os contextos de dependência. Ainda assim, dentre as oportunistas e criativas estratégias acionadas pelos olericultores familiares, não raramente, se inserir aos contextos de dependência compõem seus repertórios de ação. E aqui se encontra a “virada interpretativa”. A noção de que a inserção mercantil, sobretudo dinâmica no tempo, representa uma das várias estratégias de reprodução socioambiental dos olericultores familiares. O que não implica ser uma estratégia operada sozinha. Isto é, a relação mercantil com mercados convencionais pode estar acompanhada de estratégias como a pluriatividade, a mobilização interna de recursos, o autoconsumo ou a venda de excedentes para circuitos curtos de comercialização, reafirmando a noção da intensidade da mercantilização, ou os graus de mercantilização, como característica fundamental para distinguir estilos de agricultura (PLOEG, 1993, 2009, LONG; PLOEG, 2011, CONTERATO *et al*, 2011, NIERDELE, 2006).

6.1.3 O papel da intensificação estimulada pela tecnologia

A “modernização dolorosa” da agricultura brasileira, como comentado em outro momento, se deu fundamentalmente através do “comando da terra”, tornando, historicamente, o aumento da escala um bloqueio à estratégia de aumento do valor bruto da produção agrícola para a agricultura familiar (LAMARCHE, 1993, WANDERLEY, 1996b). O que torna a relação estratégica entre a intensificação estimulada pelo trabalho e a pela tecnologia, elementos fundamentais para compreender como agricultores familiares elaboram seus estilos de agricultura.

Este contexto foi empiricamente verificado ao longo das entrevistas realizadas com os olericultores familiares da RMC. A baixa concentração fundiária no universo de olericultores abordados possui consequências tanto socioeconômica quanto ecológica. Isto é, a família, constatando sua condição restrita de acesso aos recursos naturais, se obriga a tecer estratégias de intensificação da produção que garantam as necessidades reprodutivas de seus membros e do sistema produtivo. Isto se evidencia quando o agricultor é questionado sobre a adoção de inovação tecnológica:

“Quando vem uma inovação o que o senhor leva em consideração para aceitar ou recusar? Acho que o melhoramento da produção. Como eu tô com uma área pequena aqui então eu tenho que tentar fazer com que minha produção seja boa. Não é na quantidade que eu vô planta, mas planta poco e colhe bastante.” (ENTREVISTA 1)

Isto porque, raramente comprar ou arrendar terra está no horizonte do planejamento da família, influenciado por diversos fatores como o preço, a distância em relação a sede, a qualidade, ou mesmo a própria disponibilidade no mercado.

“Arrenda é meio difícil porque ninguém aqui tem terra boa pra arrenda.” (ENTREVISTA 2)

“Existe planejamento/vontade de comprar mais terra? Eu não quero mais saber de terra. E por aqui precisa muito [fazendo sinal com a mão de dinheiro] é muito caro.” (ENTREVISTA 8)

Então, a capacidade de produzir em pequenas áreas culturas agrícolas com um o atrativo preço de venda e a proximidade à metrópole consumidora, mesmo que a custo de contínuos investimentos em tecnologia, favoreceram o contexto da transição da agricultura familiar em direção à olericultura. O que não exclui o papel do trabalho e da intensificação estimulada pelo trabalho. Para Ploeg (2009, 2016) as duas vias de intensificação, pelo trabalho e pela tecnologia, não se excluem, e é sob seu equacionamento em que a família conjuga o grau tecnológico adotado pelo seu estilo de agricultura. Por exemplo, quando o olericultor é questionado sobre a capacidade de aumentar a produção de tomate, não vê vantagem em função da capacidade de trabalho da família. Nem mesmo à custos de novos investimentos em tecnologia.

“Caso houvesse um mercado interessado, o senhor plantaria toda sua área cultivável de tomate? Não, porque a gente não tem como planta tudo. O máximo é cinco mil pé. Porque é o que a gente pode cuidá. Porque dá muita mão de obra. Como a gente não paga mão de obra. Então é só praticamente nós dois [pai e filho] e a esposa que ajuda né. (...). O senhor tem planos de fazer estufa? Não, investimento muito grande. Sei que tem o meu sobrinho que fizeram ali, gastaram 80 mil na estufa né. Muito caro.” (ENTREVISTA 7)

Assim, o agricultor expressa como seu repertório cultural, tanto sobre a capacidade demográfica da família, quanto sobre a capacidade de investimento à espelho dos parentes, é operado para encontrar um grau ótimo entre trabalho e tecnologia e perpetuar a reprodução segura da família.

Entretanto, ao longo do trabalho de campo foi percebido diversas estratégias de intensificação da produção via tecnologias bem aceitas pelas famílias entrevistadas. A primeira, e mais evidente, é o uso de trator e seus implementos para cultivar as olerícolas. Este elemento se evidencia no discurso de um olericultor quando conecta a utilização da mecanização agrícola com a diminuição da penosidade do trabalho.

“Nossa mas antigamente era mais sofrido a coisa né. Aqui era só matão. Antes derrubava aquele mato, derrubava, queimava e daí plantava milho

e feijão. (...). Depois que a gente foi modificando né. Viu que cultivando ficava melhor. ” (ENTREVISTA 7)

A utilização de trator no plantio de olerícolas aumenta a produtividade do trabalho de revolver o solo, inclusive com implementos especializados como rotativas e rotoencanteiradores. A utilização de mecanização para revolvimento da terra é um fator afirmativo na capacidade de produção familiar, de acordo com o agricultor: “ (...) antigamente era só tração animal. E agora a gente conseguiu comprar um tratorzinho. Aí deu pra trabalhar né. ” (ENTREVISTA 4).

A mesma valorização das novas tecnologias acontece na interpretação que o agricultor faz quando é questionado sobre o passado e o presente

“Antes eles [os antepassados] não tinham uma adubação certa, nem uma análise de terra eles faziam. Então se a terra tivesse precisando de calcário eles não iam saber né, não produziam direito e pensavam que aquela terra era fraca, não tava produzindo, e acabavam abandonando aquela terra, eles iam procurar uma outra terra. Então hoje nós tamo conseguindo fazer essa terra produzir, essa é a vantagem de hoje. (...). Dificilmente você vai prantar e não vai produzir né (...). Deu uma estiagem ainda você tem a irrigação né” (ENTREVISTA 1)

Isto é, pode-se interpretar que as tecnologias derivadas da modernização aumentaram a segurança e estabilidade na reprodução social desta família. Esse elemento se repetiu quando o agricultor explica a importância de adesão tecnológica das estufas para o plantio de morango e o reflexo na família.

“A gente tinha um ganho bom no verão com o chuchu, couve-flor e a abobrinha, só que ficava o inverno inteiro comendo o dinheiro que ganhou no verão, é igual urso, vivia o verão pra hibernar no inverno (...). Mas agora com estas estufa de morango aqui. Porque nesta cinco estufa de morango aqui, o quintal ali esse ano não plantemo nada de brócolis, couve-flor, nós ficuemo só aqui dentro. Então olhe pequenininha a área pra gente ficar todo tempo aqui (...)” (ENTREVISTA 2)

Então, para esta família, a intensificação estimulada pela tecnologia oportuniza também a intensificação pelo trabalho, mesmo que a custo da especialização produtiva. O que reforça a interpretação de que a intensificação estimulada pela tecnologia não exclui a intensificação estimulada pelo trabalho, sobretudo na olericultura familiar.

Neste contexto, podemos afirmar, com a ajuda de Ploeg (2016, p.133), que o objetivo central da intensificação produtiva, nestes casos, estimulada pela tecnologia, cumpre o papel central de aumentar a renda, que é, para agricultura familiar, a renda sobre o trabalho. Isto é dizer que, quando a família conquista mais “capital fixo por trabalhador” a medida em que o número de “trabalhadores da família” se mantém ou aumenta, conseqüentemente aumenta a “renda familiar total” (PLOEG, 2016). Esta estratégia diverge radicalmente das aspirações de uma agricultura capitalista onde a intensificação estimulada pela tecnologia serve para maximizar o lucro, ou seja, aumentar a diferença entre o valor bruto da produção e os custos (inclui-se aí a mão de obra) (PLOEG, 2009, 2016).

“Hoje, como no passado, há muitas situações em que a renda (do trabalho) das famílias camponesas pode estar sob um estresse considerável. (...). Nessas situações, a busca por rendas melhores se torna parte de uma luta social multifacetada. ‘A família agricultora usa, dentro do possível, todas as oportunidades de sua posição natural e histórica e da situação de mercado em que se insere’ (CHAYANOV, 1966, p.120).” (PLOEG, 2016, p. 134)

A linha argumentativa ajuda a construir um importante contexto de dependência emergente da adoção das tecnologias modernas pelos olericultores familiares entrevistados. Isto é, quando, por uma série de motivos internos (demográficos, ecológicos, etc.) ou externos (macroeconomia, políticas, etc.), têm a intensificação via trabalho e/ou o aumento da escala bloqueados, a intensificação via tecnologia se torna uma importante estratégia para aumento da renda familiar.

“Os rendimentos são o resultado do processo de trabalho e, portanto, refletem os permanentes ajustes nos diversos equilíbrios que organizam esse processo, particularmente o equilíbrio entre autonomia e dependência. Os rendimentos estagnados podem levar à fome e à miséria abjeta; os aumentos nos rendimentos são os precursores de épocas mais prósperas (...).” (PLOEG, 2016, p.109)

6.2 PRÁTICAS DE AUTONOMIA

O cerne do debate sobre autonomia na agricultura está intimamente conectado com a história da agricultura, e, sobretudo, faz conexão com a resistência e persistência das formas camponesas de agricultura. A despeito das diferenças culturais e ecológicas, as características gerais das formas camponesas de agricultura estão ancoradas nos diferentes circuitos de não-mercadoria. (TOLEDO, 1993, PLOEG, 2009).

Entretanto, estas características gerais não implicam em uma interpretação de isolamento da agricultura camponesa. Historicamente, as relações de sociabilidade camponesa foram amplamente permeadas por trocas e são vinculadas às trocas e à sociabilidade camponesa. Sobretudo, as rupturas e continuidades da pequena exploração familiar no tempo (WANDERLEY, 2003) refutaram a noção, como teria elaborado Sahlins (WOORTMAN, 2014), de que as formas domésticas de produção são um impedimento à produção de excedentes. Inclusive, como vem-se argumentando até o momento, a inserção mercantil é um momento fundamental da sobrevivência do campesinato na modernidade (PLOEG 1993, 2009, 2016).

Desta forma, a autonomia de que trata este trabalho, é uma autonomia relativa. Em um primeiro ângulo, é uma autonomia à espelho das noções de resistência e dignidade. Desta perspectiva, as práticas de autonomia estão no cerne das lutas cotidianas históricas do campesinato contra a exploração do trabalho, os altos impostos, as relações de subserviência e dominação (MENEZES; MALAGODI, 2011), e a favor de perpetuar ou retomar o controle da base de recursos fundamentais a reprodução socioambiental da família (PLOEG, 2008).

Em um sentido mais amplo e ambicioso, toma-se a noção de autonomia como liberdade dos agricultores, isto é, a libertação das relações agressivas e de submissão, e a liberdade para agir a fim de que a agricultura cumpra os objetivos da família. Uma vez que nossa sociedade de mercado (*à la* K. Polanyi) se subscreve em contextos de dependência, a busca e construção da autonomia se dá necessariamente nos espaços de inter-relações, o que torna caro a noção de espaços de manobra (PLOEG, 1994, 2008, LONG; PLOEG, 2011). Estas premissas auxiliam ao que se empenhará a identificar e discutir as práticas de autonomia dos olericultores familiares.

6.2.1 A construção da autonomia via mercados

Parece contraditório a afirmação de que é possível a construção da autonomia via mercados, haja visto, nossa argumentação até aqui elaborada evidenciou que a crescente inserção mercantil da agricultura familiar se produz em contextos de dependência. Todavia, esta contradição se resolve a partir da perspectiva que interpreta os mercados como construções sociais. Isto é dizer que mercados, por serem resultados de relações econômicas, mas também, políticas, sociais e culturais, não possuem uma só lógica de regulação e modelos de transação, mas sim, distintos mercados podem ser criados ou extintos de acordo com os interesses e a capacidade de agência dos atores envolvidos - seja o Estado, cooperativas e associações, empresas privadas, grupos de consumidores, agricultores ou atravessadores – e com isto se instituirá distintas regras, normatividades e valores (ABRAMOVAY, 2004, MALUF, 2004, SCHNEIDER, 2016).

É importante mencionar que a heterogeneidade das práticas dos agricultores advém de amplas e distintas constelações de estratégias de relações mercantis. Inclusive, sublinha-se a noção de que as práticas mais autônomas não ocorrem a despeito ao acesso a mercados regulados pelas normas hegemônicas de uma economia (e sociedade) de mercado, mas sim, e não raramente, de forma simultânea, reforçando a noção da mercantilização da unidade de produção se dar em diferentes intensidades ou graus (PLOEG, 1993, 1994, CONTERATO *et al*, 2011, NIERDELE, 2006, NIEDERLE *et al*, 2014). Estes elementos dão ênfase a noção, apoiada em Frank Ellis, de que a

agricultura familiar se define por sua integração parcial à mercados, e as práticas de autonomia são a construção ativa de seu distanciamento (PLOEG, 2010).

Neste bojo teórico cabe-se perguntar quais práticas de autonomia via mercados nos referimos quando se leva em consideração a olericultura familiar da RMC?

6.2.1.1 Mercados de proximidade, locais e territoriais

Derivados da tipologia elaborada por Schneider (2016), os mercados de proximidade, locais e territoriais podem ter suas diferenças agregadas pelo “encurtamento” dos processos, distâncias e atores envolvidos na circulação de alimentos, ou como sintetiza Darolt (2013), os circuitos curtos de comercialização.

Entre os circuitos curtos de comercialização, as feiras livres são mercados de grande importância para a distribuição da produção olerícola na RMC. Ainda que se tenham perdido consumidores em função do crescimento das redes de supermercado, algumas feiras livres, por exemplo em Curitiba, resistem a décadas nos mesmos locais de comercialização, inclusive, recentemente têm-se aumentado o número de feiras livres destinadas especialmente a comercialização de alimentos orgânicos. Em especial, as feiras livres representam uma importante forma de renda para as famílias agricultoras (MEIRELLES, 2004, GRIMM, *et al* 2018).

Para além de algumas características de distribuição, como a oferta semanal e, quando possível, multivariada de produtos, as feiras livres reúnem as características por excelência dos *mercados de proximidade*, como as relações de interessoalidade, solidariedade, amizade e, para além dos selos e certificações, a forma principal de regulação das trocas é a confiança (DAROLT, 2013, SCHNEIDER, 2016, GRIMM *et al* 2018).

“Nós construímos uma amizade muito grande nesses 17, 18 anos, de você ver criança nascer, você vê a barriga, depois você vê frequentando. A feira assim é uma coisa que te apaixona. Nós não gostava mas depois que começou a lidar começou a apaixonar. (...). E se aquele cliente falta você: nossa o que aconteceu. É um elo muito legal. (...). Tem produto que

a gente produz porque o cliente pede. As vezes não queria produzir uma coisa, mas o cliente pede: Ah! Mas eu gosto daquilo. Pois a gente planta porque o cliente pede. Certos feijão que tem cliente que gosta daquele feijão, então a gente já planta estimulado por aquele cliente (...)" (ENTREVISTA 5)

O relato da agricultora e feirante demonstra os laços sociais envolvidos em um canal de comercialização. O fato de ser um canal de comercialização direto ao consumidor humaniza o processo de comercialização o que implica em uma dedicação que reflete dentro da unidade de produção "*Pois a gente planta porque o cliente pede*". Sabourin (2009) menciona a capacidade destes laços contidos no processo de comercialização como uma *reciprocidade binária*, isto é, quando os valores de sociabilidade, afetividade, éticos são partilhados pelos dois atores polos do processo de comercialização, o produtor e o consumidor. Apesar deste trabalho não ter se atido aos consumidores, a reciprocidade se evidencia quando a agricultora nos conta como se sente ao faltar a feira

"(...) e quando chega faltar dá uma pena porque nós temo uma freguesia. As vezes nós num imo que falhamo, Viajamo pra Aparecida, ou ... a gente sai as vezes né. E as vezes não fala nada, mas quando vai no outro domingo, mas xingam: Porque que não avisou" (ENTREVISTA 10).

Neste sentido, o reestabelecimento do controle das circunstâncias em que o produto chega na mão dos consumidores se constrói como uma prática de autonomia. Sobretudo, é uma iniciativa dialógica, que vem a reboque da conscientização do consumo (DAROLT, 2013, BRANDENBURG *et al*, 2008).

"Hoje, tudo essas venda lá do Mandala [grupo de consumidores de Curitiba], que já faz um ano e três meses que tá vendendo, duas vezes por mês. Eles vêm pega aqui. (...). E daí nós tamo com essa ideia de não vende pros atravessador, e a ideia deles também é não compra dos atravessador, é dá o lucro pro cara que tá sofrendo no trabalho. É a ideia da Mandala lá do povo de Curitiba. Nós já tamo em 60 família, começamos com 20, tamo com 60" (ENTREVISTA 15)

A experiência de venda direta para grupos de consumidores, como nos relata o agricultor, é conhecido na literatura como CSA (*Community Supported Agriculture* [Agricultura Sustentada pela Comunidade]). Experiências como esta vêm se desenvolvendo em toda a Europa, e mais recentemente também se tornou crescente, em especial no sul do Brasil (DAROLT, 2013).

Então, a despeito da tendência da modernização em que se baseia a hegemonia dos complexos agroalimentares, apoiados na crescente divisão do trabalho, externalização dos processos produtivos e da economia de escala (PLOEG, 1993, 2009, LONG; PLOEG., 2011), agricultores e consumidores vêm caminhando na direção oposta, retomando o controle dos processos de produção e distribuição à favor da democratização da informação e dos aspectos qualitativos, não monetários, da alimentação (MEIRELLES, 2004, BRANDENBURG *et al*, 2008, DAROLT, 2013).

Em menor grau, o mesmo acontece nos canais de comercialização indiretos, locais e territoriais. Estes canais (quitandas, mercados locais, sacolão, também as feiras) varejistas, não raramente, são operados por atores inseridos na comunidade, com lógica abstrata e operacional de comercialização (sobretudo preços), mas também são atores que mediam as relações de confiança e interpessoalidade (SCHNEIDER, 2016). Sabourin (2009) chama a atenção para possibilidade de se estabelecer uma relação de *reciprocidade ternária*, onde, neste caso, o varejista também é um ator que acumula confiança e reputação em relação a sua “freguesia”.

“Para quem o senhor vende a produção? Tem uns feirante que pega um pouco. Agora os mercado aí são um pouco enjoado porque a turma traz do CEASA, barato. (...). É só mesmo o pessoal que conhece nossa mercadoria é boa daí o pessoal manda leva” (ENTREVISTA 13).

Neste sentido, a ênfase dada pelo agricultor é demonstrativa da preferência de certos varejistas na interpessoalidade e confiança na qualidade do produto, em detrimento a lógica impessoal baseada no preço.

Ao se considerar a persistência das características de interpessoalidade, confiança, reputação, qualidade intrínseca ao produto, nas estratégias de vendas diretas e indiretas baseadas em canais curtos de comercialização, pode-

se sublinhar uma diferença fundamental em relação a agricultura empresarial. Como as trocas mercantis das unidades empresariais são coordenadas pelas normas ditadas por uma economia de escala, reguladas especialmente por contratos e preços, a forma principal de aumento dos níveis de renda é a redução contínua do uso do trabalho, podendo ser acompanhada pela intensificação estimulada pela tecnologia. Já para a agricultura camponesa a diminuição do uso do trabalho não é uma possibilidade, em especial na olericultura. Neste sentido, ao se afastar das estratégias de dependência típicos dos modos empresariais, a agricultura camponesa se orienta para *criação de valor agregado*, como forma principal de aumento da renda total familiar (PLOEG, 2009, 2016).

“Emancipação (“um bem-sucedido enfrentamento de um ambiente hostil”) coincide aqui, necessariamente, com a ampliação do valor agregado total por unidade de produção. Isso ocorre através de um lento, mas persistente, crescimento da base de recursos, ou através de um aperfeiçoamento da “eficiência técnica”. Na maior parte das vezes, no entanto, os dois movimentos serão combinados e entrelaçados e então chega-se a um momento de fortalecimento autônomo. “ (PLOEG, 2009, p.26)

“Então você tem que produzir um pouquinho e produzir a preço de custo, pra você não perde na roça. Ali você tira o valor que você investiu, tira seu tempo, e vai girando né. Vendo frango, vendo pão caseiro que ela [a esposa] faz, vendo conserva, vende ovos, ali você vai reunindo ajuda. A rua ajuda a paga as conta” (ENTREVISTA 17)

Desta forma, diferentemente das estratégias de especialização e profissionalização direcionadas ao aumento de escala e o uso intensivo de tecnologia, as práticas de autonomia em relação aos mercados observadas a partir olericultores familiares entrevistados caminham em direção à diversificação produtiva e à criação de valor agregado ao produto. A tendência da diversificação também é observada nos agricultores brasileiros que praticam

circuitos curtos de comercialização, em relação aos franceses, segundo Darolt (2013).

É necessário enfatizar que este caminho não é uma regra, nem mesmo é linear. Isto é, não há nenhum impedimento à unidade familiar se tornar especialista e intensiva para um nicho de mercado, ou mesmo manter relações comerciais com mercados convencionais. Entretanto, apoiar-se no conceito de estilos de agricultura tem como principal contribuição a noção de que a pequena exploração familiar que mantém práticas de autonomia em relação a mercados conjuga um equilíbrio especial, fruto do repertório cultural família, entre a produção de valor de uso e valor de troca, e, sobretudo, possui a tendência a privilegiar a criação de valor agregado como principal forma de aumento da renda familiar do trabalho. Mas, enfatiza-se a noção de que este equilíbrio é dinâmico e pode mudar no tempo e entre unidades de produção, em função do repertório cultural de cada família, mudando também as lógicas e estratégias de fazer agricultura (PLOEG, 1994, LONG; PLOEG, 2011, NIERDELE *et al*, 2014).

6.2.1.2 Mercados institucionais: autonomia e contradição

Para os olericultores familiares da RMC os mercados institucionais têm um papel importante. Ao longo do período das entrevistas de campo, entre junho a agosto de 2019, os agricultores não estavam acessando o PAA, conhecido pelos agricultores como “fome zero”, desde o começo do ano pois ainda não tinha saído o edital de compra. Diferente do PNAE, conhecido pelos agricultores como “merenda” ou “merenda escolar”, em que os olericultores já vinham fazendo entregas desde o começo do ano letivo escolar. O PNAE possui a possibilidade de se vender uma cota de R\$ 20.000,00 por ano, por DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), e as entregas são centralizadas por cooperativas que possuem a DAP Jurídica, podendo assim se inscrever nos editais.

Foram evidenciadas reações distintamente positivas, quando perguntado aos olericultores o que eles pensavam dos programas de compra direta:

“Ah é uma ajuda boa também. Aumenta a renda né. Com esse dinheiro eu posso toca a lavoura de manjeriço. (...). Por que você sabe que vai ter o ganho” (ENTREVISTA 1)

“Mas é muito bom. (...). Porque nós temo nossa venda. Mas também nunca é demais né” (ENTREVISTA 6)

“(...) eu gosto de vender pra merenda escolar. E ainda faço questão. Inclusive prefiro. Porque sei que as crianças vão comer uma coisa garantida. Que a gente pode garantir” (ENTREVISTA 9)

A espelho do estudo elaborado por Thies e Conterato (2017), os mercados institucionais tornam-se uma estratégia de variação dos canais de comercialização para os olericultores familiares da RMC. O fato dos agricultores destinarem áreas específicas e espécies próprias para este canal de comercialização (por exemplo as verduras em relação ao manjeriço exposto na Entrevista 1), o mercado institucional é importante tanto para complementação da renda, quanto para a diversificação da produção, como avaliaram Schmitt e Guimarães (2008). Darolt (2013) ressalta o fator da proximidade também como um fator potencializador deste canal de comercialização, visto com bons olhos por este olericultor

“Que nem você pergunto, se eles aumentassem a cota eu jamais ia vender lá no CEASA. (...). Porque daí é mais fácil, é mais perto. Não precisa levanta de madrugada” (ENTREVISTA 8)

Coradin e Souza (2015), refletem também a capacidade de o mercado institucional fortalecer a renda total da família a partir da divisão de gênero e geracional do trabalho, isto é, a participação de mulheres e jovens na renda agrícola através do plantio para os programas de compra direta. Elemento também evidenciado em nosso trabalho de campo

“Tipo assim, ela [a filha] planta cinco bandejas de brócolis daí quando vende as cinco o dinheiro vai pra ela. Ele [o sobrinho] plantou almeirão, agora plantou couve-flor também, daí a gente vende pra ele na nota da

mãe dele [que compõe uma das DAP que a família usa pra vender no PNAE]. (...) chegou o dinheiro já pega leva e entrega. Pronto” (ENTREVISTA 9)

Entretanto, os olericultores verificam questões de instabilidade na operação destes mercados. Para além da demora no pagamento, também verificada por Schmitt e Guimarães (2008), Darolt (2013), Coradin e Souza (2015), expresso na fala do agricultor

“Eu já entreguei é um preço bom que eles pagam. Mas é enrolado pra entrega e enrolado pra pagar. Porque depende da pessoa que tá administrando, depende do governo (...)” (ENTREVISTA 12).

Os olericultores familiares entrevistados expressam tensões com os gestores dos programas

“(...). Você fazia uma cota né, e tinha que colher pra entregar lá né. Só que você ia lá: [o agricultor] – Tô tendo couve e brócolis, [o gestor público] - A não, mas outro vai entregar. Nós, se não tivesse o CEASA né, ia perde. Daí quando acabou o lote de couve e brócolis, daí a prefeitura veio atrás: [o gestor] – Ó, Fulano não tem, pode colher? Mas daí você já tinha colhido. Isso não foi uma vez que aconteceu com a gente. Isso aí que a gente caiu fora” (ENTREVISTA 4)

“Que nem o brócolis, couve-flor, se tivesse uma semana bom, vai lá, eles não querem, só pra semana que vem. Daí não dá mais. Porque são coisas que passam muito rápido. A couve-flor abriu você tem que vender. O brócolis a mesma coisa. Se ele abriu e você não corta, em dois três dias você perdeu, perde tudo” (ENTREVISTA 8)

O relato dos olericultores expressa outro problema abordado por Schmitt e Guimarães (2008) e Triches e Schneider (2010) que é a falta de harmonia operacional entre o gestor público, a demanda da alimentação escolar, e os agricultores. Neste sentido, há um desafio agrônomo e social entre conseguir

escalonar a produção entre diferentes unidades de produção fornecedores e a demanda sazonal e escalonada de alimentos da escola.

E enfim, há também uma tensão em função de ser uma política pública da qual os agricultores possuem insegurança de sua estabilidade

“A senhora está satisfeita com a venda para o PNAE? Satisfeita e preocupada. Porque o Estado compra numa grande quantidade da gente e a gente não sabe com esse governo como que vai ser” (ENTREVISTA 9)

“E se acabasse o PNAE? Ia dificulta muito. (...). Porque que a gente tá focando nesses consumidor direto? Segurança. Se um dia amanhã entra um governo que acaba com tudo isso, esse PNAE, pode acontecer, a gente já tá com um mercado consumidor direto que não pode acabar. (...). Porque, o futuro é esse que a gente vai. Se um dia acabasse esse lá a gente tinha por onde sobreviver” (ENTREVISTA 15)

São estes, então, os elementos contidos em nossa argumentação que interpretam os mercados institucionais como prática de autonomia e contradição. A contradição está ancorada nas questões de instabilidade verificadas ao longo do trabalho de campo, quando de uma alternativa de segurança, os mercados institucionais podem se tornar uma arena de disputas e riscos. Todavia, os mercados institucionais possuem fortes potencialidades que refletiram desde os discursos dos olericultores familiares da RMC entrevistados, também encontrados em outros trabalhos. São abordados aqui como práticas de autonomia via mercados, pois fortalecem as alternativas de retomada do controle da produção, auxiliando também a diversificação produtiva, a produção de valor agregado, ao mesmo tempo em que dispensa intermediários e caracteriza-se como uma compra direta (SCHMITT; GUIMARÃES, 2008, TRICHES; SCHNEIDER, 2010, DAROLT, 2013, CORADIN; SOUZA, 2015, THIES; CONTERATO, 2017)

6.2.2 A construção da autonomia via a coprodução entre o agricultor e a natureza

Os contextos de dependência decorrentes da modernização da agricultura são fundamentais para compreender o deslocamento do papel da natureza. Pode-se interpretar que a modernização produz uma série de *desconexões*. Um primeiro elemento refere-se a desconexão entre a produção e consumo de alimentos, no tempo e no espaço, consequências da mercantilização e da globalização do sistema agroalimentar. O que sugere, em segundo lugar, uma descontextualização, ou seja, uma agricultura desconectada das especificidades locais e dos ecossistemas, tal qual pode-se referir uma desterritorialização do saber-fazer em direção às normatividades técnicas e socioeconômicas de caráter exógeno. Estes múltiplos desencaixes (*à la* A. Giddens) ocorridos na agricultura compõem um dos fatores principais para o desenvolvimento da *falha metabólica* nas relações sociedade-natureza (PETERSEN, 2013).

As características centrais de uma agricultura protagonista do desencaixe das relações sociedade-natureza são decorrentes da modernização baseada na industrialização da agricultura, à medida em que se expande o controle e dominação dos processos ecológicos da produção agrícola mediante a introdução de insumos químicos sintetizados pela indústria, o melhoramento genético homogeneizante baseado em características pontuais para viabilização de monoculturas, motomecanização altamente demandante de combustíveis fósseis, entre outras técnicas e tecnologias pontuais com os mesmos propósitos (ALTIERI, 2013). A ciência agrária moderna ocupa um papel fundamental ao orientar os rumos das mudanças técnicas baseadas no controle e domínio dos processos ecológicos, assim como, também fornece os subsídios para o controle e domínio do saber-fazer local e dos conhecimentos agricultura tradicional (LONG, 2001, PLOEG, 2016).

Neste sentido, a luta dos agricultores frente aos apertos (*squeeze*) da agricultura, os contextos de dependência e privação, perpassa pela retomada de controle das bases de recursos produtivos e o controle da reprodução dos processos ecológicos, sendo o conhecimento sobre o manejo dos agroecossistemas fundamentais para elaborar práticas mais autônomas. Desta maneira, os agricultores são capazes, através de uma reconexão com os processos ecológicos, operar estratégias de “desmercantilização”,

principalmente em direção à mobilização interna de recursos e o autoconsumo (PLOEG, 2008, 2009).

À esta reconexão entre o agricultor e a natureza Ploeg (2008, 2009, 2016) intitula de coprodução. A característica especial que distancia a coprodução do projeto da modernização é o aumento do circuito de não-mercadoria na unidade de produção (PLOEG, 2008, 2016). O que é digno de nota. Como foi referido anteriormente, a intensificação estimulada pela tecnologia veio a aumentar da renda total do trabalho familiar aumentando a produtividade do trabalho e diminuindo a penosidade do trabalho quando estes são subjetivamente avaliados em relação às vendas da produção. Entretanto, se o projeto de modernização tende a estimular o uso de tecnologias para produção de mercadorias, os agricultores familiares, como atores sociais que são, rearticulam estes usos e, contra tendências homogeneizantes, põem trabalho e tecnologia à disposição da reprodução da base de recursos e do autoconsumo, isto é, para produzir valores de uso.

“Vocês têm o costume de planta pro gasto? Milho tem, galinha, os pato (...). Mas se fosse pra nós vende, dependesse do milho assim pra ... não dá certo né. Ou é bastante, ou é pro gasto só. Um dos dois. Porque assim, planta esse de um saco ou dois saco, não dá pra vende” (ENTREVISTA 6)

O relato do olericultor familiar indica que a prática de plantar milho para alimentação dos animais se constrói fortalecendo o circuito de não-mercadoria. Neste caso, o agricultor sede uma área específica, compra as sementes, adubos e agrotóxicos de forma econômica, aluga ou utiliza própria mecanização para as operações necessárias, com o objetivo da produção e reprodução da criação animal que serve para o autoconsumo.

“E se perguntasse pra vocês, porque não compra tudo no mercado e ganha tempo descansando? No mercado você não sabe como foi plantado, o que foi colocado, e dentro de casa agente encontra mais qualidade (...) mesmo que dê serviço, o serviço também é qualidade de vida” (ENTREVISTA 1)

As práticas de autonomia via coprodução, neste caso trata-se tanto da reprodução da base de recursos e do autoconsumo, exigem tanto insumos da produção quanto trabalho. Todavia, há de se ressaltar que este tipo de trabalho não produz renda direta da produção, pois a produção circula nos circuitos de não-mercadoria.

Foi justamente com base nas estratégias de reprodução que Ploeg (1993a) argumenta contra as perspectivas neomarxistas que analisam a inserção mercantil do campesinato por meio de uma integração completa, ou seja, quando os indivíduos não podem mais se reproduzir fora dos círculos mercantis.

“A agricultura envolve muitos elementos diferentes que são geralmente subsumidos sob categorias abstratas de capital, terra e trabalho. Essa abstração, no entanto, não deve obscurecer a heterogeneidade e variedade dos elementos concretos envolvidos, especialmente onde, para a maioria, a reprodução (e, portanto, também o grau de mercantilização) pode seguir padrões bastante diferentes. “ (PLOEG, 1993a, p. 176, tradução livre, grifo original)

Neste sentido, a noção de graus de mercantilização é fundamental. Isto se dá, por permitir compreender analiticamente os movimentos concretos de aproximação e afastamento de mercados, fugindo do dualismo entre agricultura capitalista e campesinato. Quando a família se encontra em um momento estável de sua produção de mercadorias, parte de sua base de recursos pode ser gerida com valor de uso, como explica a agricultora

“Por quanto que vende cada frango? Depende de quanto o cliente quer pagar, se é no peso ou na unidade, mas se não, é cinquenta reais. É um preço pra não vender já. Eu prefiro não vender, mas se for pra vender, por menos de cinquenta reais eu não vendo meus frangos”
(ENTREVISTA 1)

A resposta da agricultora demonstra as duas estratégias possíveis para sua criação animal. Por um lado, o valor de troca do frango é um valor de nicho de mercado, pois a agricultora reconhece a qualidade do produto e sabe que

pode vendê-lo como “frango caipira”, que possui valor agregado em relação ao frango de granja. Por outro lado, para a agricultora, o valor de uso é inclusive maior e se expressa quando ela se refere “*Eu prefiro não vender*”. É possível que, se por algum motivo, a família venha a passar por algum momento de instabilidade, vulnerabilidade ou estivesse precisando aumentar a entrada de capital com fins de investimento, a agricultora teria como estratégia baixar o preço e vender parte de sua base genética.

Novamente a perspectiva de Frank Ellis (1998) é importante aqui. Segundo o autor os rendimentos em espécie (*in-kind income*), por exemplo o autoconsumo, compõem um variado rol de estratégias de diversificação dos meios de vida (*livelihood diversification*), principalmente ao que se refere a segurança alimentar da família frente a sazonalidade dos diferentes rendimentos que a família possa ter. Segundo Ellis a diversificação dos meios de vida “ é definido como o processo pelo qual as famílias rurais constroem um portfólio diversificado de atividades e capacidades de apoio social em sua luta pela sobrevivência e a fim de melhorar seus padrões de vida. ” (ELLIS, 1998, p.4, tradução livre).

Para Gazolla e Schneider (2007), o autoconsumo é um lastro fundamental que possibilita a família lançar-se a outras atividades. Isto é, a família diminui sua vulnerabilidade às imperfeições do mercado quando as demandas do consumo da estão satisfeitas pela mobilização interna de recursos. Daí que para os autores o autoconsumo é uma prática de autonomia: “Assim, pode-se dizer que o agricultor familiar possui uma dupla lógica de reprodução social aliada à produção e compra do seu consumo. ” (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2007, p.103).

Indissociados à produção com valor de uso, Gazolla e Schneider (2007) mencionam mais duas características à mobilização interna de recursos e ao autoconsumo. Uma primeira se refere ao fortalecimento dos aspectos simbólicos da vida rural e de sociabilidade com parentes e vizinhos contidos nos circuitos de não-mercadoria.

“*E alguma coisa vocês trocam com os irmãos? Sempre troca né, algumas coisas eles têm, outras coisas nós temos*” (ENTREVISTA 1)

Um outro aspecto tão importante quanto a sociabilidade, mencionados por Gazolla e Schneider (2007), está relacionado a coprodução com a natureza envolver certos tipos de conhecimentos transferidos através da rede sociotécnica de parentesco e vizinhança

“(...) a gente faz uma classificação [para salvar as sementes de milho] que eu aprendi com meu pai né. Como ele fazia e as conversas com os antigos. Você pega uma espiga, escolhe a melhor espiga, tem que tirar as pontas. Seca, tem que secar certo semente pra guardar né. Tem um rapaz que comprou uma chácara aqui, daí ele veio me pedir ajuda, e eu fui ajudando ele” (ENTREVISTA 5)

A coprodução se refere à agricultura em um sentido que vai além da reprodução social da família. A coprodução se refere à reprodução da agricultura. E a reprodução da agricultura, assim como a própria atividade agrícola, é uma atividade tanto socioeconômica quanto ecológica (TOLEDO, 1993). Neste sentido, pode-se dizer que a reprodução da base genética vegetal e animal é, ao mesmo tempo, uma renovação de capital (PLOEG, 2016). O que faz com que os conhecimentos envolvidos na coprodução, ou seja, na reprodução da base de recursos, seja uma prática de autonomia que possibilita o afastamento de mercados à jusante, através do ganho de poder no espaço de manobra (PLOEG, 2008, 2016).

“Tipo, batata eu tenho a minha muda eu não compro. O feijão também eu não compro” (ENTREVISTA 9)

“(...) nós resgatamos variedade de milho, variedades de feijão, nós tivemos um trabalho pra fazer. (...) E o que a gente puder nessa experiência de sementes que a gente tá, resgatando semente. Somos guardião de sementes” (ENTREVISTA 5)

A reprodução da agricultura através da mobilização de recursos internos também está intimamente ligada ao conhecimento e aplicação de técnicas de recuperação da fertilidade do solo. A construção da fertilidade dos solos interna à unidade de produção foi a estratégia principal de adubação até a disseminação

do projeto de modernização da agricultura. Entretanto, ao se ampliar as críticas socioambientais ao modelo exógeno de desenvolvimento agrícola, têm se disseminado uma multiplicidade de técnicas, revisitando e atualizando a agricultura tradicional, favorecendo uma agricultura de *low-external inputs*, em direção a projetos mais sustentáveis (ALTIERI; TOLEDO, 2011), e ao mesmo tempo, recuperando o controle da base de recurso pelos agricultores, em direção a práticas mais autônomas (PLOEG, 2008, 2016).

Das estratégias utilizadas o uso de esterco da própria criação é uma das práticas mais antigas e comuns, amplamente divulgado por Howard (2012) seu potencial criador de húmus.

“(...) o esterco sai ali do barracão de monte. Já semei tudo aqueles lote ali. E vou produzindo meu esterco mesmo aqui do galinheiro, levo pra roça, e vou fazendo minha horta” (ENTREVISTA 17)

Já em relação a mecanização dos solos, existe uma longa crítica em relação desagregação da camada superficial mais fértil dos solos, a vulnerabilidade às chuvas e a ocorrência de erosões, a compactação e a formação de pés-de-arado, todos estes inibidores de um bom crescimento saudável das plantas, e da alimentação dos animais e humana por consequência.

“A encanteradeira eu tô numa discussão aí com o Fulano [o marido] porque eu não quero mais que use. E ele ainda gosta da encanteradeira por que daí deixa a terra melhor pra plantar né. (...). Porque acho que ela destrói muito. Sabe, o trabalho que você faz com a terra, de deixar ela boa, de deixar ela com minhoca, essa encanteradeira destrói tudo, por que ela revira, ela faz assim, então eu não tô gostando de encanteradeira. Já tô avisando ele pra parar de usar” (ENTREVISTA 9)

Neste sentido, vem crescendo a proposta de fertilização dos solos via os adubos verdes e o plantio direto na palha, em especial o sistema de plantio direto de hortaliças (SPDH). Fayad *et al* (2016) compreendem o SPDH como tema gerador capaz de conscientizar, organizar e articular a agricultura familiar e outros atores envolvidos em direção a práticas mais sustentáveis de agricultura.

“E como que é o preparo da terra que vocês estão fazendo? Agora o preparo é o sistema da palhada ali não sei se você viu. Ele [o pai] tá mudando. Mas antes a gente passava o trator com pé de pato afrouxando a terra e depois entrava com rotativa pra fazer os canteiros. Agora ele faz diferente. Faz o canteiro com a rotativa e joga a adubação [as plantas de cobertura]. A hora que ela [a planta de cobertura] tá no estágio grande, não sei se é de grão leitoso, ele passa deitando ela pra planta na palhada. E o que você acha? Cara eu acho que é uma boa ideia, porque em termos de custos é bem menos o valor. E é bem interessante porque não agride a terra. E a capina foi menor? Não deu capina, ainda não. Mas acho que nem vai dar, porque cobre a terra, daí o mato não vem” (ENTREVISTA 11)

A argumentação aqui exposta apresentou elementos que pudessem associar as estratégias produtivas que confluem um circuito de não-mercadoria, ou seja, a produção de valor de uso, organizados pela noção de coprodução entre o agricultor e a natureza. Nestas estratégias reemerge a natureza como um ente central na reprodução social (e, portanto, ambiental) da família, em um sentido coevolucionário, e não como um mero meio de produção coisificado (o sentido de propriedade privada em K. Marx). A pertinência da perspectiva coevolucionária sugere duas consequências principais. Em primeiro, consequências práticas, de reconexão das relações sociedade-natureza através de uma postura estratégica dos agricultores de valorização, respeito e interação com os sistemas naturais (PETERSEN, 2013), a racionalidade ambiental de que trata Leff (2002). E em segundo uma consequência epistemológica, da qual se afasta das premissas das ciências ocidentais modernas, através de uma revalorização da pluralidade de conhecimentos e da potencialidade do manejo humano de ecossistemas em direção à produção agrícola sustentável, que é o pilar do projeto de desenvolvimento baseado na Agroecologia (NORGAARD, 1989, ALTIERI, 2013, PETERSEN, 2013).

As estratégias de coprodução se apresentam como práticas de autonomia pois fortalecem o poder de agir dos olericultores familiares dentro do espaço de manobra, permitindo-os se aproximarem ou se afastarem de mercados dependendo do projeto de vida das famílias.

6.3 SÍNTESE CONCLUSIVA

Ao fim desta trajetória de identificação e discussão das práticas de autonomia e os contextos de dependência empiricamente encontrados durante a fase de campo desta pesquisa, alguns pontos devem ser mencionados.

Em um primeiro lugar, reforça-se a noção do trabalho de pesquisa ter se baseado pela noção de heterogeneidade. Os olericultores familiares participantes de nossa pesquisa possuem distinções fundamentais relativos a estrutura de capital, repertório cultural, demografia da família, agroecossistema, e, sobretudo, de lógicas e estratégias de inter-relações com atores externos e com a natureza. Com isto, o objetivo de identificar e discutir as práticas de autonomia e os contextos de dependência nos serve de ferramenta para compor o cenário do espaço de manobra de qual os olericultores familiares foram capazes de praticar.

Isto quer dizer que, as diferentes estratégias de dependência e de autonomia se dão concomitantemente, equacionando uma constelação de possibilidades estratégicas e de ação nos diferentes espaços onde se dá a produção agropecuária e reprodução socioambiental da família. Embora o objetivo deste trabalho não tenha sido identificar cada conjugação de (lógicas e estratégias concretizados em) práticas encontradas em cada unidade de produção, a configuração do espaço de manobra dos olericultores emerge como argumento central da existência de diferentes *estilos de olericultura*.

A partir desta abordagem, optou-se por descrever e discutir a dinâmica autonomia e dependência por meio de identificar e discutir contextos de dependência e práticas de autonomia operados a partir do portfólio estratégico encontrado empiricamente ao lado dos olericultores familiares. A noção de contexto, utilizada para tratar a dependência, permitiu enfatizar o “pano de fundo” da estrutura social, que tenciona os atores a agirem à maneira dos centros de poder, sobressaltando, todavia, que quando os atores se aproximam de tais práticas o fazem a partir de lógicas, de um *calculus*, e são capazes de explicar discursivamente. A noção de práticas de autonomia veio a calhar no sentido em que os atores sociais não estão isolados ou independentes. Assim como sugere a noção de contexto, as práticas de autonomia somente são possíveis pois se

constroem ao longo das inter-relações socioeconômicas, culturais, ambientais e políticas com outros atores. Especialmente, enfatiza-se que os atores são capazes de tecer estratégias de afastamento dos centros de poder produzindo práticas mais autônomas, que, na verdade, não são mais do que uma autonomia relativa. A constatação empírica de distintas práticas, expressas discursivamente através das lógicas e estratégias, produzem o cenário em que se dá o espaço de manobra, isto é, a disputa de poder entre os projetos de desenvolvimento, neste caso, os projetos direcionados à olericultura com os fins da reprodução socioambiental da família.

Desta maneira, a espelho do projeto de modernização da agricultura, a olericultura praticada na RMC se instituiu a reboque dos processos de institucionalização e mercantilização, fortemente apoiada na externalização e cientificação, agregando uma complexa rede de atores, ocasionando a perda de controle dos fatores de produção, tencionando os olericultores à especialização e profissionalização, à competitividade dos mercados convencionais e à adesão tecnológica como forma de intensificação da produção. No entanto, este projeto é reconstruído pela agricultura familiar em distintos rearranjos de intensidade nas relações mercantis e de adesão tecnológica.

A respeito do capítulo 6, pode-se sintetizar em primeiro lugar que, diferentemente da agricultura capitalista, o trabalho familiar é um importante fator considerado pela olericultura familiar ao se alinhar aos contextos de dependência. Este argumento é central para solucionar o dilema entre “fazer ou comprar”, do qual o agricultor familiar moderno constantemente é obrigado a equacionar. Diminuir quantitativamente e qualitativamente a carga do trabalho familiar foram o argumento central para a mobilização externa dos recursos da produção, para utilização de atravessadores e para a adesão de certas tecnologias. Inclusive, foi possível evidenciar que a intensificação estimulada pela tecnologia não substitui o trabalho familiar, mas sim, está intimamente conectado, a ponto de se tornar um complemento à intensificação estimulada pelo trabalho, e não uma contradição, como o é para agricultura capitalista.

Outro importante fator nas lógicas dos olericultores, intimamente conectado, e consequência do trabalho familiar, é a renda do trabalho familiar. Neste sentido, é importante pontuar que, para os olericultores, a segurança nos processos de externalização e cientificação, isto é, pagar ou comprar elementos

ou processos que outrora foram de controle do agricultor, está relacionado com a segurança da renda total da família. Isto é, frente a situações de vulnerabilidade e risco sobre a renda, os agricultores podem reestabelecer o controle sobre recursos e fatores da produção em um processo de desmercantilização, ou se retirar da atividade agrícola buscando outras formas de renda. Por outro lado, é a centralidade no aumento no valor bruto da produção agrícola, e conseqüentemente, na renda total familiar é onde repousa o papel da intensificação produtiva, seja ela estimulada pelo trabalho ou pela tecnologia, não raramente, de forma concomitante. Principalmente, frente a condição restrita de acesso aos recursos naturais e frente aos bloqueios sobre o aumento da escala de produção.

Neste sentido, é preciso sublinhar que, novamente de forma diferente à agricultura capitalista, mesmo quando o olericultor familiar desenha estratégias que se aproximam aos centros de poder, aos projetos de desenvolvimento caracteristicamente exógenos, não obedecem às lógicas de maximização dos lucros, mas sim, se relacionam à busca por melhores rendas do trabalho familiar, isto é, a luta social pela reprodução socioambiental da família (ainda que o faça através da depreciação e artificialização da natureza).

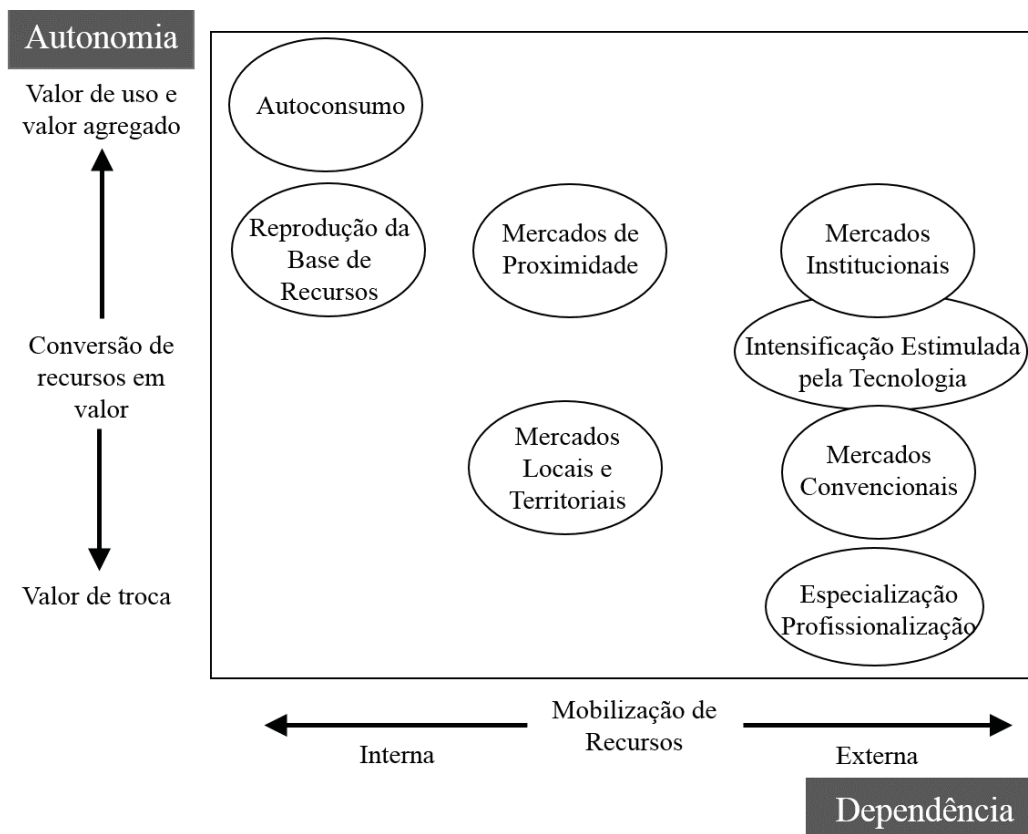
Simultaneamente aos contextos de dependência, onde as normatividades, regras e recursos são elaborados de forma externa a unidade de produção, os olericultores não somente são capazes, como praticam estratégias de afastamento a tais contextos. Um primeiro conjunto de práticas discutido pelo capítulo 6 se refere as práticas mais autônomas de comercialização, as quais privilegiam os circuitos curtos, as relações de personalidade, de confiança, reputação e reciprocidade entre produtores e consumidores. Tais práticas auxiliam na retomada do controle do destino da produção, principalmente via agregação de valor ao produto. Soma-se a estes casos, mesmo que de forma contraditória, as estratégias de comercialização nos mercados institucionais, os quais, além de serem mercados de venda direta, fortalecem a diversificação produtiva e a ampliação da renda total da família.

Outra importante prática de autonomia dos olericultores familiares está contida nas estratégias de coprodução com a natureza, em especial, nos diversos circuitos de não-mercadoria. Estas estratégias privilegiam o resgate e atualização dos conhecimentos tradicionais de manejo dos agroecossistemas, tal

qual a reprodução da sociabilidade e dos valores da vida rural. Dentre estas práticas sobressaltam as práticas de mobilização interna de recursos, como a reprodução da fertilidade dos solos, a reprodução e manutenção da base genética de plantas e animais, assim como, a produção para autoconsumo. Neste sentido, é digno de nota que os agricultores, por vezes, mobilizam recursos externamente com os fins da produção com valor de uso, isto é, adaptam criativamente práticas e tecnologia derivados da modernização, com objetivos fora dos circuitos mercantis.

Levando em conta as práticas descritas e discutidas ao longo deste capítulo, a título de ilustração, propõe-se na FIGURA 8 uma distribuição das práticas ao longo do espaço de manobra, em relação ao gradiente entre autonomia e dependência. A disposição das práticas encontradas empiricamente se baseia na discussão elaborada até aqui neste capítulo. Como descrito no tópico 1.1 o eixo vertical trata dos diferentes valores possíveis derivados da produção agrícola e o eixo horizontal trata das diferentes formas de mobilização de recursos.

FIGURA 8 ESPAÇO DE MANOBRAS EMPÍRICAMENTE ENCONTRADO NA OLERICULTURA FAMILIAR METROPOLITANA DE CURITIBA



FONTE: O Autor (2020)

De acordo com a FIGURA 8 pode-se argumentar que os diferentes *estilos de olericultura* se constroem ao conjugar as distintas práticas, através das lógicas e estratégias das famílias em operar sua produção agrícola e sua reprodução socioambiental. Com isto, os olericultores familiares formulam, como atores que são, seus próprios projetos de desenvolvimento rural e assim disputam o sentido das mudanças sociotécnicas e ambientais no tempo e no espaço com os outros atores envolvidos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação seguiu a tradição de pesquisas no espaço rural da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), em especial as pesquisas originadas no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE). Neste sentido, é necessário se pontuar, que muito já foi escrito sobre a região e sua agricultura. Contudo, a heterogeneidade de expressões de vida rural, os diferentes potenciais agrícolas e os diferentes ambientes geoecológicos, se equacionam em uma imensa diversidade frente as transformações socioambientais do atual tempo histórico, que desafia constantemente a pesquisa em dar conta de sua apreensão teórica.

Estes elementos são a base da persistência em pesquisar o rural da RMC. Tão importante quanto a riqueza empírica, se dá o compromisso com os atores sociais envolvidos nos processos de desenvolvimento rural em persistir e acompanhá-los, inclusive, perpetuando a territorialização do MADE, muito em função da proximidade, corroborando com uma pesquisa viva e presente nos espaços onde o desenvolvimento acontece. Esta meta foi possível realizar, em grande medida, através da parceria interinstitucional com a Emater-PR, da participação do autor em dias de campo, reuniões com os agricultores, no convívio com o dia-a-dia do extensionista rural, nas conversas informais e nas entrevistas de pesquisa com os agricultores, onde, para além do material empírico desta pesquisa, foi possível trocar experiências de vida e conhecimento.

O foco desta pesquisa no agricultor familiar também não é uma mera escolha. Os agricultores familiares da RMC são atores fundamentais na produção agrícola da região e do desenvolvimento rural, mas que, principalmente, vivem uma forte pressão para se adaptar à dinâmica socioeconômica da atualidade, assim como, para garantir a sustentabilidade da produção agrícola.

Estes elementos tornaram profícuos a adesão a corrente teórico-metodológica contida neste trabalho, a perspectiva orientada aos atores. Isto porque, a problemática central da qual derivou os objetivos desta pesquisa repousam em questionar de que maneira, sob quais lógicas e estratégias, os agricultores familiares se relacionam com a complexidade de atores e

instituições que adentraram as relações socioprodutivas numa organização moderna do sistema agroalimentar. A hipótese central, muito apoiada na base teórica utilizada, seria a de que os agricultores familiares constroem sua relação com atores externos a unidade de produção a partir de uma dinâmica entre autonomia e dependência, sendo que as diferentes constelações de unidades mais autônomas ou unidades mais dependentes produziram distintos estilos de agricultura.

A perspectiva orientada ao ator como base teórico-metodológica e a revisão bibliográfica realizada ao longo dos capítulos 2, 3, 4 e 5 se cristalizaram em um lastro para o trabalho de campo e, sobretudo, para o roteiro da entrevista. Neste sentido, o roteiro foi desenhado especificamente para captar as lógicas e estratégias, os cálculos de vantagens e desvantagens em que os atores justificam suas práticas nas inter-relações com os atores externos. A medida em que se optou por uma abordagem predominantemente qualitativa, isto é, o foco em captar as subjetividades do ator social, foi abandonado a opção se produzir tipologias coerentes com as práticas sociais, em detrimento a operacionalização do conceito de estilos de agricultura que privilegiasse a composição do espaço de manobra, onde as distintas práticas produtivas revelam a existência de distintos estilos de agricultura.

Ao fim de identificar e discutir as diferentes práticas elaboradas pelos agricultores familiares ao longo do capítulo 6 é necessário frisar que cada unidade de produção conjuga sua própria constelação, baseada em seu repertório cultural, suas experiências de vida e sua relação com a natureza, com os fins da reprodução socioambiental de sua família. Assim, as práticas elencadas e discutidas configuram o *espaço de manobra*, o universo de possibilidades empiricamente constatado, de maneira que é possível, enfim, afirmar a existência de distintos projetos de desenvolvimento aplicado pelos agricultores, e, portanto, a existência de distintos *estilos de olericultura*.

Pode-se afirmar assim, que a base teórico-metodológica da perspectiva orientada ao ator, em especial a operacionalização do conceito de estilos de agricultura, foi de grande valia para captar a heterogeneidade da olericultura familiar. Primeiramente, por não permitir negligenciar os atores sociais que desenham suas estratégias de produção e de vida de forma mais aproximada aos projetos de desenvolvimento rural que derivam dos centros de poder.

Principalmente por fornecer as condições de captar a forma criativa com que os agricultores familiares constroem, reconstróem e desconstroem suas relações com outros atores.

Ainda, a abordagem utilizada apresenta de forma crítica o projeto de modernização da agricultura, mas que permite abstrair a capacidade de agência dos atores sociais frente as situações hostis impostas pelos centros de poder. Esta prerrogativa fundamenta a noção de que o agricultor familiar, quando tece suas estratégias produtivas, o que plantar, como plantar, para quem vender, de quem comprar, etc. ele opera, em essência, lutas simbólicas frente aos atores externos, para garantir situações melhores à sua família, isto é, a reprodução socioambiental.

Enfim, é importante destacar o caráter provisório e aproximado deste trabalho de pesquisa. O espaço de manobra identificado não esgota as possibilidades concretas de ação dos olericultores familiares na RMC. Certamente a heterogeneidade não pode ser totalmente apreendida em um trabalho de pesquisa. A tarefa aqui empreendida pretende ser, tão somente, um veículo de reflexão e divulgação da capacidade de agência da agricultura familiar através da capacidade discursiva destes atores, e refletidas por um conjunto de trabalhos prévios capazes de auxiliar ao máximo o trabalho de abstração da realidade concreta.

É importante também mencionar que, se, por ventura, não foi abordado algum aspecto de dependência ou autonomia da qual o leitor considere fundamental, deve-se aos limites empíricos, teórico-metodológicos e pessoais reunidos nesta pesquisa de dissertação. O que implica a necessidade de futuras pesquisas que permitam, por exemplo, a elaboração de tipologias coerentes às práticas dos agricultores, podendo assim, melhor auxiliar na realização de diagnósticos de extensão rural e na adaptação de políticas públicas para a agricultura familiar.

8 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec. 1992.

_____. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 35-64. 2004.

ALTIERI, M. **Agroecologia bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular. 3ª ed. 400p. 2013.

_____; TOLEDO, V. M. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. **Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 3, p. 587-612, 2011.

ANVISA (AGENCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA). **Programa de Análise de Resíduo de Agrotóxico em Alimentos (PARA)**, Relatório de atividades de 2011 e de 2012. Brasília: Anvisa, 2013.

BAUER, M. W., & AARTS, B. A construção do corpus de pesquisa: um princípio para a coleta de dados qualitativos. BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm . Acesso em: 12 de fevereiro de 2020

BRANDENBURG, A.; FERREIRA, A. D. D.; SANTOS, L. J. C. Dimensões socioambientais do rural contemporâneo. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 10, p. 119-125, 2004.

_____.; RUCINSKI, J.; JUNIOR, P. S. Os novos atores e o consumo de alimentos ecológicos: a associação de consumidores de produtos orgânicos do Paraná–ACOPA. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 16, n. 1, 2008.

_____. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente e Sociedade**, v. 13, p. 417-428, 2010.

CIDADE JUNIOR, Homero Amaral. **A agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba: fatores que afetam seu desenvolvimento**. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia (Produção Vegetal), Universidade Federal do Paraná. 2008

CONTERATO, M.A. **Dinâmicas regionais de desenvolvimento rural e estilos de agricultura**: uma análise a partir do Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

_____. A., NIEDERLE, P. A., RADOMSKY, G., & SCHNEIDER, S. Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. In SCHNEIDER, S; GAZOLLA, M. (org). **Os atores do desenvolvimento rural, perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 67-90.

CORADIN, C.; SOUZA, R. S. Os Quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 18, n. 26, p. 122-46, 2015.

CORONA, H. M. P.; ALMEIDA, J. P. de. Teorias críticas, desenvolvimento e reprodução socioambiental: limites e possibilidades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 29, p. 25-38, abr. 2014

DAROLT, M.R. Agricultura orgânica: um estudo de sustentabilidade na região metropolitana de Curitiba, Paraná. In: MENDONÇA, F. (org) **Cidade, desenvolvimento e meio ambiente: a abordagem interdisciplinar de problemáticas socioambientais urbanas de Curitiba e região metropolitana**. Curitiba: Editora UFPR, 2004. p. 199-226.

_____. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, P.A. et al., **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, p. 139-170. 2013.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES (DNIT). **RODOVIAS GEORREFERENCIADAS QUE COMPÕEM O SUBSISTEMA RODOVIÁRIO FEDERAL DO SISTEMA FEDERAL DE VIAÇÃO (SFV) DO BRASIL**. Disponível em <http://www.metadados.inde.gov.br/geonetwork/srv/br/metadata.show?id=46093&currTab=simple> Acesso em: 12 de fev. 2020.

DEL GROSSI, M.E. ALGORITMO PARA DELIMITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CENSO AGROPECUÁRIO 2017, VISANDO A INCLUSÃO DE VARIÁVEL NO BANCO DE DADOS DO CENSO, DISPONÍVEL PARA AMPLA CONSULTA. Brasília. 2019. Disponível em: [https://sidra.ibge.gov.br/Content/Documentos/CA/Metodologia%20Agricultura%20familiar%20\(IBGE\)%20DelGrossi%20final%205jun2019.pdf](https://sidra.ibge.gov.br/Content/Documentos/CA/Metodologia%20Agricultura%20familiar%20(IBGE)%20DelGrossi%20final%205jun2019.pdf) Acesso em: 12 de fevereiro de 2020

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification, **The Journal of Development Studies**, 35:1, p.1-38. 1998.

ESCHER, F. **Os assaltos do moinho satânico nos campos e os contramovimentos da agricultura familiar**: atores sociais, instituições e desenvolvimento rural no Sudoeste do Paraná. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FAIRWEATHER, J. R.; KLONSKY, K. Response to Vanclay et al. on farming styles: Q methodology for identifying styles and its relevance to extension. **Sociologia Ruralis**, v. 49, n. 2, p. 189-198, 2009.

FERREIRA, A. D. D. Reconhecendo o rural e suas novas significações socioambientais. In: FERREIRA, A. D. D., BRANDENBURG, A., CORONA, H. M. P (Orgs). **Do rural invisível ao rural que se reconhece: dilemas socioambientais na agricultura familiar**. Curitiba: Ed. UFPR, p. 15-26, 2012.

FERREIRA, A. D. D., BRANDENBURG, A., CORONA, H. M. P (Orgs). **Do rural invisível ao rural que se reconhece: dilemas socioambientais na agricultura familiar**. Curitiba: Ed. UFPR, 2012.

FILGUEIRA, F. A. R.; **Novo manual de olericultura**: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. 3. ed. Viçosa: Ed. UFV, 2007.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os "papeis" do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estudos sociedade e agricultura**. v. 15, n. 1, p. 89-122. 2007.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GRIMM, I. J.; SAMPAIO, C. C.; PROCOPICK. Encadeamento ecossocioeconômico e gestão urbana: um estudo das feiras livres na cidade de Curitiba (PR). **Novos Cadernos NAEA**, v. 21, n. 1, 2018.

GRISA, C. As redes e as instituições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Desenvolvimento em Debate**, Taubaté, v.1, n.2, p.83-109, 2010.

HOWARD, A. S. **Um testamento agrícola**. São Paulo: Expressão Popular. 2. ed. 2012.

GUIVANT, J. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, 14 (3), p. 411-446, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**: Segunda apuração. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao> Acesso em: 12 de fev. 2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**: Resultados Preliminares. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017> Acesso em: 12 de fev. 2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Bases e referenciais**. Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais> Acesso em: 12 de fev. 2020

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, n. 1, p. 36-51, 2002.

LONG, N. **Introdução à Sociologia do Desenvolvimento Rural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **Development sociology: actor perspectives**. London: Routledge, 2001.

_____.; PLOEG, J. D. van der. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, S; GAZOLLA, M. (org.). **Os atores do desenvolvimento rural, perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 21-48.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, v. 25, n. 1. 2004. p. 299-322.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MEIRELLES, L. Soberania Alimentar, agroecologia e mercados locais. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 1, p. 11-14, 2004.

MESITI, L.; VANCLAY, F. Specifying the farming styles in viticulture. **Australian Journal of Experimental Agriculture**, v. 46, n. 4, p. 585-593, 2006.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec. 9. ed. 2006.

NASCIMENTO, E. B. A agricultura na Região Metropolitana de Curitiba. **Metrópolis em Revista**, Curitiba: COMEC, v. 1, n. 2 p. 43-46, 1999.

NIEDERLE, P. A. Mercantilização, diversidade e estilos de agricultura. **Revista Raízes**, 1: 37-47. 2006.

_____. **Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). 2007 - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

_____.; ESCHER, F.; CONTERATO, M. Estilos de agricultura: capturando a diversidade do rural contemporâneo. In: CONTERATO, M.; RAMDOMSKY, G. F. W.; SCHNEIDER, S. (orgs). **Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas**. v.1. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2014. P.205-225.

_____, et al. Estado, desenvolvimento e neodesenvolvimentismo." Introdução às teorias do desenvolvimento In: NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo (Orgs.). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2016.

NORGAARD, R. B. A base epistemológica da Agroecologia. In: ALTIERI, M. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, p. 42-48, 1989.

PETERSEN, P. Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. In: NIEDERLE, P.A. *et al.* (orgs), **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, pp. 69-104. 2013

PLOEG, J.D. van der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMÁN, E.S.; MOLINA, M.G. (Ed.). **Ecología, campesinado e historia**. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1993a. p. 153-195.

_____. Rural sociology and the new agrarian question: a perspective from the Netherlands. **Sociologia Ruralis**, v.32, n.2, 1993b. p.240-246.

_____. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. PLOEG, J. D. van der; LONG, A. (eds) **Born from within: Practice and perspectives of endogenous rural development**, Assen: Van Gorcum. p. 7-30, 1994.

_____. **Camponeses e Impérios Alimentares**. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p.13-54.

_____. The peasantries of the twenty-first century: the commoditisation debate revisited, **The Journal of Peasant Studies**, 37:1, 1-30. 2010.

_____. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. **Sociologias**, v. 13, n. 27, p. 114-140, 2011.

_____. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano**. São Paulo/Porto Alegre: Editora Unesp/Editora da UFRGS, 2016.

QUEIROGA, J. L. **ORIGENS, EVOLUÇÃO HISTÓRICA E SITUAÇÃO ATUAL DOS SISTEMAS AGRÁRIOS DE COMUNIDADES DE AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Curitiba, 2006

_____. Sistemas agrários: expressão das estratégias de reprodução da agricultura familiar na diversidade da Região Metropolitana de Curitiba In: FERREIRA, A. D. D., BRANDENBURG, A., CORONA, H. M. P (Orgs). **Do rural invisível ao rural que se reconhece: dilemas socioambientais na agricultura familiar.** Curitiba: Ed. UFPR, p. 53-107, 2012.

RAYNAUT, C. O desenvolvimento e as lógicas da mudança: a necessidade de uma abordagem holística. **Cadernos Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 1, p. 81-104, 1994.

_____. Meio ambiente e desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir da perspectiva interdisciplinar. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 10, 2004.

ROZENDO, C. Meio ambiente no espaço rural e os desafios para a agricultura familiar. In: FERREIRA, A. D. D., BRANDENBURG, A., CORONA, H. M. P (Orgs). **Do rural invisível ao rural que se reconhece: dilemas socioambientais na agricultura familiar.** Curitiba: Ed. UFPR, p. 315-364, 2012b.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SEAB/DERAL. **Olericultura - Análise da conjuntura agropecuária safra 2017/2018.** Curitiba: Governo do estado do Paraná, Secretaria do Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), Departamento de Economia Rural (DERAL), 2018.

SCHMITT, C. J.; GRISA, C. Agroecologia, mercados e políticas públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental. In: NIEDERLE, P.A. et al., **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura.** Curitiba: Kairós. 2013. p. 215-265.

_____.; GUIMARÃES, L.A. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. **Agriculturas**, v.5, n.2, p. 7-13, 2008.

SILVA, J. C. B. V., SANDRI, D. M., REIS JÚNIOR, J. D. R., LIZARELLI, P. H., & PASSOS, M. A parceria entre a AOPA/Rede Ecovida e o Instituto Emater no

fortalecimento de uma ATER Agroecológica: a experiência da Região de Curitiba-PR. **Cadernos de Agroecologia**, n.13 v.1. 2018

SOUZA, O. T. **Políticas Públicas e Trajetórias de Desenvolvimento Rural em Cenários de Heterogeneidade socioeconômica e ambiental: casos ilustrativos na Região Metropolitana de Curitiba**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Curitiba, 2006.

_____. Políticas públicas, trajetórias de desenvolvimento rural e reprodução social da agricultura familiar. In: FERREIRA, A. D. D., BRANDENBURG, A., CORONA, H. M. P (Orgs). **Do rural invisível ao rural que se reconhece: dilemas socioambientais na agricultura familiar**. Curitiba: Ed. UFPR, p. 255-313, 2012a.

THIES, V. F.; CONTERATO, M. A. Agricultura familiar e autonomia: a construção social e política de mercados no noroeste gaúcho. **Desenvolvimento Regional em debate: DRd**, v. 7, n. 1, p. 51-74, 2017.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

TRICHES, R.M.; SCHNEIDER, S. Alimentação Escolar e agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, v.19, n.4, p. 933-945, 2010.

VANCLAY, F; MESITI, L.; HOWDEN, P. Styles of farming and farming subcultures: appropriate concepts for Australian rural sociology?. **Rural society**, v. 8, n. 2, p. 85-107, 1998.

VILAS BOAS, L. H. D. B. V.; PIMENTA, M. L. Canais de Distribuição de Hortaliças: Algumas Opções de Distribuição sob o Foco do Produtor. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia**, n. 3, p. 68-93, 2011.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **XX Encontro Anual da ANPOCS**. GT 17. Processos sociais agrários. Caxambu-MG, 1996a.

_____. A modernização sob o comando da terra: os impasses da agricultura moderna no Brasil. **Ideias**, v. 3, n. 2, p. 25-54, 1996b.

_____. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, A. D. D., BRANDENBURG, A. **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, p. 29-49, 1998.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, n. 21, p. 42-61 2003.

WOORTMANN, Klaas. O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins. In: CARVALHO, H. M. (org) **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão popular, 2014. p. 229-272.

ANEXO I – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1. Estrutura familiar

- 1.1. História da família na localidade
- 1.2. Membros da unidade familiar de produção
- 1.3. Idade, gênero e escolaridade

2. Lógicas de produção

- 2.1. Quem costuma decidir sobre o que plantar e como?
- 2.2. Como se organiza a produção, épocas de plantio/ tratos culturais/ colheita?
- 2.3. Como funciona a gestão do dinheiro da venda do produto? Guarda Reinveste? Para as contas?
- 2.4. Caso houvesse um mercado interessado em uma grande produção de um único produto, pagando bem, você plantaria toda sua área com ele?
- 2.5. Existe planejamento/ vontade de comprar mais terra? Vender terra? Arrendar?
- 2.6. Como se decide aderir a uma nova técnica de produção? Em função do retorno financeiro? Em função do trabalho? Em função da preservação da natureza?

3. Lógica de relação com mercados

- 3.1. Quais são os mercados onde a família acessa os insumos?
 - 3.1.1. Porque a família acessa tais mercados?
 - 3.1.2. Existem mercados melhores?
 - 3.1.3. Se pudesse mudar de mercado mudaria? Porque? O que falta para mudar?
 - 3.1.4. É possível produzir todos insumos dentro da propriedade? Se sim, porque não produz? Se não, gostaria que fosse possível?
- 3.2. Quais são os mercados onde a família vende os produtos?
 - 3.2.1. Porque a família vende para tais mercados?
 - 3.2.2. Existem mercados melhores?
 - 3.2.3. Se pudesse mudar de mercado mudaria? Porque? O que falta para mudar?
 - 3.2.4. É possível eliminar todos os atravessadores de sua produção? Se sim, porque não o faz? Se não, gostaria que fosse possível?

4. Técnicas de uso e conservação dos recursos naturais

4.1. Quais são as práticas feitas na propriedade para conservação dos recursos naturais?

4.2. Porque usa e porque não usa?

5. Família e Trabalho

5.1. Como é organizado o trabalho agrícola entre os membros da família?

5.2. O que mudou entre antigamente e hoje?

5.3. O que é mais vantajoso para família: aumentar a produção ou aumentar o tempo livre para outras atividades?

5.4. Levando em consideração a situação atual da família, quais são os planos futuros para a produção?

5.5. Existem membros da família que possuem trabalhos não agrícolas?

Qual razão principal levou os membros da família a trabalhar em atividades não agrícolas?

5.6. Os membros que trabalham em atividades não-agrícolas contribuem com as despesas da família? Onde é aplicado a maior parte das rendas relativas a atividades não agrícolas?

5.7. Existe alguma outra fonte de renda da família?

6. Políticas públicas e Estado

6.1. Participa regularmente de eventos de extensão rural

6.2. Nos últimos anos acessou alguma política pública de crédito? Qual foi a fonte financiadora? Qual foi o valor financiado?

6.3. Como foi a experiência?

6.4. Em que situação o senhor se vê acessando crédito novamente?

6.5. O que o senhor pensa sobre as fontes de financiamento para agricultura familiar?

6.6. De que forma o financiamento poderia ser mais útil ao senhor?

6.7. O senhor pensa que o PRONAF é uma política adequada para si? E o PAA? E o PNAE?

6.8. Há aposentados ou pensionistas na família?

6.9. O benefício é essencial para manutenção das contas da família?

ANEXO II TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Valter Roberto Schaffrath e Emilio Romanini Netto – da Universidade Federal do Paraná, estamos convidando o senhor (a) a participar de um estudo intitulado “Dinâmica entre autonomia e dependência na reprodução socioambiental de agricultores familiares da Região Metropolitana de Curitiba”.

- a) O objetivo desta pesquisa é identificar e descrever o balanço entre autonomia e dependência a partir do conjunto de estratégias de reprodução socioambiental dos agricultores familiares na inter-relação com os agentes externos de desenvolvimento rural.
- b) Caso você participe da pesquisa, será necessário responder um questionário.
- c) A resposta deste questionário durará aproximadamente duas horas (2h)
- d) Alguns riscos relacionados ao estudo podem ser relacionados como: a locomoção dentro da unidade de produção; constrangimento com alguma pergunta.
- e) Os benefícios esperados com essa pesquisa estão relacionados à perspectiva de abordagem dos agricultores familiares como atores do desenvolvimento rural.
- f) O pesquisador, Valter, responsável por este estudo, e o membro da equipe de pesquisa Emilio, podem ser localizados Rua dos Funcionários, 1540, Juvevê. CEP: 80035-050, Curitiba, PR, Brasil, no horário das 08:00 as 16:00, ou pelo e-mail: valter.schaffrath@ifpr.edu.br; emilioromanini@hotmail.com, respectivamente, para esclarecer eventuais dúvidas que o senhor (a) possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.
- g) A sua participação neste estudo é voluntária e se senhor (a) não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado.
- h) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas, como os orientadores da pesquisa. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a **sua identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade**
- i) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código
- j) Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, pelo telefone 3360-7259. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão colegiado multi e transdisciplinar, independente, que existe nas instituições que realizam pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil e foi criado com o objetivo de proteger os participantes de pesquisa, em sua integridade e dignidade, e assegurar que as pesquisas sejam desenvolvidas dentro de padrões éticos (Resolução nº 466/12 Conselho Nacional de Saúde).

Eu, _____ li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim. Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do Participante de Pesquisa

Valter Roberto Schaffrath

Emilio Romanini Netto